

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

OLGA SOFIA FABERGÉ ALVES

Farmacêuticos Diplomados e algumas Estratégias de Institucionalização da
Farmácia em São Paulo (1892-1934)

Dissertação apresentada para
obtenção do título de mestre,
realizada sob orientação da Profa.
Dra. Maria Amélia Mascarenhas
Dantes.

São Paulo
2011

OLGA SOFIA FABERGÉ ALVES

Farmacêuticos Diplomados e algumas Estratégias de Institucionalização da Farmácia em São Paulo (1892-1934)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História Social
Orientadora: Profa. Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes.

São Paulo
2011

OLGA SOFIA FABERGÉ ALVES

Farmacêuticos Diplomados e algumas Estratégias de Institucionalização da Farmácia em São Paulo (1892-1934)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para a sempre amiga e querida Maria Lucia de Barros Mott (in memoriam)

Para os queridos, pais e tios: Antonio e Sofia; Isabel (in memoriam), Eugênio, Olga e Paulo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Maria Lucia de Barros Mott, que infelizmente não pôde ver o trabalho terminado, mas a quem devo o seu começo e que foi minha co-orientadora informal. Maria Lucia concebeu e coordenou o Projeto Trabalhadores da Saúde, do qual essa dissertação é um dos frutos e me mostrou o caminho da pesquisa em História, uma das várias áreas a que dedicou paixão e talento.

À professora e orientadora Maria Amélia Dantes, por sua orientação atenta, serena e precisa, pelas correções, oportunidades, apoio e incentivo.

À Maria Cristina Marques, pela participação na banca de qualificação, pela amizade e incentivo e por sua luta pela preservação da Memória da Saúde Pública como diretoria do Museu Emílio Ribas.

Aos professores André Mota, Raquel Glezer, Eny de Mesquita Samara (in memoriam) e Elizabeth Salum pelo conhecimento compartilhado e pelas contribuições à pesquisa.

À Marília Cánovas, colaboradora do curso da professora Eny Samara e aos colegas do mesmo, em especial Danielle Rezerra e Leopoldo Fernandes pelas críticas e sugestões ao projeto.

Aos companheiros do Laboratório de História da Ciência e do Núcleo de Documentação do Instituto Butantan, pelo incentivo e pelo suporte: Nelson Ibañez, Suzana Cesar Fernandes, Carlos Eduardo Burgos Dias, Ivomar Gomes Duarte, Mitie Tada Fonseca Brasil, Fan Hui Wen, Cátia Alves de Senne, Flávia Urzua, Carolina Santucci, Maria Lídia Veloso e Gisélia Belmira Pereira.

À todas que integraram o projeto Trabalhadores da Saúde, cuja ajuda foi fundamental para o levantamento dos dados nos livros de Registro Profissional do Serviço Sanitário: Marcela Trigueiro, Maria Aparecida Muniz, Karla Maestrini, Taís dos Santos, Ana Paula dos Santos, Ana Luiza de Oliveira e Oliveira.

Aos ex-colegas de Instituto de Saúde: Maria de Lima Salum e Moraes, Aurea Maria Ianni, Renato Barboza, Paulo Henrique Monteiro, Maria Theresa Pavão, Maria Mercedes Escuder (Biba), Maria Aparecida Almeida (Cidinha). Em especial a José Ruben Bonfim, estudioso e defensor dos farmacêuticos no Brasil, pelos textos e livros graciosamente cedidos, pela sugestão de entrevista que ficou para uma outra ocasião e pelo incentivo.

Aos meus pais, Antonio Luiz e Sofia Maria, aos tios Eugênio, Olga e Paulo, aos irmãos Herculano, Helena e Maria Amélia, à cunhada Edna, pelo apoio incondicional.

À “pequena” sobrinha Letícia que alegra a minha vida.

Ao meu cunhado Paulo Henrique e seus pais Maria Olímpia e Armand Bruttin pela

generosidade sem tamanho.

Ao querido Emiliano Daniel de Souza pelo estímulo, amizade e carinho.

Aos amigos de ontem e de hoje: Adriana Werneck, Leandro Lopes, Eduardo Ochi, Noel Carvalho, Marcos Horácio, Maria Aparecida de Jesus, Vanessa Delatorre, Gutemberg Rodrigues, Paula Pelagardi, Maurício Cândido, Alessandro Soares, Mikele Rios, Sérgio Arruda, Ana Enésia e todos os integrantes do “Coletivo XP”, pela amizade e por tornar a vida mais interessante.

À Verônica Cavalcanti, que procurou ajudar de todas as formas e que não me deixou desistir.

Aos funcionários das bibliotecas do Instituto de Saúde, do Instituto Adolpho Lutz, do Conjunto das Químicas da USP e da FFLCH/USP pela colaboração.

Aos funcionários do Arquivo do Estado, que com todas as adversidades da reforma, continuam atendendo gentilmente aos consulentes.

Aos funcionários do Museu Emílio Ribas, Jurandi Lucia Rabelo, Roque Fernandes e José Fernando da Silva pela oportunidade e colaboração.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação pelo suporte e pela prontidão.

Ao Roger Domenech Colacios, que sem saber, me ajudou muito.

*“A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá...”*

*Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...*

*A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a roseira prá lá...”*

(Roda Viva – Chico Buarque de Hollanda)

RESUMO

Este estudo aborda algumas das estratégias e ações dos farmacêuticos diplomados em São Paulo no fortalecimento de sua profissão, no período que vai da criação do Serviço Sanitário do Estado em 1892 até a fundação da Universidade de São Paulo em 1934. Foram privilegiados a Sociedade Farmacêutica Paulista, a Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo e a Farmacopéia Paulista. Foi também traçado um perfil dos profissionais que atuaram no estado nas primeiras décadas da república, no que diz respeito principalmente a origem e formação, a partir dos dados levantados nos Livros de Registro do Exercício Profissional do Serviço Sanitário.

Palavras-chave: farmacêuticos, São Paulo, História da Ciência, profissão.

ABSTRACT

The purpose of this study was to deal some strategies and actions of pharmacists in strengthening their profession in São Paulo, in a period from “Serviço Sanitário do Estado” origin (1892) to “Universidade de São Paulo” foundation (1934). It was discussed “Sociedade Farmacêutica Paulista”, “Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo” and “Farmacopéia Paulista”. It aims to drawing the profile of pharmacists whom was registered in São Paulo state, between 1892 and 1933, awarded and the school magazine. pharmacopoeia and were treated to trace a profile of professionals working in the early decades regarding the origin and formation.

Keywords: pharmacists, São Paulo, history of science, profession.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
Justificativa e debate historiográfico	13
São Paulo e a Saúde Pública	15
Material e método	18
A pesquisa	21
CAPÍTULO I – OS FARMACÊUTICOS DIPLOMADOS E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PROFISSIONAIS	25
A criação da Sociedade Farmacêutica Paulista e da Revista Farmacêutica e os temas debatidos pelos sócios no início de sua atuação	25
O Regulamento de Higiene em debate	31
A Sociedade em 1897: do entusiasmo ao desânimo	36
A Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo	42
Farmacopéia paulista	53
CAPÍTULO 2 - PERFIL DOS FARMACÊUTICOS REGISTRADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1892 E 1933	61
Total de farmacêuticos registrados por ano no estado de São Paulo (1892-1933)	63
Registrados por ano segundo a nacionalidade	66
Brasileiros registrados segundo a naturalidade	69
Locais e instituições de formação	77
Relação de instituições encontradas nos registros divididas em regionais (paulistas), nacionais (outros estados do Brasil) e internacionais (outros países)	84
CAPITULO 3 - AS FARMÁCIAS: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DOS FARMACÊUTICOS DIPLOMADOS EM SÃO PAULO	87
João Alfredo Varella e a farmácia em São Paulo	87
A Revista da União Farmacêutica e a lista de farmácias do estado de São Paulo	91
Farmácias no estado de São Paulo segundo o distrito	93
Cândido Fontoura da Silveira e “A Saúde Pública e as Farmácias”	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
ACERVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA	105
BIBLIOGRAFIA	107

APRESENTAÇÃO

O presente estudo se refere às estratégias de institucionalização da Farmácia por farmacêuticos diplomados que atuavam em São Paulo no final do século XIX e parte do XX, mais precisamente entre os anos de 1892 e 1934. Procura trazer à tona algumas das estratégias por eles utilizadas para legitimar a profissão frente à sociedade e ao Estado, e o embate que tiveram que travar, tanto com médicos, quanto com a sociedade no intuito de legitimar sua atuação e conquistar o respeito que almejavam. O primeiro capítulo traz algumas instituições por eles criadas ou mantidas e, o segundo, um perfil desses profissionais, com destaque para sua origem geográfica e escolas e faculdades de formação.

Para os farmacêuticos, a institucionalização da Farmácia passava pela valorização de sua atividade. Buscavam transformar a visão que se tinha da Farmácia – de um simples ofício, em profissão científica. Visavam mudar a imagem do farmacêutico, de manipulador de produtos, executor de fórmulas, ou, num período anterior, cozinheiro dos médicos (uma vez que preparava suas receitas), para a de profissional respeitado, profundo conhecedor da química e da botânica. Acreditavam que assim, deixariam de ser vistos como auxiliares dos médicos para se transformar em profissionais liberais autônomos.

O momento era propício. Estávamos no começo da República e a sociedade passava por mudanças estruturais. O trabalho escravo era substituído pelo trabalho livre e assalariado. São Paulo crescia economicamente e populacionalmente e entrava num processo de urbanização. Junto com os novos valores republicanos, se notava um certo nacionalismo, um desejo de descobrir e valorizar nossas riquezas.

O período analisado começa em 1892, ano de criação do Serviço Sanitário do estado de São Paulo, e imediatamente anterior à fundação da primeira associação de classe, a Sociedade Farmacêutica Paulista (1894) e primeira da revista especializada na área em São Paulo, a Revista Farmacêutica (1895), e que irão ajudar na fundação da Escola Livre de Farmácia (1898).

Apesar do controle da atuação e da formação de farmacêuticos ter começado antes da Proclamação da República, a fundação do Serviço Sanitário de São Paulo se mostrou um marco regulatório muito importante para normalização, controle e fiscalização das profissões ligadas à área da saúde e por isso adotamos sua criação como marco cronológico inicial.

O precursor da fiscalização dos profissionais da saúde feito pelo Serviço Sanitário do estado, foi o decreto federal n. 169 de 18 de janeiro de 1890, que constituía o Conselho de Saúde Pública e reorganizava o Serviço Sanitário Terrestre da República, e que determinou que cada estado deveria

seguir a legislação federal até que organizasse seus próprios serviços. O Serviço Sanitário de São Paulo foi criado em 1892 e em seu primeiro organograma já se vê a Inspeção de Higiene e o Serviço de Fiscalização do Exercício da Medicina, da Farmácia e da Arte Dentária. Em seu artigo 43, o decreto 169 estabeleceu que só era permitido o exercício da arte de curar em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas: às pessoas habilitadas por faculdades do país ou que tivessem seus diplomas estrangeiros revalidados por alguma delas. Estabeleceu também que médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras e dentistas deveriam apresentar os respectivos títulos ou licenças, na Inspeção Geral de Higiene, na Capital Federal e nas Inspetorias dos Estados, a fim de serem registrados. O registro se faria em livro especial e consistiria na transcrição do título ou licença.

O período dessa pesquisa se encerra em 1934, quando foi fundada a Universidade de São Paulo que, dentre outros cursos, como o da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina e os da Escola Politécnica, incorporou os de Farmácia e Odontologia da antiga Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, trazendo um novo status social aos profissionais por ela formados.

No que se refere às fontes, a principal documentação manuscrita aqui utilizada e que embasou a segunda parte do trabalho – o perfil dos farmacêuticos - foi a série produzida pelo Serviço Sanitário e conhecida como Livros de Fiscalização do Exercício Profissional do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, sob guarda do Museu da Saúde Pública Emílio Ribas do Instituto Butantan da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

O primeiro contato que tive com essa fonte foi durante o levantamento da documentação para o projeto de pós-doutorado da Profa Dra Maria Lucia de Barros Mott, na Escola de Enfermagem/USP, em 2002, ocasião em que foram catalogados os dados referentes a parteiras e enfermeiras no período de 1892-1978. Naquele momento, chamaram a atenção a quantidade e a qualidade dos registros dos farmacêuticos e a significativa presença feminina nesse campo.

Posteriormente, integrei o grupo de trabalho do “Projeto Trabalhadores da Saúde no Estado de São Paulo”, coordenado por Maria Lucia de Barros Mott e do qual esta dissertação é um desdobramento.

As fontes utilizadas para o primeiro e terceiro capítulos foram coletadas no Arquivo do Estado de São Paulo, nas bibliotecas da USP e do Instituto Adolfo Lutz. Foram levantadas diversas fontes referentes à formação e atuação dos farmacêuticos, como as Memórias Históricas da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo, o Estatuto da Sociedade Farmacêutica Paulista, da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia e da União Farmacêutica, as publicações Revista Farmacêutica e União Farmacêutica, e a Farmacopéia Paulista.

INTRODUÇÃO

Justificativa e debate historiográfico

A prática farmacêutica tem atraído o interesse de historiadores e sociólogos e começou a ser estudada mais sistematicamente nos últimos anos, seguindo a linha do estudo das profissões de saúde, cuja concentração maior de pesquisas ainda está na área da Medicina. A institucionalização da Farmácia no Brasil já foi estudada em outros períodos e contextos, tanto pelos próprios farmacêuticos¹, quanto por historiadores como Verônica Velloso² e Tania Pimenta e Ediná Costa³, que abordaram o tema no Rio de Janeiro e na Bahia, respectivamente, onde se instalaram as primeiras escolas de Farmácia do país, anexas às de Medicina e em funcionamento desde 1832. Um trabalho recente que aborda o tema, numa perspectiva comparativa com a Medicina, foi a tese de Saúde Pública, de caráter histórico, de Paula Kanikadan⁴ defendida em 2010 na Faculdade de Saúde Pública da USP, que compara a atuação de médicos e farmacêuticos frente à terapia popular em dois contextos diferentes - o estado de São Paulo e a Inglaterra - num período de mais de um século (1815 a 1930).

No que se refere ao tema específico desta dissertação, a institucionalização da Farmácia do ponto de vista da profissão, um trabalho fundamental é o de Vera Beltrão Marques⁵. Marques mostra que os boticários eram considerados em Portugal no século XVIII como um “ofício de segunda categoria” quando relacionados aos médicos. “Os boticários eram formados seguindo o

-
- 1 Há vários trabalhos de história da Farmácia produzidos por farmacêuticos, como: CARVALHO, José Coriolano. Da Pharmácia: origem e evolução. Sem editora. [1922]; OLIVEIRA, Abel de. Páginas Farmacêuticas. Rio de Janeiro. Tipografia Medicamenta, 1926; SILVEIRA, Candido Fontoura. A Saúde Pública e as Farmácias. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista. s/d.; SILVEIRA, Candido Fontoura. Farmácia e Farmacêuticos no Brasil. São Paulo: Instituto Medicamenta, 1938; ALBUQUERQUE, Álvaro. “A História da Farmácia no 1. Congresso Panamericano de Farmácia” (Conferencia pronunciada no Instituto Brasileiro de História da Medicina na sessão de 28 de junho de 1949, como membro titular do Instituto). In: ALBUQUERQUE, Álvaro. O Brasil no 1. Congresso Panamericano de Farmácia. Havana, Cuba, 1 a 8 de dezembro de 1948; ALBUQUERQUE, Álvaro. Sobre o Ensino Farmacêutico no Brasil. Rio de Janeiro: Edição do Laboratório Vitex Limitada. 1948; POURCHET CAMPOS, Maria Aparecida. O Ensino Farmacêutico em São Paulo – meio século de tradição e de progresso (1898-1948). São Paulo, Universidade de São Paulo, [1949]; ARAÚJO, Carlos da Silva. Subsídios Esparsos para a História da Farmácia Carioca. Contribuição ao 1. Congresso Panamericano de Farmácia, reunido em Havana, Cuba, em dezembro de 1948. Rio de Janeiro, Gráficas da Editora A Noite. 1949; LIBERALLI, Carlos Henrique. Discursos (1946-1952). São Paulo, 1952; MALHADO FILHO, J. “Farmacêuticos de outros tempos”. An. Farm. Quim. São Paulo, 6, 2, 1953; ARAÚJO, Carlos da Silva. Figuras e Factos na História da Farmácia no Brasil Português. Trabalho apresentado ao 3. Congresso Luso-Espanhol de Farmácia, em Santiago de Compostela, de 22 a 29 de agosto de 1954. Lisboa, Editorial Império, 1954.
 - 2 VELLOSO, Veronica. Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes. Rio de Janeiro, 2007. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz-Fundação Oswaldo Cruz.
 - 3 PIMENTA, Tania; COSTA, Ediná Alves. O exercício farmacêutico na Bahia na segunda metade do século XIX. História, Ciências, Saúde: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n.4, out-dez.2008, p.1013-1023.
 - 4 KANIKADAN, Paula Yuri S. Médicos e farmacêuticos na terapia popular: uma trajetória de suas profissões no estado de São Paulo e na Inglaterra (1815-1930). Tese de doutorado, Faculdade de Saúde Pública/USP, 2010.
 - 5 MARQUES, Vera Regina Beltrão. Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Memória-Unicamp, 1999.

regimento dos ofícios mecânicos. Aprendiam praticando com um mestre na condição de aprendizes. Essa antiga prática já fora formadora de físicos e cirurgiões no Portugal quatrocentista” (Marques, 1999, p. 164). Marques diz que não só os boticários, mas também os farmacêuticos eram formados na prática: “Algo semelhante acontecia na área da Farmácia. Os aprendizes de boticário praticavam com seus mestres até a obtenção da carta de exame” (Marques, 1999, p. 164).

Quando trata dos “boticários brasílicos”, a autora destaca que as regras do livre comércio de todo e qualquer produto preponderava sobre a regulamentação existente sobre a venda de medicamentos na colônia. Uma situação que ela nota durante o século XVIII e que continuará até princípios do XX, é que “muitas pessoas não faziam exame embora fazê-los nem sempre era garantia de um desempenho adequado. As boticas passavam de pai para filho, solicitando os herdeiros licença às autoridades para continuar com a farmácia” (Marques, 1999, p. 209). Vera Marques diz que era comum os boticários abdicarem da sua atribuição e delegarem indevidamente aos aprendizes tarefas que não lhes cabiam e para as quais nem sempre estavam preparados.

De acordo com Marques, além do ingresso por meio da prática e exame do físico-mor, era possível ingressar no ofício por meio da Faculdade de Botica da Universidade de Coimbra, fundada em 1537. A autora ressalva que a Faculdade de Botica não existia de fato, mas expedia carta de exame que permitia a prática e valorizava o profissional, principalmente os que almejavam algum cargo privilegiado.

A documentação do início da fiscalização do exercício profissional em Portugal não foi encontrada pela autora, e Marques apresenta a hipótese de Pedro José da Silva, de que não havia em Portugal cartas de exame de boticários, por ser a atividade considerada do comércio e, portanto, não atinente ao âmbito do controle do físico-mor durante o século XV e parte do XVI, uma vez que até os veterinários eram examinados nesse período. (Marques, 1999, p.166)

Outro trabalho que aborda a Farmácia no Brasil, este com foco no Império, é o de Verônica Velloso⁶. Velloso analisa a trajetória de duas associações de cunho científico e profissional: a Sociedade Farmacêutica Brasileira (1851) e o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (1858) e a relação destas com a Sociedade Farmacêutica de Lisboa (1835). Levanta pontos em comum da Farmácia nos dois países, como o estigma da inferioridade com relação à Medicina e em relação às nações consideradas civilizadas pelos farmacêuticos de então (Estados Unidos e Europa). Esses profissionais acreditavam que a estrutura do ensino farmacêutico, anexo sempre a um curso de Medicina, com menor tempo de formação e um currículo mais restrito que o dos médicos, colaborava para o desprestigiado lugar ocupado pelos farmacêuticos na sociedade. Para Velloso, no

6 VELLOSO, Verônica. Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes. Rio de Janeiro, 2007. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz-Fundação Oswaldo Cruz.

entanto, a inserção do ensino de Farmácia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1832, traduz tanto a busca de um sentido científico para a atividade dos farmacêuticos quanto a intenção de ampliar seus espaços de atuação para além do preparo e conservação de medicamentos.

Velloso destaca que as primeiras associações de farmacêuticos buscavam alcançar o estatuto de ciência para a Farmácia, por meio de revistas científicas, da obrigatoriedade do ensino acadêmico, do combate ao exercício ilegal da farmácia e da elaboração de um código farmacêutico brasileiro. Nesta pesquisa observamos que o processo foi muito semelhante em São Paulo e que os farmacêuticos seguiram o mesmo modelo.

São Paulo e a Saúde Pública

O presente estudo restringe-se ao estado de São Paulo que, como é sabido, no período da análise apresenta um crescimento vertiginoso e um acelerado processo de urbanização, resultante da expansão das atividades agrícolas, comerciais e de serviços, da constituição da República e da consolidação do trabalho livre e assalariado no país.

Maria Alice Rosa Ribeiro⁷ apresenta de forma magistral as mudanças ocorridas na área da saúde em São Paulo no início da República em decorrência e em adaptação às mudanças sociais, políticas e econômicas que estavam ocorrendo. A autora afirma que com uma sociedade instaurada no trabalho livre, houve a necessidade de o Estado se estruturar para atender a novas demandas: “O Estado não estava mais à frente de uma população de escravos sem direitos civis, a população agora é constituída por uma massa crescente de trabalhadores livres com direitos à saúde e à educação” (Ribeiro, 1993, p. 12-13). Para Maria Alice Ribeiro a constituição de um mercado de trabalho em São Paulo é o ponto chave para entender a saúde pública no estado. Com a escolha de criar um mercado de trabalho livre, se tornou imprescindível criar uma infraestrutura institucional para solucionar os problemas decorrentes do aumento vertiginoso da população (Ribeiro, 1993, p.20). A autora afirma que essa preocupação aparece no relatório do presidente de província João Alfredo em 1886, que dizia que para atrair imigrantes era necessário sanear as cidades, principalmente Santos, porta de entrada dos estrangeiros e foco de várias epidemias (Ribeiro, 1993, p.26). Desse modo, a ação do Estado se amplia e começa a se definir uma política de saúde pública.

O aumento populacional no período é vertiginoso. Nos anos 1890 entraram cerca de 600.000 imigrantes no Brasil com passagens subsidiadas integralmente pelo Estado e com o destino definido de trabalharem na lavoura, principalmente do café (Ribeiro, 1993).

Ribeiro apresenta dados que mostram que a população do estado de São Paulo passou de:

7 RIBEIRO, Maria Alice Rosa. História sem fim... inventário da saúde pública. São Paulo, 1880-1930. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

837.354 habitantes em 1872, para 1.384.753 em 1890, e para 2.282.279 em 1900. A autora destaca a importância que teve a entrada de estrangeiros nesse aumento (Ribeiro, p.20).

Esses dados ficam mais claros na tabela abaixo, que mostra o aumento da população do Brasil, de São Paulo (estado e cidade).

Ano	São Paulo (estado)	São Paulo (cidade)	Brasil
1872	837.354	23.243	9.930.478
1890	1.384.753	64.934	14.333.915
1900	2.282.279	239.934	17.318.556
1920	4.592.188	579.033	30.635.605

Fonte: Fragmento da tabela de Ribeiro (1993) elaborada a partir de Singer, 1966, p. 234

Com a Proclamação da República se deu a federalização do país com autonomia dos Estados em algumas questões, como a saúde pública.

Telarolli Junior⁸ diz que a legislação organizando o serviço sanitário estadual promulgada em 1892 foi a primeira efetivamente implantada em São Paulo na República. O autor informa que o projeto foi apresentado por Casimiro da Rocha à Câmara dos Deputados com a justificativa do agravo das condições sanitárias no estado, com ênfase à situação sanitária de Santos, que, sendo porta de entrada dos imigrantes, colocava em risco o fluxo de estrangeiros. Era um projeto ambicioso: “Em lugar dos cinco funcionários existentes na Inspetoria de Higiene no final da Monarquia, a nova organização sanitária previa um corpo de 337 funcionários para a então criada Diretoria de Higiene.” (Telarolli Junior, 1996, p. 182).

No entender de Telarolli, mesmo com a orientação de centralização estadual da organização sanitária

a nova lei não implicou uma presença marcante do Estado no campo da saúde pública, permanecendo indefinidos os limites entre as atribuições do estado e seus municípios. Apesar de terem sido nomeados delegados de higiene para muitos municípios do estado logo em 1892, não houve maior impacto nas condições sanitárias do interior, por não disporem do suporte técnico e financeiro necessário a uma atuação efetiva (Telarolli Junior, 1996, p. 183).

Para o autor, foi preciso esperar até 1894 para que a lei fosse regulamentada, através do decreto n.87, que detalhava minuciosamente a sua execução. Telarolli Junior afirma que

esse decreto, com o título de *Regulamento de Higiene*, incluiu dispositivos que seriam o arcabouço da futura ação sanitária estadual sob o modelo tecnológico

⁸ TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

campanhista policial. No *Regulamento de Higiene* já estavam presentes dispositivos regulamentando a fiscalização dos cortiços e outros estabelecimentos de habitação coletiva, a higiene dos estábulos e o funcionamento das maternidades, a notificação, isolamento e desinfecção nos casos de doenças transmissíveis, a fiscalização da alimentação, da atividade industrial e do exercício da medicina, farmácia, obstetrícia e arte dentária, e o funcionamento das drogarias e lojas de instrumentos de cirurgia. Um campo tão amplo de atuação nos permite classificá-lo como um primeiro e rudimentar código sanitário do Estado de São Paulo, que só foi publicado com esse nome em 1894 (Telarolli Junior, 1996, p. 189).

Rosa Ribeiro fala que a legislação e o aparato sanitário convergiram para atender demandas profiláticas. Até 1911 vigorou o código sanitário de 1894, o primeiro elaborado no estado de São Paulo. Além dele foram elaboradas leis sanitárias que o regulamentavam: a lei de 1896 e o decreto de 1906. Em 1911, foi feita uma reforma do código sanitário que colocou na ordem do dia preocupações relacionadas ao processo de urbanização. A reforma trouxe para a legislação questões que se desenvolveram no processo de crescimento das cidades do Estado, em especial, da capital, que aumentou vertiginosamente na última década do século XIX (Ribeiro, 1993, p.111).

Maria Alice Ribeiro aborda também a mudança no perfil populacional que começa a acontecer no começo do século XX em São Paulo. Segundo ela, o fluxo migratório no estado de São Paulo tem um revés nos anos iniciais do século XX. Os anos 1903, 1904 registraram saída de trabalhadores devido a superprodução cafeeira, ou seu deslocamento do campo para as cidades. “O extraordinário crescimento populacional da cidade de São Paulo ligou-se a este fenômeno [superprodução cafeeira].” (Ribeiro, 1993, p. 176).

No entanto, Ribeiro afirma que o movimento imigratório ganha novo impulso em 1905 com a vinda de um contingente de espanhóis, superando pela primeira vez a entrada de trabalhadores italianos. Dos 47.817 estrangeiros que entraram no país, quase metade era de espanhóis em 1905. Em 1906 também os espanhóis foram a nacionalidade dominante. Em 1908, os portugueses aparecem em primeiro lugar, ano em que se registra a primeira leva de japoneses entrados no país (Ribeiro, 1993, p.176).

O movimento imigratório deu novo salto em 1911, 1912 e 1913, quando a entrada de imigrantes chegou a 119.758, clímax que se enfraqueceu no início da primeira guerra. Em 1914, o número de imigrantes inscritos na Hospedaria dos Imigrantes foi de 46.924, quase metade do registrado em 1913; caíram para 22.559 e 22.134 em 1915 e 1916. Em 1917 são 31.459 e em 1918, 16.980 imigrantes (Ribeiro, 1993, p.176-77).

Ribeiro fala que a complexidade de crescimento urbano da cidade de São Paulo pode ser evidenciada pelo aumento do número de estabelecimentos sujeitos ao pagamento de impostos

realizado entre 1914 e 1929, que cresceu 304,22%, passando de 7.785 para 23.958 estabelecimentos. Na capital os estabelecimentos dedicados ao comércio de mercadorias, passou de 4.905 em 1914 para 11.682 em 1929 (Ribeiro, 1993, p.227-28).

Outro aspecto analisado por ela que mostra o adensamento populacional em São Paulo é a expansão imobiliária na cidade de São Paulo. Entre 1900 e 1910, o número de prédios construídos era de mil (média anual); entre 1910 e 1929, a média anual passou para quase 3 mil. Em 1910 eram 32.914 prédios e em 1929 eram 60 mil (Ribeiro, 1993, p.228).

É nesse cenário que se insere esta pesquisa. Neste estado em formação e expansão, com aumento populacional e onde aumentam os problemas sanitários e as demandas por assistência à saúde e, conseqüentemente, em função do modelo de tratamento adotado, por medicamentos. É na capital desse estado, que vai se constituir a primeira associação da classe farmacêutica de São Paulo, a Sociedade Farmacêutica Paulista, e a primeira escola da área da saúde, a Escola Livre de Farmácia.

Material e método

Este trabalho se insere na linha de História Social da Ciência, em que ciência é compreendida como prática socialmente construída, cujas disputas se dão também na arena política. Nessa visão, a ciência, como idéia ou aplicação, seja qual for sua especificidade, está vinculada permanentemente ao contexto social no qual é produzida.

Na perspectiva da história social da ciência, a produção de conhecimento é sempre ação humana em relação contínua com outras práticas e atividades sociais, tendo no entanto características específicas de produção e legitimação. Assim, conhecimento científico é entendido como produto social integrado à dinâmica cultural e política de determinada época.

Thomas Kuhn⁹ foi um dos primeiros a apontar a relação inextricável entre fatores científicos e extra científicos na formulação e validação do conhecimento científico. Depois dos trabalhos de Thomas Kuhn, a historiografia passou a trabalhar com uma nova definição de ciência, a de atividade de produção de conhecimentos socialmente instituída (Kuhn, 2007).

Para contextualizar os embates por que passam as práticas científicas, no processo de legitimação, outro teórico, Pierre Bourdieu, diz que:

o que está em jogo especificamente nesta luta é o monopólio da autoridade científica definida de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social;

9 KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ou se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade). (Bourdieu apud Almeida, 2003, p. 25).

Para Bourdieu¹⁰, o processo de conquista de um espaço institucional nunca é pacífico, a luta inseparavelmente científica e política pela legitimidade depende da estrutura do campo, isto é, da estrutura da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes da luta. Esta estrutura pode teoricamente variar entre dois limites teóricos, de fato jamais alcançados: de um lado, a situação de monopólio de capital específico de autoridade científica, de outro a situação de concorrência perfeita supondo a distribuição equitativa desse capital entre todos os concorrentes. O campo científico é sempre o lugar de luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção disponíveis. (Bourdieu, p. 136)

Bourdieu afirma que a luta pela legitimação científica nunca é só científica, podendo até chegar próximo disso, mas também política. Nas palavras do autor:

Quanto mais um campo é heterogêneo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais (argumento de autoridade, sanções de carreira, etc) e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas, e reciprocamente: para se fazer valer aí, é preciso fazer valer razões; para aí triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações” (Bourdieu, 2004, p.32)

No contexto brasileiro, segundo Maria Amélia Mascarenhas Dantes¹¹, o interesse dos historiadores pelas atividades científicas desenvolvidas no país é bem recente, embora essas práticas e atividades remontem ao século XVI. Relata que os primeiros estudos, mais tradicionais, da História da Ciência se voltaram para os grandes cientistas e para as teorias e experimentos considerados revolucionários (Dantes, 2005).

Dantes, em texto de 1988 citado por Ferreira (1996)¹², mostra que a institucionalização das

10 BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

11 DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As Ciências na História Brasileira. *Ciência e Cultura*, v. 57, n.1 São Paulo, jan-março 2005.

12 FERREIRA, Luiz Otávio. O nascimento de uma instituição Científica: o Periódico Médico Brasileiro na Primeira

atividades científicas no Brasil não ocorreu de maneira linear, sendo possível delimitar, do ponto de vista histórico, diferentes fases de implantação da ciência, cada uma delas envolvendo atores sociais, instituições, ideologias e disciplinas científicas diferentes. Dantes divide a institucionalização das atividades científicas no Brasil em três fases: a primeira é a da ideologia iluminista e da tradição naturalista; a segunda a da introdução da ciência experimental; a terceira é a da criação das universidades e do desenvolvimento das ciências básicas. (Dantes, apud Ferreira, 1996)

A autora nota que desde o final do século XX houve um aumento significativo de trabalhos sobre as profissões científicas no Brasil, além de ter se diversificado a abrangência regional dos trabalhos. Antes vistos como meros copiadore e receptores da ciência europeia e americana, os países periféricos se tornaram objeto de estudo e produtores de conhecimento na área e hoje são percebidas e analisadas as práticas científicas desenvolvidas nestes países e regiões. (Dantes, 2005)

Quanto aos conceitos, um conceito chave para este trabalho e utilizado a partir da visão de dois teóricos, Bourdieu e de Freidson¹³, é o de “autonomia”. Para Bourdieu, autonomia implica na existência de uma relativa independência dos campos em relação às transformações político-econômicas que ocorrem na sociedade. Mas para Bourdieu, esse conceito também se encontra ligado à idéia de reprodução:

a história do campo é a história que se faz através da luta entre os concorrentes no interior do campo. Neste sentido, a História se desvenda como reprodução, pois como considerar o campo, lócus do consenso, como espaço de transformação?
(Ortiz, apresentação da obra de Bourdieu, 2004, p.27)

Para Freidson, preocupado com a autonomia profissional, esta nunca é absoluta por si. É o Estado que tem soberania sobre todos e concede autonomia condicional a alguns. Assim, “A característica mais estratégica e preciosa da profissão – sua autonomia – é, portanto, decorrente de sua relação com o Estado soberano, sem o qual ela não é, enfim, autônoma.” (Freidson, 2009, p.43).

Segundo Freidson, o verdadeiro critério de autonomia profissional é o de ter o trabalho avaliado por seus pares e não por leigos, no caso do médico isso se reflete no direito de fazer um diagnóstico e prescrever segundo os critérios habituais do saber médico (Freidson, 2009, p.64).

Assim a profissão baseia sua reivindicação por autonomia com a posse de uma perícia tão esotérica ou complexa que os leigos não podem exercer a atividade de maneira segura e satisfatória e nem mesmo avaliar o trabalho de maneira adequada. Os leigos são excluídos da prática e da

Metade do Século XIX. Tese. FFLCH-USP/Departamento de História. São Paulo, 1996.

13 FREIDSON, Eliot. Profissão Médica – um estudo de sociologia do conhecimento aplicado. Tradução: André F. Pereira Neto e Kvieta B. Morais. São Paulo: editora da Unesp; Porto Alegre: editora Sindicato dos Médicos, 2009.

avaliação do trabalho. (Freidson, 2009, p.65)

Quanto à terminologia da análise, utilizamos dois conceitos que precisam ser explicitados: *institucionalização* e *profissionalização*.

Institucionalização, segundo Sílvia Figueirôa¹⁴, é: “o processo de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas num determinado espaço-tempo histórico” (Figueirôa, 1997, p. 24). Figueirôa reforça a importância nesse processo de uma rede de sustentação das atividades científicas, que segundo ela tem seus elementos mais visíveis nas 'instituições' científicas, mas também presentes na 'comunidade' científica.

Para conceituar *profissionalização*, foi utilizado o trabalho de Freidson¹⁵ que traz uma análise sociológica das profissões, especialmente da profissão médica e, como vimos, enfatiza a autonomia profissional. Para o autor uma das diferenças entre *ocupação* e *profissão*, é que a *profissão* assume uma posição dominante na divisão social do trabalho, podendo assim controlar e determinar a essência de seu trabalho. Os profissionais conseguiriam passar a imagem de ser especialmente confiáveis, uma vez que seriam os únicos a possuir dimensão ética e de habilidades que a atividade exige, tendo assim segurança em relação à sua realidade de atuação, ganhando prestígio e autoridade relativa à especialidade.

Ainda, para Friedson, a eficácia do trabalho do profissional seria adquirida durante o aprendizado, seja ele com um mestre ou na academia. Os grupos profissionais buscam uma diferenciação dos leigos, não só no que se refere à sua atividade mas, em alguns casos, em seus “gestos sociais”, ou seja, nas maneiras diferenciadas de se vestir, de falar e através do uso de termos específicos, não compreendidos por leigos. Para que consigam o reconhecimento do público, os profissionais como os farmacêuticos, cuja atividade tem caráter científico e aplicado, precisam demonstrar empiricamente o resultado do seu trabalho, pois seu prestígio e confiabilidade viriam da sua capacidade de resolução prática de problemas concretos. Assim o prestígio não advém apenas da formação acadêmica, mas também de habilidades específicas adquiridas e de uma identidade reconhecida pelos pares e pela sociedade em geral, uma vez que não é apenas a confiabilidade do indivíduo que importa, mas também a de sua categoria profissional.

A pesquisa

No intuito de contribuir com o estudo da presença dos farmacêuticos em São Paulo,

14 FIGUERÔA, Sílvia. As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934. SP: Ed Hucitec, 1997.

15 FREIDSON, Eliot. Profissão Médica – um estudo de sociologia do conhecimento aplicado. Tradução: André F. Pereira Neto e Kvieta B. Morais. São Paulo: editora da Unesp; Porto Alegre: editora Sindicato dos Médicos, 2009.

buscamos analisar as estratégias utilizadas pelos farmacêuticos com o objetivo de fortalecimento da Farmácia através das associações, de revistas especializadas e da academicização da profissão.

Pudemos observar pelas fontes levantadas que a estratégia adotada era vista pelos farmacêuticos paulistas que escreviam nas revistas especializadas como uma maneira de seguir o modelo dos farmacêuticos europeus e norte-americanos, tido como ideal para o fortalecimento da profissão¹⁶.

Os cursos de Farmácia no Brasil foram oficializados com a reforma do ensino médico de 1832. Os Colégios Médico-Cirúrgicos do Rio de Janeiro e da Bahia passaram a ter a denominação de “Faculdades de Medicina”, e deveriam ter anexos ao de Medicina, de seis anos, um curso farmacêutico, ministrado em três anos. Em Minas Gerais, na então capital do estado, foi criado um curso de farmácia independente, não anexado a um curso de Medicina, a Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1839. Algumas décadas depois, em 1879, através de um decreto assinado pelo conselheiro Leôncio de Carvalho, o ensino no país se tornaria livre, ou seja, associações de particulares podiam fundar estabelecimentos de ensino superior que seguissem os programas oficiais de ensino. Segundo Pourchet-Campos¹⁷, os cursos autônomos seriam inspecionados pelo governo apenas nas “condições de moralidade e higiene” (Pourchet-Campos, 1949, p. 5). A criação da Escola de Farmácia de São Paulo, em 1898, só foi possível a partir da brecha criada por essa reforma.

Um outro aspecto que procuramos tratar é o dos conflitos dos farmacêuticos com o poder instituído na regulamentação da profissão e no delineamento de seu espaço com os práticos, e a dificuldades que estes profissionais encontraram de contar com o apoio oficial, mesmo nos casos em que havia legislação a respeito.

Quanto ao método, foi optado por uma combinação de análise qualitativa e quantitativa dos dados a partir da pesquisa documental em fontes primárias e secundárias.

A análise quantitativa será utilizada no tratamento dos dados referentes ao perfil dos profissionais. Isso se aplica tanto ao montante de registros dos farmacêuticos quanto à relação de profissionais habilitados publicada na revista União Farmacêutica em 1917, referente a 1916, com a lista de farmácias abertas no estado com seus respectivos donos e farmacêuticos responsáveis.

A coleção de Livros do Registro Profissional do Serviço Sanitário de São Paulo soma 107 volumes com cerca de 500 páginas cada. Os registros referem-se a diplomados por instituições de ensino e práticos licenciados. Dentre os volumes sobre diplomados, 45 trazem o registro de

16 Estes caminhos para a legitimação aparecem também em outros contextos e para outras categorias profissionais. Ver VELLOSO, op.cit. e FERREIRA, op.cit.

17 POURCHET CAMPOS, Maria Aparecida. O Ensino Farmacêutico em São Paulo – meio século de tradição e de progresso (1898-1948). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1949.

diferentes profissionais, como farmacêuticos, dentistas e parteiras. Pelos livros é possível levantar dados referentes a data e local de nascimento, filiação, além dos dados estritamente ligados à profissionalização como a instituição formadora, data e local do diploma, revalidação em escola nacional de diplomas estrangeiros, entre outros. Uma das primeiras revelações dos livros e já apresentadas por Maria Lucia de Barros Mott e sua equipe em diversos trabalhos¹⁸ é a que se refere à proporção entre os sexos, sobretudo nas áreas de Farmácia, Odontologia e Medicina nas primeiras décadas do século XX. Outra, é a importância da Escola Livre de Farmácia de São Paulo, que em 1901 passa a ser Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo, na formação de profissionais dessas áreas e que atuaram no Estado, uma vez que passa a ser a instituição com maior número de diplomados registrados.

Foi elaborado um banco de dados¹⁹ para o registro de farmacêuticos do Estado de São Paulo com dados de 1892 a 1933. Nas planilhas foram coletadas as seguintes informações: número do livro e da página; faculdade; nome; sexo; estado civil (dados raro e restrito às mulheres); outra categoria profissional (se militar, religioso, professor); data, cidade, estado e país de nascimento; faculdade de revalidação (para os diplomas estrangeiros) e ano de registro no Serviço Sanitário. A partir desses dados, foi traçado um perfil desses profissionais.

Quanto à análise qualitativa, o enfoque aqui adotado é o da história social das ciências. Para a análise das estratégias dos profissionais, será utilizada: análise dos discursos dos farmacêuticos; análise da grade curricular para definir melhor o perfil da profissão na época; análise da organização das associações e revistas pelos profissionais.

A principal fonte utilizada foi a Revista Farmacêutica. Editada pela Sociedade Farmacêutica Paulista em seu princípio, a revista depois passa a ser propriedade do farmacêutico Luiz Pinto de Queiroz, que a mantém até a década de 1920, no mesmo formato do início, contando com a colaboração dos professores da Escola de Farmácia. Não tivemos acesso às revistas depois de 1910. Até esse período, ela passou a ser Revista Farmacêutica e Odontológica no primeiro ano do curso

18 MOTT, M. L. et al. Moças e Senhoras Dentistas: Formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 97-116, 2008; MOTT, M. L. et al. Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, p. 853-868, 2008; MOTT, M. L. et al. As parteiras eram tutte quante italianas (São Paulo, 1870-1920). *História. Questões e Debates*, v. 47, p. 65-94, 2007; MOTT, M. L.; ALVES, O.S.F. Farmacêuticos em São Paulo. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde*, v. 38, p. 24-27, 2006; MOTT, M. L. et al. Perfil dos Médicos e Médicas em São Paulo (1892-1943). in MOTA, A. e MARINHO, M. G. S. M. C. (orgs.). *Práticas Médicas e de Saúde nos Municípios Paulistas: a História e suas Interfaces*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2011. Outro trabalho desenvolvido a partir dessa documentação foi o de OLIVEIRA, A.L.O. Da prática Fisioterapeuta à Fisioterapia como profissão. Mestrado em Saúde Coletiva. Faculdade de Ciências Médicas. Campinas: UNICAMP, 2011.

19 Participei do Projeto Trabalhadores da Saúde coordenado por Maria Lucia Mott, que elaborou o referido banco de dados. Foram realizadas planilhas contendo dados de farmacêuticos, parteiras, enfermeiras, médicos, dentistas, fisioterapeutas entre outros. Para detalhes ver MOTT (2006).

de Odontologia da Escola, mas depois se dividiram em duas revistas. Encontramos uma referência de que foi órgão do Centro Farmacêutico Paulista, que atuou junto com outra entidade, se chamando por um tempo “Revista Farmacêutica e Terapêutica”, mas infelizmente não podemos dar mais detalhes de sua trajetória.

A revista da União Farmacêutica começou a ser editada por essa associação em 1914 e encontramos revistas até a década de 1950.

Por essas revistas foi possível perceber as estratégias dos farmacêuticos em busca de seus objetivos e também saber um pouco o que pensavam e como se sentiam em relação à sua profissão.

CAPÍTULO I – OS FARMACÊUTICOS DIPLOMADOS E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PROFISSIONAIS

Vamos apresentar neste capítulo algumas das estratégias dos farmacêuticos para fortalecimento de sua profissão, como as instituições que lutaram para criar, algumas com êxito, no começo da República. Neste capítulo serão abordados:

- 1.º A fundação da primeira associação científica e de classe da categoria, a Sociedade Farmacêutica Paulista (1894) e o surgimento da Revista Farmacêutica (1895);
- 2.º a criação do primeiro curso de Farmácia (e primeiro da área da saúde) de São Paulo, a Escola Livre de Farmácia (1898);
- 3.º a elaboração e aprovação da Farmacopéia Paulista (1916-1917).

Serão privilegiados os personagens envolvidos, seus argumentos e idéias.

A criação da Sociedade Farmacêutica Paulista e da Revista Farmacêutica e os temas debatidos pelos sócios no início de sua atuação

Segundo as atas da Sociedade Farmacêutica Paulista (SFP), publicadas na Revista Farmacêutica, a idéia de criação da associação surgiu da conversa de alguns farmacêuticos que atuavam na capital e que lamentavam a decadência em que vinha caindo a classe. Para eles os principais motivo da derrocada eram: a ausência de garantias que a profissão gozava na sociedade e o indiferentismo com que os poderes públicos tratavam os assuntos que se referiam à Farmácia. Informaram que foram buscar o exemplo de Dorvault²⁰ que conseguiu colocar a classe na França em seu devido lugar – no “seio das sociedades cultas” e, o primeiro passo, foi convocarem uma reunião com os colegas buscando os interesses coletivos da classe e a defesa dos seus direitos (Revista Farmacêutica (RF), n.º 4, 15/08/1895).

Neste item serão analisadas as primeiras reuniões que deram origem à Sociedade Farmacêutica Paulista e que foram publicadas na Revista Farmacêutica, seu órgão oficial. As reuniões eram realizadas no período noturno, depois do expediente. No começo, as reuniões se realizavam na casa ou farmácia de um dos membros, até conseguirem uma sala para a Sociedade e a Revista.

A primeira reunião se deu na casa de um dos farmacêuticos interessados na fundação da SFP, à rua São Caetano, n.º 9, na Capital, em 10 de junho de 1894. Estiveram presentes 17 farmacêuticos.

²⁰ Segundo Veronica Velloso, François Dorvault (1815-1879) era farmacêutico de oficina de Paris. Publicou *L'Officine ou Répertoire Général de Pharmacie Pratique* em 1844. Foi um dos fundadores da *l'Union Pharmaceutique* e da *Pharmacie Centrale des Pharmaciens*, ambas em Paris (Velloso, 2007, p.205).

O primeiro a falar foi José de Paula Camargo que expôs os fins da reunião – a fundação de uma sociedade “que pugnassem, em todos os terrenos, pelos interesses coletivos da classe e conseguisse, por meios adequados, a sua autonomia e independência” (ata da reunião de 10/06/1894 in RF, n.º 4, 15/08/1895, p.86). Camargo propôs que o colega Amando Stockler presidisse os trabalhos, o que foi aceito por todos. Stockler pediu então para ser secretariado por Luiz Pinto de Queiroz e Frederico de Borba, este último, indicou José de Paula Camargo que aceitou substituí-lo. Decidiram que este grupo comporia a diretoria provisória da Sociedade até a eleição de uma definitiva e da composição de comissões. Acordaram também que iriam contatar os farmacêuticos da capital e do interior para apresentar a proposta e buscar apoio.

Se reuniram pela segunda vez em 04 de julho de 1894, na rua São Bento, n.º 21. Dessa vez estavam presentes 12 farmacêuticos. Declaram instalada a “Sociedade Farmacêutica Paulista” e proclamaram sócios fundadores os farmacêuticos presentes nas primeiras reuniões. Elegeram uma comissão para elaboração dos estatutos e decidiram que a diretoria continuaria com os três escolhidos – Stockler, Pinto de Queiroz e José Camargo até que fosse convocada uma assembléia com poder de eleger a diretoria definitiva, e que eles se responsabilizariam por traçar os estatutos da SFP (ata da reunião de 04/07/1894 in RF, n.º 5, 15/09/1895, p. 106).

Quase um mês e meio depois, em 17 de agosto, reúnem-se novamente, dessa vez no salão do Grêmio do Comércio. Amando Stockler apresentou o projeto dos estatutos que, posto em discussão, foi parcialmente aprovado. Foi sugerida uma emenda pelo farmacêutico Calassancio que pregava “Fazer sentir ao Governo Estadual a indeclinável necessidade de organizar-se uma farmacopéia paulista, que uniformize o trabalho no Estado” (ata da reunião de 17/08/1894 in RF, n.º 5, 15/09/1895, p. 107). Posta em discussão, Pinto de Queiroz sugeriu que em lugar de se representar ao governo do estado, fosse representado ao governo federal a proposta de uma Farmacopéia Brasileira, o que foi aceito.

Na reunião de 6 de outubro, continuaram a discussão dos estatutos e, por proposta de Luiz de Queiroz, foi incluído como um dos fins da sociedade o de criar um corpo de oficiais de farmácia, submetendo a exames os oficiais já existentes que quisessem, no intuito de obterem um título de aptidão que melhor os recomendassem aos farmacêuticos. Foi também acordado que em caso de dissolução da Sociedade Farmacêutica, seus bens seriam doados à “Escola de Farmácia do Estado de São Paulo” (que será abordada mais adiante) que tinham o projeto de criar e caso esta ainda não estivesse criada, a outra escola de farmácia do país (ata da reunião de 06/10/1894).

Com a presença de 19 farmacêuticos, aprovaram em 24 de outubro as atas das sessões anteriores e elegeram a diretoria definitiva. Os cargos e os eleitos foram os seguintes: presidente (Henrique Schaumann), vice-presidente (José Eduardo de Macedo Soares), 1.º secretário (Buarque de Hollanda) 2.º secretário (Pergentino de Moraes), tesoureiro (João Baptista da Rocha), arquivista

(Assis Ribeiro). Foram os mesmos convocados para a próxima reunião, ocasião em que tomariam posse (ata da reunião de 24/10/1894 in RF, n.º 6, 15/10/1895).

Em 15 de dezembro de 1894, com a presença de 14 farmacêuticos, foi dada posse à primeira diretoria. Dentre os ausentes, o presidente Henrique Schaumann, que informou que não poderia assumir o cargo por compromissos pessoais; o 2.º secretário, Pergentino de Moraes, que encontrava-se gravemente enfermo; e o tesoureiro João Baptista da Rocha. Os presentes lamentaram as baixas e decidiram escolher novos nomes. Nesse primeiro ano já notavam assim as dificuldades de conseguir agregar os colegas em torno de uma causa coletiva. Elegeram José Eduardo de Macedo Soares para presidente e Frederico de Borba para 2.º secretário. Elegeram em seguida a comissão responsável pela redação da Revista Farmacêutica, cujo primeiro número viria a público em 15 de maio de 1895, sendo os escolhidos Rodrigues de Andrade e Ignácio Puiggari. Passaram a considerar sócios da Sociedade Farmacêutica Paulista todos os farmacêuticos que assistiram a quaisquer das sessões e decidiram que começariam a pagar uma mensalidade a partir daquele mês. A ata informou ainda que foi alugada uma casa para a realização dos trabalhos na rua da Esperança, n.º 11 (ata da reunião de 15/12/1894 in RF, n.º 7, 15/11/1895).

Na última reunião do primeiro ano, em 29 de dezembro, estiveram presentes 11 farmacêuticos. Na pauta, o aumento das mensalidades dos sócios, o valor da assinatura da revista e o pagamento de uma jóia, esta última recusada por não constar nos estatutos. Decidiram deixar o valor da revista para quando a mesma estivesse pronta e Christóvam Buarque de Hollanda defendeu que, antes da revista, fosse impresso o estatuto, que o próprio e outros sócios ainda não conheciam (ata da reunião de 29/12/1894 in RF, n.º 7, 15/11/1895, p.145). Na sessão seguinte (19/01/1895) lamentam o falecimento de Pergentino de Moraes, aos 24 anos. Para a confecção do regimento interno escolheram Pinto de Queiroz, França Pinto e J. De Camargo (RF, n.º 7, 15/11/1895).

A reunião de fevereiro diferiu um pouco da rotina administrativa e resolutiva que havia se estabelecido e discutiram a querela entre o sócio Luiz Pinto de Queiroz e o médico Nestor de Carvalho por conta de uma troca de medicamentos. O médico acusava Pinto de Queiroz da troca e este, por sua vez, culpava o prático Silvano Anhaia de imperícia²¹. Escreveram um protesto a ser encaminhado à imprensa, “não em defesa do farmacêutico Queiroz – 'em o qual nós todos vemos a mais alta competência profissional, mas sim como simples prova de adesão à atitude por ele

21 A grande diferença entre farmacêuticos e práticos era a posse do diploma. Mas a legislação, antes de 1931, com pequenos intervalos, dava ao prático o mesmo direito que ao farmacêutico no tocante a abertura de farmácias, nas localidades onde não houvesse farmacêutico diplomado estabelecido, num raio de 6 km. O prático deveria requerer à Diretoria do Serviço Sanitário a autorização para estabelecer a farmácia, pagar uma taxa, anexar cartas de recomendação de farmacêuticos ou médicos que atestassem sua identidade e competência. Se aprovado, o Diretor do Serviço Sanitário autorizaria o prático a publicar sua intenção em Diário Oficial, às suas custas, pelo período de 8 dias. Findo o prazo e nenhum farmacêutico diplomado apresentando seu interesse em abrir farmácia naquele local, o prático era autorizado a fazê-lo. Durante um certo período, os práticos deveriam, além dos outros trâmites, passar por um exame na EFOOSP. Isso foi prática nos primeiros anos de funcionamento da escola e, às vezes, o número de licenciados ultrapassava o de formados.

assumida contra a injúria com que se havia querido emporcalhar a sua ilibada reputação” (ata da sessão de 9/02/1895 in RF, n.º 7, 15/11/1895, p.146). Propuseram publicar o manifesto com a assinatura de todos que com ele concordassem. Um dos sócios acusou o prático em questão de exercer de modo ilegal e criminoso a profissão de farmacêutico, pedindo que o caso fosse oficiado ao Secretário do Interior pela Sociedade, o que foi aceito. Christovam Buarque de Hollanda, sendo subdiretor do Laboratório Farmacêutico do Estado, pediu dispensa de participar da representação, porque, mesmo concordando com a atitude, “não lhe parece regular representar aos poderes públicos, mesmo em caráter extra oficial, contra abusos praticados ou consentidos pela Diretoria de Higiene” (ata da sessão de 9/02/1895 in RF, n.º 7, 15/11/1895, p.146).

Na reunião seguinte, em 18 de março, já estavam de posse da resposta do Secretário do Interior à representação da Sociedade contra o prático. Estavam indignados com os argumentos da resposta e alguns membros diziam ser necessário protestar contra os argumentos “sofísticos” (que infelizmente não foram explicitados na revista) da Diretoria de Higiene. Buarque de Hollanda discordou mais uma vez, talvez por conhecer por dentro a burocracia do estado, dizendo que não adiantava replicar e, sua proposta, venceu por um voto. Decidiram então que numa ocasião oportuna iriam pedir ao Congresso a revisão do regulamento sanitário no que concerne à regulamentação da profissão. No entanto, não deixaram de encaminhar à Diretoria do Serviço Sanitário um outro caso de exercício ilegal da profissão no interior do estado, em Bragança. Nessa mesma reunião decidiram pelo início da redação da Revista Farmacêutica (ata da sessão ordinária de 18/03/1895 in RF, n.º 7, 15/11/1895, p.147).

Na primeira reunião de abril (22/04/1895) discutiram o regulamento interno e Macedo Soares informou que teria de abandonar a presidência da sociedade por problemas de doença na família. Uma semana depois (29/04), em reunião extraordinária, com a presença de 11 farmacêuticos, foi eleito presidente Luiz Pinto de Queiroz e Rodolfo Rodrigues para vice-presidente (RF, n.º 8, 15/12/1895)..

Em 20 de maio de 1895, com a presença de 10 farmacêuticos, foram lidas cartas de cinco farmacêuticos, do interior do estado de São Paulo e de Minas Gerais, que aceitaram o convite para serem sócios correspondentes da Sociedade. As indefinições e a falta de fiscalização quanto ao exercício profissional continuava sendo o tema mais debatido. Um dos sócios propôs que fosse representado contra um farmacêutico que havia se ausentado de sua farmácia, deixando um prático em seu lugar. A maioria não concordou que fosse atacado um colega. Decidiram encaminhar à Diretoria do Serviço Sanitário ofícios pedindo: esclarecimentos sobre o artigo 76 do regulamento; sobre a venda de medicamentos por ferragistas e denunciando a prática da farmácia por um médico, dr. Caetano Jovini. (ata da reunião de 20/05/1895, RF, n.º 8, 15/12/1895).

Dentre os objetivos da Sociedade estava o de promover debates científicos que

enriquecessem o grupo e promovessem o estudo da ciência. Nesse intuito, marcaram para a reunião seguinte a primeira discussão, tomando por tema a “Vantagem da substituição dos extratos fluidos pelas tinturas”. No entanto, não foi apresentada nenhuma comunicação e foi sugerido que se ampliasse as possibilidades para:

1.º substituição dos extratos fluidos pelas tinturas; 2.º qual o melhor processo para estas preparações?; 3.º qual o melhor processo para extração dos princípios vegetais?; 4.º devem ser conservados os extratos fluidos para a preparação dos xaropes balsâmicos e mucilaginosos?; 5.º Será conveniente introduzir os extratos fluidos na futura Farmacopéia Brasileira?” (ata da sessão de 10/06/1895, RF, n.º 8, 15/12/1895, p. 167/168).

A preocupação com a Farmacopéia Brasileira já aparecia nesse período e era um dos objetivos pelos quais lutaria a SFP, mas que só virá a lume na década de 1920. Foi lembrada a conveniência de começar a montar a biblioteca da Sociedade e foi proposto e aceito que fosse feito um pedido ao Ministro de Obras Públicas da União dos volumes da “Flora Brasiliensis”²² de Martius (ata da sessão de 10/06/1895, RF, n.º 8, 15/12/1895).

Nesta mesma reunião tomaram a decisão de enviar ao Congresso do Estado um projeto referente à alteração no regulamento de Higiene no que se referia à profissão farmacêutica e já na reunião seguinte, em 18 de junho, apresentaram o projeto delineado com sugestões para a revisão no regulamento de higiene, sobre o qual se debruçaram até às 22:30h, sem no entanto concluí-lo (RF, n.º 8, 15/12/1895).

Na reunião de 01 de julho de 1895, com a presença de 11 farmacêuticos, discutiram e anotaram modificações, supressões, emendas aos artigos compreendidos entre os números 62 e 71 do Regulamento de Higiene. Terminaram as sugestões na reunião de 15 de julho de 1895 e se comprometeram a enviá-las ao Congresso do Estado. Mais adiante, algumas considerações foram publicadas na Revista Farmacêutica e serão aqui abordadas.

Todas as sessões seguintes foram canceladas por falta de quorum. O número mínimo necessário de sócios era de nove, o que nem sempre era atingido. O grupo mais assíduo era o integrante da diretoria. Só conseguiram o número suficiente para uma sessão em 15 de outubro! Nela decidiram adiar a discussão “científica” e marcaram a próxima reunião com o objetivo de escolha da nova diretoria, responsável pelo ano de 1896 (RF, n.º 8, 15/12/1895).

A diretoria escolhida em 14 de novembro era composta pelos seguintes membros: presidente

22 O trabalho, ainda hoje considerado o levantamento mais abrangente da flora brasileira, está disponível para consultas on-line, desde 2006, no endereço <http://florabrasiliensis.cria.org.br/fviewer>, graças a um projeto coordenado pelo botânico George Shepherd, professor do Instituto de Biologia da Unicamp. Segundo o site, a obra, com textos em latim, foi produzida entre 1840 e 1906 por von Martius e uma equipe de mais de sessenta especialistas de vários países. O conjunto contém tratamentos taxonômicos de 22.767 espécies, a maioria de angiospermas brasileiras, reunidos em 15 volumes, com um total de 10.367 páginas.

- Ignacio Puiggari; vice-presidente - Amando Stockler; 1.º secretário - Assis Ribeiro; 2.º secretário – Luiz Corsino; tesoureiro - João Baptista da Rocha; arquivista – Buarque de Hollanda, que impossibilitado de aceitar o cargo, é substituído por Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade. Foram escolhidos também os membros da comissão de redação da Revista: Luiz Pinto de Queiroz e José Frederico de Borba (RF, n.º 8, 15/12/1895).

Na assembleia geral realizada em 07/12/1895, apareceu uma questão pessoal do presidente, Ignacio Puiggari, que ele temia que pudesse prejudicar a sociedade. Ele estava em questão com um médico (dr. Ignácio Pereira da Rocha) por haver se negado a pagar uma “conta exorbitante” apresentada pelo doutor, que por isso chamou-o aos tribunais. Acontece que o referido médico era deputado - e um dos três incumbidos de dar parecer sobre a reforma do Regulamento de Higiene. Puiggari temia que seu caso pessoal pudesse acarretar um fracasso à Sociedade e pediu que a casa se manifestasse caso visse alguma inconveniência em sua permanência na presidência. Um dos sócios (sr. Borba) não viu problemas na questão, uma vez que era particular do sr. Puiggari: “esta questão não pode, ou pelo menos não deve, provocar qualquer vingança da parte do dr. Pereira da Rocha; mas que acha conveniente o sr. Puiggari, apesar de tudo isso, poder contar desde hoje, com o auxílio – em qualquer terreno – desta sociedade (...)” (ata da assembleia de 07/12/1895, RF, n.º 8, 15/12/1895, p.188). Tomando a palavra, Pinto de Queiroz lamentou o fato e informou que esse mesmo médico lhe devia uma grande quantia, por medicamentos fornecidos, mas que estava disposto a perdoar o devedor...

Na última reunião daquele ano, em 15 de dezembro, quando foi lido o relatório, era grande a presença de sócios. Pinto de Queiroz comunicou que o governo estava cogitando a fundação de uma escola de Medicina e Farmácia na capital e defendeu a importância de que o curso de Farmácia não fosse um anexo do de Medicina e conclamou a diretoria da SFP a se esforçar perante o governo em prol da separação dos dois cursos (ata da sessão de 15/12/1895, RF, n.º 9, 15/01/1896). .

A diretoria eleita para o ano de 1897 ficou assim composta: Presidente – Meira de Vasconcelos; Vice-presidente – Assis Ribeiro; 1.º secretário – Sérvulo Genofre; 2.º secretário – Fernando Moura; Tesoureiro – Batista da Rocha; Arquivista – Pinto de Queiroz. Ignacio Puiggari e F. Claudiano de Abreu foram os escolhidos para a comissão de redação da RF. Na ata, os farmacêuticos registraram que a nova diretoria precisava continuar a luta contra o indiferentismo da maioria dos colegas, atribuído por eles ao pouco desenvolvimento da Sociedade (RF, n.º 8, 15/12/1896).

Essa reunião anual da Sociedade Farmacêutica Paulista foi realizada no salão do prédio de propriedade e residência do então presidente da SFP, Ignácio Puiggari, na rua Tabatinguera, n.º 33. A sessão foi aberta às 8 horas da noite, com a leitura dos relatórios do ano de 1896. Foi dada posse à nova Diretoria e o novo presidente agradeceu a confiança e prometeu fazer o possível para a

prosperidade da Sociedade. “Encerrada a sessão, o sr. Puiggari convidou aos assistentes a passar para outra sala, onde foi servido **um modesto copo d'água**, sendo nesta ocasião levantados vários brindes” (RF, n.º 9, 15/01/1897, p.115, grifo nosso).

O Regulamento de Higiene em debate

Como o debate do Regulamento de Higiene se mostrou um tema mobilizador dos integrantes da classe e ocupou uma série de reuniões, aqui serão apresentados alguns dos temas debatidos, a partir do que foi publicado na Revista Farmacêutica. Pelas discussões foi possível perceber alguns valores e ideais que moviam o grupo.

O Regulamento de Higiene ocupou as reuniões da Sociedade Farmacêutica Paulista, durante os meses de junho e julho de 1896. Parte desses comentários e discussões ocupou as primeiras páginas da Revista Farmacêutica por quase um ano: entre 15 de julho de 1895 e 15 de abril de 1896, com artigos intitulados “O Regulamento de Higiene”.

A discussão começou pelo capítulo que tratava do exercício da Medicina, da Farmácia, da Obstetrícia e da Arte Dentária, e que estabelecia que:

Artigo 33. - Nenhuma farmácia será aberta ao público sem licença da diretoria de higiene.

Artigo 34. - Para que a licença de que trata o artigo antecedente seja concedida, é indispensável que a farmácia que se pretende abrir esteja já suficientemente provida de drogas, vasilhame, utensílios e livros, na conformidade das tabelas aprovadas pelo governo.

Artigo 35. - O profissional que se propuser dirigir qualquer estabelecimento farmacêutico, deverá comunicar que o pretende fazer à diretoria de higiene, nesta capital, ou à autoridade sanitária da localidade em que residir.

Artigo 36. - Recebida a comunicação cumpre à autoridade sanitária mandar proceder a rigoroso exame na farmácia, afim de verificar se está nas condições exigidas pelo artigo antecedente. No caso negativo, será adiada a respectiva abertura, até que novo exame requerido pelo dono, demonstre que foram corrigidas as faltas encontradas no primeiro.

Tanto em um como em outro caso, a autoridade sanitária que examinar a farmácia lavrará em ato contínuo dois termos de exame, especificando neles as faltas que houver, ou declarando não ter encontrado faltas; esses termos deverão ser assinados, pela respectiva autoridade e pelo dono da farmácia em poder do qual ficará um deles, sendo o outro remetido à Diretoria de Higiene. (Decreto n.º 87, de 29 de julho de 1892)

Pela análise dos textos publicados na revista, percebemos que os farmacêuticos se

mostravam incomodados com a interferência da Diretoria do Serviço Sanitário na profissão, que sendo liberal, deveria, na opinião deles, gozar de certa autonomia. Ao comentar o artigo que estabelece que o farmacêutico é obrigado a pedir licença para abrir farmácia, o redator do artigo da Revista Farmacêutica n.º 3 de 15 de julho de 1895, assim o rebate:

Ora, todo mundo sabe que o diploma de farmacêutico lhe dá o direito de abrir farmácia onde quer que seja do território nacional; e como se isso não bastasse, ainda a Constituição Federal lhe garante esse direito. Como, pois admitir que o farmacêutico peça uma coisa que se lhe não pode negar? Não seria bastante que o farmacêutico participasse a sua resolução à diretoria do serviço sanitário e esta então mandasse ver se a farmácia está ou não em condições de funcionar, permitindo ou não o seu funcionamento conforme o caso? (RF, n.º 3, 15/07/1895, p. 46)

Em alguns casos parecia que a discussão do Regulamento era mais um motivo para expressarem suas opiniões e fomentar um debate do que para propriamente apresentarem sugestões concretas de mudança, embora isso também acontecesse. O primeiro artigo publicado na revista, informou que a série tinha por fim analisar o regulamento “na parte referente ao exercício da farmácia, apontando os erros que ele encerra e demonstrando a impraticabilidade de algumas disposições” (RF, n.º 8, 15/12/1895, p. 151). Segundo o texto, ao invés de melhorar as condições da profissão, o regulamento veio trazer “anarquia para o seu seio e o desânimo para a totalidade de seus membros” (RF, n.º 8, 15/12/1895, p. 151), isso porque, segundo eles, cerceou algumas garantias profissionais. Nas suas palavras:

A nossa profissão não é livre; temos de nos cingir à um regulamento; somos obrigados a possuir tais e tais livros, tais e tais medicamentos; exigem que peçamos licença para exercermos o nosso ofício, assim como para expormos à venda o produto da nossa indústria; portanto é justo que em troca de tantos sacrifícios da nossa parte, nos concedam ao menos as poucas regalias a que temos direito pelo mesmo regulamento. É contra a injustiça que praticam atualmente, contra a desigualdade em que nos colocam, relativamente às outras classes que nós protestamos (RF, n.º 8, 15/12/1895, p. 151-52).

Ainda neste texto, acusavam o regulamento de ser a causa principal da decadência da Farmácia no estado de São Paulo, e, não diziam explicitamente, mas deixavam transparecer que acreditavam que as regras foram estabelecidas por médicos uma vez que afirmavam que a categoria farmacêutica não fora consultada.

Começaram apontando algumas contradições do regulamento, como o artigo 53 que dizia que só era permitido o exercícios das artes de curar aos habilitados pelas escolas do país, ou por escolas ou universidades estrangeiras desde que tivessem seus diplomas revalidados por exame

prestados nas nacionais. Também o 77, que permitia que nas localidades onde não houvesse farmácia encabeçada por profissional diplomado, o serviço sanitário poderia conceder licença a um prático para abrir farmácia no local. O grupo debateu essa contradição e se mostrou indignado pelo fato da regra se reduzir aos farmacêuticos. Chegaram a sugerir que, para a lei ser equitativa, o mesmo deveria ser aplicado onde não houvessem médicos:

Do confronto destes dois artigos resulta que um está em oposição ao outro, e que o segundo anula, em parte, as disposições do primeiro, porque dá ao diretor do serviço sanitário a faculdade de conceder licenças a práticos. Porque razão não estendem essa disposição aos curandeiros, de modo que eles pudessem exercer a medicina nos lugares onde não houvessem médicos? (RF, n.º 8, 15/12/1895, p. 153)

Também no que se referia à licença concedida aos práticos procuravam demonstrar a dificuldade de sua atuação. O redator questionou a possibilidade dos práticos de farmácia que não conhecessem a língua francesa prepararem medicamentos oficiais segundo a Farmacopéia Francesa, como estabelecia o regulamento, bem como a possibilidade dos práticos estrangeiros que atuavam no Brasil e que não conheciam perfeitamente o idioma local prepararem fórmulas magistrais a partir das receitas médicas, que, também pelo regulamento, deviam ser escritas na língua vernácula. Além da parte técnica propriamente dita:

não queremos falar de alguns rudimentos de química, de matéria médica e de terapêutica que o prático licenciado deve possuir, afim de evitar as incompatibilidades químicas e fisiológicas que frequentemente se encontram em algumas prescrições médicas, assim como as doses exageradas que trazem consequências funestas. Basta somente a ignorância da aritmética, e das línguas portuguesa e francesa para mostrar que o prático nestas condições, não pode assumir a direção de uma farmácia, de acordo com as disposições regulamentares. (RF, n.º 8, 15/12/1895, p.153).

Continuavam a crítica destacando a diferença de critérios adotados para abertura de farmácia por um diplomado e um prático:

A única prova que o atual Regulamento exige do prático que quer abrir farmácia, é a seguinte:

“Apresentar o prático documentos que certifiquem a sua probidade e atestem detalhadamente o tempo e o lugar em que adquiriram as habilidades precisas. Estes documentos deverão ser firmados pelas autoridades municipais e por médicos e farmaceuticos de reconhecida competência.” (RF, n.º 8, 15/12/1895, p.153).

Questionavam o fato de a um ser exigido um curso de três anos e ao outro um atestado, que segundo eles não merecia muita confiança:

A conclusão que devemos tirar de tudo isso é que o autor ou autores deste Regulamento tiveram em mira desprestigiar a nossa classe, menosprezando os conhecimentos científicos que são indispensáveis para bem exercer a profissão farmacêutica.

Demais, que importância podem merecer os atestados a que se refere o dito Regulamento? Todos nós conhecemos o pouco escrúpulo com que estes documentos são fornecidos, porque a sua fabricação preside quase sempre o sentimentalismo e não a razão. Basta que um cidadão seja honesto e pobre para conseguir facilmente meia dúzia deles! (RF, n.º 8, 15/12/1895, p.153).

Apresentaram então como uma solução possível a usada no regulamento anterior que exigia que os práticos fossem testados em seus conhecimentos de português, francês, aritmética, posologia. “Por esse meio ficaria mais garantida a saúde pública, e as regalias farmacêuticas não sofreriam tanto menosprezo”. (RF, n.º 8, 15/12/1895, p.154). Além disso, julgavam que os práticos seriam necessários no estado de São Paulo durante um tempo, enquanto não houvesse farmacêuticos diplomados em número suficiente para dirigirem todas as farmácias. Notavam que a carência maior se dava no interior do estado.

Um alvo frequente das críticas veiculadas na revista, era a diferença no tratamento dado aos farmacêuticos e aos médicos pela lei.

O artigo da Revista Farmacêutica n.º 9, de 15 de janeiro de 1896, abordou a questão da lista que seria fornecida pelo Serviço Sanitário identificando os habilitados a exercer as profissões médica e farmacêutica no estado, e que eles acusavam de ser só “para inglês ver”. Debateram o artigo de n.º 56, que determinava que os facultativos escrevessem os receituários por extenso e em língua vernácula. Segundo eles: “diariamente e à vista de todo o público, esta disposição é desrespeitada sem que a Diretoria procure coibir este abuso” (RF, n.º 9, 15/01/1896, p.173).

Diziam também que os médicos estrangeiros de São Paulo receitavam na língua vernácula – deles. Que outros utilizavam ainda o sistema de pesos e medidas antigo; além de alguns não escreverem de maneira clara: “escrevem tão hieroglificamente, tão enigmáticamente que colocam o farmacêutico na contingência de, ou adivinhar o que o médico quis escrever, ou deixar de aviar a receita” (RF, n.º 9, 15/01/1896, p.174). Uma das hipóteses então levantadas para a enigmática letra típica de alguns médicos, era que eles escreviam para que só um farmacêutico, seu protegido e protetor, conseguisse decifrá-la.

Abordaram também o artigo que tratava da proibição do exercício simultâneo da medicina e da farmácia mesmo para quem fosse diplomado nas duas áreas. O redator informou que estes artigos eram violados na capital e no interior de São Paulo e que a Sociedade Farmacêutica Paulista já denunciara alguns abusos à Diretoria do Serviço Sanitário, que, segundo

eles, não tomou nenhuma providência. Concordavam que era difícil fiscalizar e punir estes casos, e para isso apresentaram uma proposta:

exigir a exibição do contrato comercial ou das escrituras de compra ou venda, arquivadas nos cartórios, porque nestes documentos o médico proprietário de farmácia não poderia iludir a vigilância da Diretoria, como acontece com os papéis que ficam registrados em sua secretaria. (RF, n.º 9, 15/01/1896, p.174)

Diziam que o artigo mais humilhante para a profissão era o de número 61, que estabelecia que: “Nenhuma farmácia será aberta ao público sem licença da Diretoria do Serviço Sanitário” (RF, n.º 9, 15/01/1896, p.174). Sendo que o diploma deveria garantir o exercício da profissão em todo o território nacional, sendo as licenças restritas a eles:

Não eram suficientes já os sacrifícios que nos são impostos na Escola de Medicina e Farmácia onde, apesar de ser também nossa, não nos concedem a honra de lecionarmos o nosso curso, e mais ainda a concessão de licenças para o exercício da nossa profissão dada a todo mundo! (RF, n.º 9, 15/01/1896, p.175).

Questionavam também que a mesma exigência não fosse feita a outros profissionais como médicos, dentistas e parteiras, que tinham liberdade de abrir seus estabelecimentos onde quisessem, comunicando o fato e não pedindo licença.

Depois de acusações tão duras, e das possíveis críticas que devem ter recebido, o redator, na revista de 15 de fevereiro de 1896, fez uma mea culpa dizendo que não tinham a intenção criticar o modo como vinha sendo cumprido o Regulamento, e que o objetivo era apenas analisá-lo, mostrar seus erros e os problemas que trazia para a Farmácia e sua conseqüente decadência. Mas que se viram obrigados a fazer comentários ao não cumprimento do referido regulamento. “Boa ou má, o nosso desejo é que a lei seja cumprida, já que, infelizmente, não temos outra melhor para substituí-la.” (RF, n.º 10, 15/02/1896, p.191)

Vários outros pontos foram debatidos, mas para não alongar mais o tema, vamos encerrar com a discussão sobre a proibição de venda de preparados secretos. Os farmacêuticos acusavam a lei de ser mais uma vez ambígua, pois proibia a venda dos produtos nacionais, não exercendo qualquer controle sobre os importados: “A venda de remédios secretos é terminantemente proibida, sendo considerados tais os preparados officinais de fórmulas não consignadas nas farmacopéias e as não aprovadas pela Diretoria do Serviço Sanitário” (RF, n.º 10, 15/02/1896, p.192). No entanto, o redator informou que os preparados estrangeiros não estavam sujeitos a essa lei, uma vez que para serem vendidos ao público não precisavam de aprovação do Serviço Sanitário. Mais uma vez usavam o argumento de que o diploma estava sendo desrespeitado pelo poder público e que estavam recebendo tratamento diferente do dispensado aos médicos:

O diploma que nos é conferido ao terminar nosso curso, significa que estamos habilitados a exercer a nossa profissão e que somos responsáveis pelos erros que nela cometermos. Sendo assim, é claro que o farmacêutico deve saber preparar um medicamento evitando as incompatibilidades, assim como conhecer a sua ação terapêutica, a posologia, etc., matérias essas que fazem parte do seu curso e, portanto, não deveria estar sujeito à tutela da diretoria sanitária. O médico pode formular como entender, tratar os doentes ou operá-los por um processo particular que não mereceu a aprovação da Diretoria; o dentista, o engenheiro, a parteira, também não sujeitam o modo porque exercem as suas profissões à apreciação da diretoria sanitária; só o infeliz farmacêutico não pode inspirar confiança! (RF, n.º 10, 15/02/1896, p.192)

A defesa dos princípios liberais era marcante nas discussões, não só na defesa do ensino livre, mas no repúdio ao excesso de interferência que viam no Serviço Sanitário. O temor da desvalorização da profissão, de sua “proletarização” e a falta de autonomia também estavam comumente presentes nos discursos e textos. O receio da concorrência com os estrangeiros que entravam em massa naquele momento no estado também é sinalizado nos termos que usavam para desqualifica-los, como o do desconhecimento da língua, da ignorância e do individualismo numa concorrência que viam como desleal e que, segundo eles, contava com a conivência do Serviço Sanitário.

A Sociedade em 1897: do entusiasmo ao desânimo

O ano de 1897 parecia começar bem na Sociedade Farmacêutica Paulista. A casa aprovou o aluguel de uma sala para sediar a Sociedade e a redação da Revista, na rua Direita, n.º 7. O sócio Luiz de Queiroz insistiu na necessidade das discussões científicas na Sociedade, de modo a tornar as reuniões mais úteis aos farmacêuticos, tendo sido marcado novamente um debate sobre os extratos fluidos. O presidente Meira de Vasconcelos falou da necessidade de nomear uma comissão para organizar a Cooperativa Farmacêutica, parte integrante dos estatutos da SFP e foram imediatamente nomeados Luiz de Queiroz, Samuel de Macedo e Luiz Cursino, que se comprometeram a apresentar na reunião seguinte as bases da cooperativa (RF, n.º 9, 15/01/1897, p.113-114).

A revista de fevereiro de 1897 traz em sua página de abertura a informação de que SFP iria direcionar todos os seus esforços em prol da Cooperativa Farmacêutica Paulista. Lamentavam então o pouco espaço conquistado naqueles dois anos de Sociedade, mas notavam que já haviam conseguido alguma influência tanto na classe farmacêutica quanto nos poderes públicos e que, por isso, se sentiam com forças para realizar o grande projeto da Cooperativa (Cooperativa Farmacêutica, RF, 15/02/1897, p.117).

Alegando as desvantagens das sociedades anônimas, o grupo decidiu que a cooperativa teria

uma organização similar à das europeias - seria propriedade exclusiva da SFP, constituída em pessoa jurídica. Além dos fundos disponibilizados pela Sociedade, contaria com capital levantado através de títulos de pequeno valor, cujos portadores se tornariam membros da cooperativa. Os membros receberiam juros pelo empréstimo e teriam como garantia a hipoteca dos bens da SFP. A Sociedade destinaria os saldos a auxílios aos estudantes de Farmácia ou aos farmacêuticos que estivessem necessitando de ajuda e, no futuro, à fundação e manutenção de uma Escola de Farmácia, na cidade de São Paulo.

Segundo eles, o objetivo geral da cooperativa era o de “moralizar o comércio de drogas”²³, no intuito de libertar o farmacêutico dos fornecedores mal intencionados ou ignorantes, transformando-se em “verdadeiro posto fiscal” por onde passariam apenas as drogas reconhecidas como puras e garantidas (RF, n.º 10, 15/02/1897, p.117-119).

Na reunião de 29 de janeiro de 1897, passando à ordem do dia, Samuel de Moura Soares leu o projeto da Cooperativa Farmacêutica. O mesmo propunha: a organização de uma sociedade anônima (contrariando o acordado na reunião anterior) com capital de 500 contos de réis, divididos em ações de 100 mil réis com o objetivo de importar drogas, que seriam analisadas no Laboratório da Cooperativa antes de serem postas à venda, fazendo o mesmo com produtos químico-farmacêuticos e outros artigos concernentes ao ramo. Os lucros da cooperativa deveriam ser divididos anualmente entre os acionistas. Após a apresentação do que deveria ser o serviço dos fiscais e as obrigações e direitos dos acionistas, o projeto foi colocado em discussão (ata da reunião de 29/01/1897, RF, n.8, 15/03/1897).

Pela ata da reunião é informado que o presidente da SFP, Meira de Vasconcelos, discordou da comissão no tocante à forma de organização da cooperativa, alegando que assim ela seria útil apenas aos acionistas e não à classe farmacêutica como um todo, como o proposto nos estatutos da SFP. Questionou também o montante do capital, que deveria ser reduzido para, no máximo, 300 contos de réis. Para ele a cooperativa deveria ser constituída através de empréstimos com valores e juros fixos, sendo os titulares das letras considerados sócios beneméritos da cooperativa. Os lucros visariam o resgate das letras, pagamento dos acionistas e construção de uma sede e de uma Escola de Farmácia. Defendeu que a cooperativa não importasse especialidades estrangeiras, mas que fosse depositária das aprovadas pela Diretoria Sanitária de farmacêuticos brasileiros.

Na reunião, Ignácio Puiggari concordou que o plano de Meira de Vasconcelos era mais vantajoso para a classe e que o projeto da comissão era mais comercial e lucrativo. No entanto sublinhou que a proposta do presidente dependeria da participação de pessoas estranhas à classe farmacêutica, uma vez que seria difícil levantar o capital necessário apenas entre os colegas (ata da

23 Pudemos observar pela leitura dos textos publicados que o problema da falsificação e deterioração das drogas foi uma preocupação que ocupou várias páginas da Revista Farmacêutica.

sessão ordinária de 29/01/1897, in RF, n.º 11, 15/03/1897).

Por ata publicada em abril de 1897, é informado que o projeto da cooperativa havia sido aprovado em primeira discussão: com o nome de “Cooperativa da Sociedade Farmacêutica Paulista”, com capital de Rs200:000\$000 – dividido em um montante do caixa da SFP e o restante dividido em ações de 100\$000 cada, com juros de vencimentos de 10%; divididas em três vezes: 30% na subscrição, 30% em três meses e 40% depois de seis meses. A cooperativa teria por fim:

1. Importar diretamente dos principais fabricantes nacionais e estrangeiros, drogas, produtos químicos e farmacêuticos e todos os artigos do comércio de farmácia, menos as especialidades farmacêuticas estrangeiras;
 2. Verificar a identidade e a pureza desses produtos por meio de análises procedidas em seus laboratórios e na falta deste, no laboratório de análises químicas do Estado se este se prestar gratuitamente, garantindo assim as boas qualidades por meio de um rótulo com a marca da cooperativa;
 3. fornecer os seus produtos aos associados por preços vantajosos e a prazo fixo;
 4. Fornecer a todos os proprietários de farmácias mesmo não associados a prazo fixo, com 20% mais que aos associados;
 5. aceitar em consignação produtos farmacêuticos nacionais e promover-lhes a propaganda mediante indenização das despesas;
 6. procurar empregos para farmacêuticos e oficiais de farmácia que deles necessitarem, servindo também aos associados farmacêuticos que precisarem de empregados;
 7. ser intermediária na compra e venda de farmácias mediante módica comissão.
- (RF,n.º 12, 15/04/1897, p.164-165)

A cooperativa seria administrada por um gerente eleito em assembléia por um período de dois anos, podendo ser reeleito; o mesmo seria o responsável por todas as obrigações e compromissos da cooperativa, devendo prestar contas através de relatórios, com balancetes, a serem apresentados na assembléia geral. Receberia um ordenado e gratificações por lucros.

O Conselho Fiscal teria cinco membros, eleitos pela assembléia geral dentre os sócios beneméritos. Teria uma assembléia geral anual, com o fim de verificar as contas da cooperativa. Seriam sócios beneméritos os que subscrevessem ações da cooperativa.

Quanto à preferências por ações: “Art. 15 Terão preferência para aquisição de ações os **farmacêuticos, médicos e práticos proprietários de farmácia**”. (RF,n.º 12, 15/04/1897, p.167, grifo nosso). Ficou estabelecido também que cada sócio benemérito teria direito a um voto, independente do número de ações que possuísse.

Quanto aos lucros, seriam assim repartidos:

- 30% para o resgate de ações;
- 30% para aquisição de prédios e para o seu fundo de reserva;

- 30% para montagem e manutenção da Escola Livre de Farmácia;
- 5% para gratificar o gerente da cooperativa;
- 5% para gratificar os fiscais da cooperativa. (RF, n.º 12, 15/04/1897, p.168)

Nesse mesmo período, a SFP elegeu outra comissão, composta por Luiz de Queiroz, Fábio Dutra e Henrique Schaumann, para estudar e propor mudanças nas tarifas alfandegárias, que incidiam sobre as drogas, em vigor. A comissão apresentou seu parecer, que foi publicado em 15 de julho de 1897 na Revista Farmacêutica. O grupo julgou necessário a alteração de algumas taxas, algumas consideradas muito altas, outras baixas demais. Entre as elevadas elencaram a magnésia fluida, pílulas, pérolas cápsulas e pastilhas comprimidas com taxas de até 500% sobre o seu valor para importação. Acusavam essas taxas de terem causado a diminuição nas importações e no consumo sem ter aumentado os lucros das empresas nacionais. Dentre os produtos com taxas muito baixas, e que com isso ameaçariam a indústria nacional, elencaram os químicos: cloral, sulfonal, hipnone. No parecer, defenderam o aumento das taxas dos produtos que poderiam ser produzidos no país, como o ácido sulfúrico, com o fim de proteger a indústria nacional. Propuseram a diminuição nas taxas dos produtos necessários às desinfecções, em defesa da saúde pública. E o aumento das taxas dos produtos usados em falsificações como a baga de sabugueiro e as essências artificiais. Como diretor do Laboratório de Análises Químicas do Serviço Sanitário, Schaumann conhecia bem os produtos utilizados em falsificações. (RF, 15/07/1897)

É importante destacar que os integrantes dessa comissão eram proprietários de grandes farmácias (Castor, Veado d'Ouro e Faraut) e Pinto de Queiroz um iniciante na indústria química (L. Queiroz), que, dentre outros produtos, fabricava ácido sulfúrico.

Ainda em 1897, foi incluído nos estatutos da SFP um parágrafo dizendo que um dos objetivos da sociedade era o de lutar pela criação de uma Escola de Farmácia. Foi estabelecido também quem poderia se associar: todo farmacêutico diplomado ou pessoa com obra escrita sobre qualquer ramo da ciência, referente à farmácia e reconhecida pela Sociedade. (RF, n.º 4 e 5, 15/08-09/1897, p.63-64)

Finalmente, em 22 de junho de 1897, foi debatido o tema “extratos fluidos”. Luiz de Queiroz apresentou o que em sua opinião era importante: a classificação dos extratos; a lista dos que deviam ser excluídos; o estabelecimento de qual o melhor modo de conservá-los; e as vantagens de vulgarizá-los e incluí-los na **futura farmacopéia brasileira** (RF, n.º 4 e 5, 15/08-09/1897, p.64, grifo nosso). Na sequência houve um intenso debate a respeito, com diversos defensores e opositores a este tipo de produto (RF, n.º 4 e 5, 15/08-09/1897, p.64-5).

Na sessão de 15 de julho de 1897, foi decidida a eleição de uma comissão da SFP para fiscalizar a cooperativa em gestão e aumentou-se para quatro o número de redatores da Revista Farmacêutica, dividindo as tarefas entre redação propriamente dita e administração. Em 20 de julho,

foi decidido que as contas da Revista seriam discutidas e fiscalizadas por uma assembléia anual e que parte do saldo da venda da revista seria destinado à compra de livros para a biblioteca da SFP e que o escritório da revista permaneceria na SFP até que a revista possuísse meios para alugar uma sala exclusiva (RF, n.º 4 e 5, 15/08-09/1897, p.66).

Na revista editada em outubro de 1897, aparecem mais informações sobre o projeto da cooperativa. Aí consta que a Sociedade Farmacêutica Paulista, na sessão de 07 de maio de 1897, havia nomeado uma comissão para efetivação da cooperativa farmacêutica: Samuel de Macedo Soares, Francisco Borja Dias e José de Azevedo Soares. A previsão era de que fosse inaugurada em 15 de novembro de 1897. Informavam também que parte do empréstimo de 200 contos já estava subscrito e que haviam enviado um representante ao interior do estado para informar e tirar dúvidas dos farmacêuticos e angariar os empréstimos que ainda faltavam. No intuito de não adiar a inauguração da cooperativa, fazem um apelo aos farmacêuticos - diplomados ou não - mesmo aqueles que ainda não haviam recebido os prospectos a enviarem suas ordens à comissão ou à redação da Revista. Publicaram na revista a circular encaminhada aos farmacêuticos e um trecho do estatuto da cooperativa. (RF, n.6, 15/10/1897, p.69)

A circular informava os motivos que levaram à criação da cooperativa, bem como seus objetivos:

“(…) a Sociedade Farmacêutica Paulista, constituindo-se em pessoa jurídica, intenta por um paradeiro a esse descalabro (elevados preços dos produtos químicos e farmacêuticos importados) estabelecendo uma cooperativa farmacêutica donde só poderão sair drogas puríssimas garantidas com a responsabilidade de profissionais habilitadíssimos e com a marca registrada na Junta Comercial. (...) A Cooperativa é, em suma, **uma verdadeira casa humanitária que estende sua protetora mão às duas classes (farmacêutica e médica) e à humanidade em geral.**” (RF, n.6, 15/10/1897, p.70, grifo nosso)

A circular informava também que parte dos lucros seria destinada à fundação de uma Escola de Farmácia. Atestavam também que “A Sociedade Farmacêutica conta com elementos seguros não só para garantir o capital que vos pede emprestado, como também para inaugurar seu laboratório e armazém de drogas com a maior brevidade” (RF, n.6, 15/10/1897, p.70).

No entanto, apesar dos encaminhamentos, as revistas de 15 de novembro e 15 de dezembro não apresentaram nenhuma menção à cooperativa farmacêutica.

A primeira Revista Farmacêutica do ano de 1898 trazia a última reunião da SFP com o Relatório de 1897 apresentado por Meira de Vasconcelos. O tom era de desânimo:

Algumas sessões ordinárias tiveram o tom estéril das congêneres, realizadas nos anos anteriores, porém em muitas outras tivemos a satisfação de dar a pedra de toque em nosso desenvolvimento, já discutindo a tese *extratos fluidos*, já discutindo

os meios de levar a efeito um dos fins mais importantes de nossos estatutos, a criação de uma “Cooperativa Farmacêutica”, infelizmente porém, a indiferença de uns, a surda guerra por outros movida, a pouca vontade de muitos sobrepujaram a ideia, impedindo que se levasse a efeito, a dita criação, porém espero que a avisada diretoria, que ora vai encetar os seus trabalhos aproveite os já iniciados e com proficiência leve a efeito essa parte de nossos estatutos. (RF, n.º 9, 15/01/1898, p. 137-38)

Na mesma revista foi publicado o discurso do presidente da diretoria eleita, Luiz Pinto de Queiroz. Na posse em 15 de dezembro de 1897, o farmacêutico falou da mudança de ânimo que o acometeu nos três anos de vida social da SFP:

(...) não trago como há três anos o espírito cheio de entusiasmo e das ilusões que então nutria pelo aperfeiçoamento material e científico da nossa desventurada classe. (...) convenci-me de que reina no nosso seio a mesma anarquia mental, o mesmo espírito de dissociação que envolve desde a nossa alta administração política até a última das camadas da Sociedade Brasileira. (...) esse mal é consequência do indiferentismo com que encaramos os interesses da coletividade para só tratarmos do nosso. (...) Confesso-vos com mágoa, que muito pouco temos concorrido para a prosperidade da nossa Associação. Se dermos um balanço do que fizemos em três anos, verificaremos mais perdas que lucros. Assim como os nossos atuais parlamentares temos passado quase todo o tempo a discutir sem nada produzir. Que fizemos pela Cooperativa Farmacêutica, pela Escola Livre de Farmácia e pela Farmacopéia, principais fins da Sociedade? Nada ou quase nada. Visto o esforço empregado pelo nosso digno ex-presidente Meira de Vasconcelos, e o malogro que teve esta grandiosa idéia (cooperativa), que, posta em prática, viria elevar bem alta a classe farmacêutica do Estado e quiçá de todo o país. Pela Escola Livre de Farmácia não fizemos mais do que conceber a ideia. Fazê-la germinar e dar-lhe a luz, isso ficará para outros tempos mais propícios. Quanto à Farmacopéia, limitou-se o nosso serviço a nomear uma comissão da qual faziam parte alguns membros da comissão, que foram nomeados para o mesmo fim pela Diretoria do malogrado Congresso de Medicina e Farmácia que deveria reunir-se em São Paulo. Vede, portanto, meus colegas, que durante os três anos da nossa existência não fizemos mais do que conceber idéias, tendo apenas dado a luz a um aborto – a Cooperativa. (RF, n.9, 15/01/1898, p. 135-36)

Na sequência do discurso disse que sua luta, nessa gestão, seria em prol da Farmacopéia Brasileira, dividindo o trabalho por comissões, buscando o apoio dos naturalistas como Loeffgren, que se dispusessem a trabalhar por esse objetivo (RF, n.9, 15/01/1898, p. 136). No entanto, o grande avanço que a classe farmacêutica teria nesse ano seria a fundação da Escola Livre de Farmácia.

A Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo

Alguns autores (Souza, 1904; Pourchet-Campos, 1949) informam que em 1878, quando foi Secretário do Interior de São Paulo, o dr. Cesário Motta Junior aventou a possibilidade de criação de uma Escola de Medicina em São Paulo que, como as da Bahia e do Rio de Janeiro, teria anexo um curso de Farmácia, proposta que não vingou.

Outra foi a versão de Canuto do Val. Segundo ele, a proposta que o dr. Cesário Motta Junior apresentou e que foi por ele encontrada nos “Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo” de 1878 e 1879 era um projeto e que a Assembleia Legislativa de São Paulo decretou em 1878, criando na cidade de São Paulo um “Instituto Paulista de Ciências Naturais”, com dois cursos, um de Farmácia e outro de Agricultura, com uma parte comum aos dois (de 2 anos), com as seguintes matérias: física, química inorgânica, orgânica e analítica, botânica e rudimentos de geologia (Val, 1907, p. 34). Proposta que, segundo ele, não vingou.

Outra proposta que foi apresentada no estado de São Paulo, foi a de um curso de Medicina e Farmácia, tendo sido publicada uma lei, em 1891 (lei n.º 19, de 21 de novembro de 1891) criando uma academia de medicina, cirurgia e farmácia na Capital do Estado, com o seguinte texto:

O Presidente do Estado de São Paulo:

Faço saber que o Congresso do Estado decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Art. 1.º - Fica criada uma academia de medicina, cirurgia e farmácia nesta Capital, fazendo parte do plano geral de organização do ensino superior do Estado.

Art. 2.º - A primeira organização do programa do ensino será regulada pelo Presidente do Estado, aprovada pela Congregação e definitivamente pelo Congresso do Estado.

§ único. O pessoal docente será contratado na proporção de um terço, pelo menos **dentre vultos científicos e professores de nomeada das Universidades estrangeiras.**

Perante estes e três delegados do Governo, se procederá ao concurso para o preenchimento das outras cadeiras.

Art. 3.º - Fica o Presidente do Estado autorizado a despender até a quantia de quinhentos contos de réis (500:000\$000) para executar esta lei com aquisição do material necessário ao ensino e mais misteres.

Art. 4.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir exatamente como nela se contém.

O secretário do Estado a faça publicar, imprimir e correr.

S. Paulo, vinte e quatro de Novembro de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da República dos Estados Unidos do Brasil. Américo Braziliense de Almeida Mello.

(Lei n.º 19, de 21/11/1891, grifo nosso)

Esta lei também não saiu do papel. O curso de Medicina só será realidade em São Paulo em 1913. O curioso é que quem assinou a lei, Américo Brasiliense, era pai do futuro professor de “matéria médica e terapêutica” na EFOOSP, Américo Brasiliense A.M. Filho.

Como vimos, desde o seu início, a Sociedade Farmacêutica Paulista colocou em seu programa a defesa de uma escola em São Paulo, mas sempre defendendo que o curso fosse autônomo. A Revista Farmacêutica de 15 de setembro de 1895, no editorial “O estado da Farmácia entre nós”, abordou a questão. O articulista previa que em breve os cursos de Farmácia seriam fechados por falta de alunos, uma vez que o diploma de farmacêutico pouco valor tinha. Segundo o redator, o estado de decadência em que se encontrava a Farmácia era em grande parte devido à má organização do ensino farmacêutico e pela falta de autonomia da classe. Para mudar essa situação, defendia que os cursos de Farmácia e Medicina fossem definitivamente separados:

Separem o ensino farmacêutico do ensino médico: reformem o atual programa de modo a ser o estudo da química mais prático e mais profundo; exijam do aspirante a farmacêutico, pelo menos três anos de praticagem (sic) em uma farmácia; limitem o exercício dessa profissão que não deve nem pode ser livre e, finalmente, façam respeitar as regalias a que o farmacêutico tem direito: só assim terá o nosso país não somente fabricantes de medicamentos, mas farmacêuticos ilustrados, em condições de estudar as nossas flora e fauna, os nossos minerais; **aptos para dirigirem estabelecimentos industriais e para instruírem o povo nos segredos das ciências naturais.** (RF, n.º 5, 15/09/1895, p. 93, grifo nosso)

O editorial da RF de 15 de outubro de 1895, defendia a criação de um curso farmacêutico no estado e desejava que este fosse um “curso modelo”, criticando os existentes nas Escolas de então:

Em todas elas o ensino é meramente teórico, e quase de nada vale por isso mesmo, e se é ele incompleto em Minas, nos outros dois lugares [Rio de Janeiro e Bahia] tem ainda o estudo da Farmácia a desvantagem de ser feito em comum com a Medicina, de sorte que a Química, por exemplo, que é a ciência indispensável por excelência, ciência que constitui por assim dizer a alma, a vida e o tudo do farmacêutico, essa é horivelmente sacrificada!

O médico precisa de química médica e teórica e isto lhe basta muito; o farmacêutico ainda quer e tem necessidade da química prática, da química industrial e analítica: as químicas de laboratório. (RF, n.º 6, 15/10/1895, p. 111)

No mesmo artigo foi dito que o Brasil, era país rico em minerais e vegetais ainda não explorados, e que os farmacêuticos, se bem formados, poderiam ter um papel relevante nessa tarefa. Foi defendida também a criação de uma indústria nacional, uma vez que o estado tinha sua economia baseada na monocultura e pouco se preocupava em desenvolver a indústria.

A indústria no Brasil constituirá para este país uma das principais fontes de renda, senão a maior e a mais cômoda, desde que se chegue a fundar aqui uma escola onde se aprenda farmácia e portanto as ciências correlatas e das quais ela depende [ciências físicas e químicas] (RF, n.º 6, 15/10/1895, p. 112)

Foi enfatizado que estado de São Paulo carecia de homens de ciência e afirmavam que quem melhor estudava as ciências físicas no Brasil eram os farmacêuticos, apesar do ensino ministrado ser considerado insuficiente. Foi dito que de manipuladores e aviadores de receitas, o estado já estaria bem sortido, precisavam era de “moços capazes de trabalhar em química, habilitados para a indústria e com coragem e conhecimentos bastantes para enfrentarem as dificuldades de uma análise séria e importante” (RF, n.º 6, 15/10/1895, p. 112). Nesse mesmo artigo foi defendido que a escola de farmácia fosse prática, e que os alunos entrassem já sabendo manipular, para aprender a química e as ciências naturais.

Por aí se vê que a expectativa era grande em relação à Escola de Farmácia. Não formaria apenas farmacêuticos, mas homens de ciência e de negócios. Parecia que o futuro do estado estava nas mãos deles.

Transparece no discurso o entusiasmo com o país recém-republicano, onde os ideais de progresso e o liberalismo estavam na pauta do dia, além da visão da importância do estado de São Paulo. O estado, mesmo sendo rico, precisava abrir mão de seus moços que daqui se deslocavam em busca de formação, além dos sacrificados por não terem condições de sair para estudar. O redator acreditava que esses alunos seriam suficientes para sustentar a escola, e que, caso não fossem, o Estado deveria contribuir com uma “pequena despesa que logo virá a ser largamente compensada pelos progressos e o mais que aparecerão forçosamente, como consequência infalível da boa organização de tal ensino” (RF, n.º 6, 15/10/1895, p. 113). Esse ideal de liberalismo, no qual o estado deveria investir e incentivar a iniciativa privada, iria nortear o discursos dos farmacêuticos até a fundação da “Escola Livre”, que, depois de fundada, irá buscar subvenções do governo para sua manutenção.

Em fevereiro de 1896 apareceu nas páginas da Revista Farmacêutica uma referência a um projeto apresentado por um médico, cujas iniciais eram P.S.T., que pretendia tratar da organização do ensino farmacêutico em São Paulo. A ideia do médico era a fundação de uma “Escola de Medicina e Farmácia”. Esse artigo, um dos poucos assinados, era de autoria do farmacêutico Luiz Pinto de Queiroz, defensor do ensino independente da Farmácia, ministrado por farmacêuticos, mas que, na impossibilidade de um curso autônomo, viu no curso anexo à Medicina uma possibilidade. (RF, n.º 10, 15/02/1896, p. 204).

Pinto de Queiroz aproveitou o ensejo para traçar o perfil que vislumbrava para a futura escola de farmácia. A escola por ele sonhada deveria ter uma parte prática, seguindo os modelos das

escolas da França, da Alemanha e da Rússia, que exigiam pelo menos três anos de prática numa farmácia. Defendia que os preparatórios para o ingresso passassem a exigir: português, francês e latim; aritmética, álgebra, geometria e trigonometria; geografia e corografia do Brasil; noções de física, química e história natural. Após aprovação nos exames e três anos de prática comprovada e testada, o candidato a farmacêutico frequentaria mais quatro anos de curso, composto das seguintes matérias: Física, Química geral e mineral (1. ano); Botânica e Zoologia, Química orgânica (2. ano); Anatomia comparada, Fisiologia, Química analítica e toxicológica (3. ano); Farmacologia, Matéria médica e Química biológica (4. ano). (RF, n.º 10, 15/02/1896, p. 204)

Na edição de março de 1896 da Revista Farmacêutica, com o título de “Escola de Farmácia” foi a vez de José de Paula Camargo se manifestar, criticando o colega Pinto de Queiroz, principalmente no que se refere à possibilidade do curso ser anexo ao de Medicina. Camargo escreveu:

Fundando-se uma Faculdade de Medicina naturalmente terá ela anexo um curso de Farmácia, o que torna desnecessária a fundação de um curso especial. Em nome da classe que represento e da importância da profissão que adotei, protesto energicamente contra o ensino simultâneo da Medicina e da Farmácia, que trará como consequência, inevitável, o atrofiamiento e desprezo do curso farmacêutico, o qual, em nossa modesta opinião, merece os mesmos cuidados e atenções que o curso médico. (RF, n.º 11, 15/03/1896, p. 210, grifo do texto).

Em 1898, o tema da criação de uma escola de Farmácia em São Paulo ganha fôlego novamente. Tanto a Sociedade Farmacêutica Paulista quanto a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo discutiram a questão, na Revista Farmacêutica no Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de SP. A Revista Médica de São Paulo também chamou a atenção para o assunto, propondo a criação de uma Escola de Farmácia, julgando-a de magno interesse para a sociedade, não só paulista, mas do Brasil, e propondo que a ela fosse anexada uma Escola de Veterinária. Chamando o Governo a atentar para a idéia contida nos estatutos da Sociedade Farmacêutica Paulista, pediu o auxílio do mesmo: “com isso não só lucraria o Estado [com economia predominantemente agrícola], como, mais tarde, semelhante Instituição poderia ser o centro de partida, o núcleo gerador da “Escola de Medicina” ponto contrário aos intuitos da Sociedade Farmacêutica”. (Revista Médica de São Paulo, 15/08/1898, apud Souza, 1904, p. 13).

Valeriano de Souza, na Primeira Memória Histórica da EFOOSP, diz que a resposta dos redatores da Revista Farmacêutica veio a galope e reforçaram que a SFP, queria uma Escola Livre de Farmácia, desvinculada tanto do governo quanto de qualquer outro curso.

Segundo Valeriano de Souza, a Revista Médica de outubro daquele ano comentou que seja quem for o proprietário do artigo, francamente exibiu-se bastante hostil à união

de duas classes que jamais se devem separar, e, de cujo concurso recíproco, mutuamente muito tem a aproveitar, pois laboram para o mesmo fim, e, com firmeza, sollicitas devem sempre marchar, para a consecução do mesmo ideal.

Valeriano de Souza, professor da EFOOSP e médico, concordou, dizendo que a atitude dos farmacêuticos foi:

cruel, crudelíssima com os médicos, e inadvertidamente, tentando plantar a discórdia, longe estava de presumir que, em futuro não mui remoto, os representantes das duas classes, fraternal e simultaneamente concorreriam, para hastear o pendão da instrução, em mais um belo *Instituto de Ensino*, onde uns e outros, até hoje, perseverante e dedicadamente, trabalham em favor do progresso da classe farmacêutica e elevação de seu nome. (Souza, 1904, p. 15)

Em 1898, o médico Bráulio Gomes levou oficialmente a ideia da criação de uma Escola de Farmácia para a Sociedade de Medicina e Cirurgia e para a Revista Médica de São Paulo, obtendo apoio..

A Revista Farmacêutica de outubro de 1898, trouxe os acontecimentos da reunião convocada por Bráulio Gomes para 12 de outubro de 1898, na Câmara Municipal de São Paulo. Segundo a revista, estiveram presentes médicos, farmacêuticos, imprensa, representantes da Sociedade Farmacêutica Paulista e da Sociedade de Medicina e Cirurgia, professores das faculdades de Direito e Politécnica. O objetivo da reunião era tratar da criação de uma Escola de Farmácia na capital.

Querendo realmente unir as duas classes e usando de seu prestígio e do maior poder dos médicos frente aos poderes públicos, como diz a versão oficial; ou não querendo deixar os farmacêuticos totalmente autônomos na empreitada, o fato é que, Bráulio Gomes lançou as bases da Escola de Farmácia.

Bráulio Gomes subiu à tribuna e informou que “não queria para si as alviças, porque a ideia da fundação de uma escola de farmácia já fazia parte do programa da Sociedade Farmacêutica e que, por essa mesma ideia, já o pranteado dr. Cesário Motta Junior [ex-Secretário do Interior] se havia batido” (RF, n.º 6, 15/10/1898, p.99). Depois do discurso, o dr. Bráulio Gomes chamou para presidir a mesa o senador Cerqueira César, secretariado pelo dr. Baltazar Vieira de Mello e pelo farmacêutico Cristóvão Buarque de Hollanda. Bráulio Gomes pediu que fosse nomeada uma comissão para tratar das bases de fundação da escola. O dr. Alfredo Zuquim propôs e foi aprovada a comissão composta pelos médicos Bráulio Gomes e Victor Godinho e pelos farmacêuticos Meira de Vasconcelos, Luiz Pinto de Queiroz e Pedro Baptista de Andrade.

O cirurgião dentista João Damasceno de Magalhães apresentou por escrito, na ocasião, a proposta de criar um curso de Odontologia anexo à Escola de Farmácia. Cerqueira César ia encaminhar à comissão a proposta para que esta decidisse o caso, mas o dr. Amâncio de Carvalho

sugeriu que não, que a assembleia deliberasse sobre a proposta, que, posta em votação, foi rejeitada.

Vários médicos discursaram na ocasião. O dr. Brasília Machado disse que:

(...) a nova escola abrirá as portas de úteis conhecimentos e do progresso da nossa flora, colocando em posição superior os farmacêuticos, cuja profissão foi sempre considerada de superioridade. (RF, n.º 6, 15/10/1898, p. 100)

O mesmo orador, como está registrado na ata da primeira reunião, proferiu as seguintes considerações:

A Escola de Farmácia proporcionará à mocidade mais um horizonte novo, mais uma porta aberta à sua atividade, mais uma profissão nobre à sua inteligência, desviando-a assim da tendência estéril pelos empregos públicos, tendência lamentável, que constitui um estorvo a todas as aspirações, a todas as iniciativas de progresso. (RF, n.º 8, 15/12/1898, p. 140)

Na sequência discursou o dr. Bernardo de Magalhães, que destacou a necessidade da escola promover o estudo da flora brasileira pelos farmacêuticos:

O farmacêutico é o auxiliar natural do médico e a ambos estão confiados a saúde pública e a vida dos entes que mais estremecemos. É indispensável, diz o orador, que o farmacêutico saia da rotina, que entre francamente no terreno da química e que aos conhecimentos científicos e teóricos alie um longo tirocínio prático. A nossa flora e a nossa fauna são um manancial virgem de riquezas e à classe farmacêutica está reservada a tarefa honrosa de explorá-la, desvendando-lhe todos os segredos, em benefício da ciência e da indústria (...) a ipecacuanha produto genuinamente brasileiro, [foi] conhecido primeiro na Europa que no nosso país. (RF, n.º 8, 15/12/1898, p. 140, grifo nosso)

Em seguida, falou o dr. Amâncio de Carvalho que criticou as farmácias que deixavam aos cuidados dos práticos “muitas vezes ignorantes” as receitas dos médicos. Disse que era seu desejo que: “a nova escola diplome homens que conheçam bem a sua profissão e as responsabilidades que dela decorrem e que lhes cabem”. (RF, n.6, 15/10/1898, p. 101).

Não se furtou de criticar os práticos estrangeiros e também falou da entrada das mulheres na profissão possibilidade aberta pela criação da Escola em São Paulo:

Aqui [em São Paulo] as farmácias estão em mãos de indivíduos não só estranhos à terra em que habitam, como à profissão que exploram indevidamente. As farmácias são de práticos que estropiando a nossa bela língua, mal desconfiam da existência do sistema métrico decimal. (...) A Escola de Farmácia pode também proporcionar à mulher brasileira mais uma aplicação à sua inteligência, mais um ramo de vida às suas justas aspirações. A eterna e boa companheira de nossos dias, que já nos correios e nos telefones, tem tido ocasião de provar as suas aptidões, pode também aproveitar a profissão farmacêutica, colaborando conosco nos progressos do espírito

humano. Quem melhor, pergunta o orador, poderá adoçar uma pílula? (RF, n.8, 15/12/1898, p. 141)

Como ninguém mais pediu a palavra, o dr. José Alves de Cerqueira Cesar encerrou a sessão. Pelo que as atas indicam, nenhum farmacêutico se pronunciou na primeira reunião de organização da Escola de Farmácia de São Paulo, apenas ouviram o que os médicos tinham a dizer.

A segunda reunião ocorreu em 01/11/1898, no Conselho Municipal. Estiveram presentes: Senador Cerqueira César; os doutores: Vieira de Mello, Bráulio Gomes, Cândido Motta, Faria Rocha, Cezar Rudge, Victor Godinho, Amâncio de Carvalho, Paula Lima, Américo Braziliense, Cláudio de Souza Junior, Alfredo Zuquim, Carlos Niemeyer, Canuto do Val, Hora de Magalhães, Tobias de Lemos, Valeriano de Souza, Domingos Jaguaribe, Lamberto Cezar Andreine, Felizardo Cavalheiro, Clemente Ferreira, Alfredo Medeiros, Tibério de Almeida, Odilon Goulart, José Mato Grosso. Os farmacêuticos: C. Buarque de Hollanda, Horácio Rudge, Castro Pereira, Pinto de Queiroz, Rodrigues de Andrade, Sérvulo Genofre, Ignacio Puiggari, Pereira da Rocha, Rodrigues Pereira, Epaminondas França, Gustavo de Cerqueira, Henrique Schaumann, Adolfo Laves, Bruno Viotti. Os senhores: Arthur Vautier, João Rodrigues de Souza, Antonio Silva, Fernando de Moura, Vieira da Costa, Carlos Leite, Carlos Rodrigues. Representantes dos jornais: O Estado de S.Paulo, Correio Paulistano, Nação, A Platéia e Diário Popular (RF, n.8, 15/12/1898).

O Dr. Bráulio Gomes apresentou à assembleia o projeto de regulamento e o programa para a Escola Livre de Farmácia de São Paulo. Informou que havia sido consultada a legislação referente aos cursos livres, os estatutos das escolas e academias oficiais e das escolas livres, no intuito de que a escola viesse a ser reconhecida pelo governo e seus diplomas fossem válidos no território nacional. Foram incluídas no programa as disciplinas ministradas nos cursos oficiais e algumas consideradas essenciais pela comissão e que não estavam naqueles programas. Foi nomeada uma comissão de 10 membros, cinco médicos e cinco farmacêuticos para avaliarem os estatutos e o programa. Foram nomeados os médicos Tibério de Almeida, Ignácio Pereira da Rocha, Odilon Goulart, Amâncio de Carvalho e José Luiz de Faria Rocha, e os farmacêuticos José Eduardo de Macedo Soares, Buarque de Hollanda, Henrique Schaumann, João Rodrigues de Souza e Luiz Pinto de Queiroz. O dr. Amâncio de Carvalho pediu para ser substituído pelo dr. Canuto do Val, o que foi aceito. O farmacêutico Pinto de Queiroz também pediu dispensa por ter integrado a comissão que elaborou os estatutos e o programa. O presidente da mesa, Cerqueira César, não viu inconvenientes no fato e Pinto de Queiroz permaneceu na comissão. (RF, n.8, 15/12/1898, p. 141-42)

A comissão aceitou os estatutos, e sugeriu que o programa fosse escrito de maneira mais clara.

Na terceira reunião, em 6 de novembro de 1898, no Conselho Municipal, foram lidos os estatutos e postos em discussão, tendo o dr Amâncio de Carvalho discordado do fato dos lentes

poderem ser substituídos, em caso de necessidade, pelos preparadores. Buarque de Hollanda justificou então a posição da comissão que teve o intuito de reduzir o corpo docente ao estritamente necessário, sem ferir o código de ensino vigente. Concordando com o dr. Carvalho, dr. Cláudio de Souza Junior propôs a seguinte emenda: “Além dos lentes, ficam criados quatro lugares de lentes substitutos, sendo um para cada seção.” (RF, n.8, 15/12/1898, p. 144). O dr. Odilon Goulart discordou por conta das dificuldades econômicas, e sugeriu que ao invés de 'preparadores', fosse usado o termo 'substitutos preparadores'. Macedo Soares combateu as alterações, e Buarque de Hollanda sugeriu que a discussão sobre este assunto fosse encerrada. As discussões continuaram e, no final foram aprovados os estatutos e o programa com as ementas do parecer. (RF, n.8, 15/12/1898, p. 145).

Por unanimidade de votos na sua assembleia anual de dezembro de 1898, a Sociedade Farmacêutica Paulista resolveu transferir para a Escola Livre de Farmácia todos os seus pertences, dando como liquidada a Sociedade.

No entanto, o já diretor da Escola, dr. Bráulio Gomes, recusou a Revista Farmacêutica e transferiu seus direitos, obrigações e deveres para o farmacêutico João Florentino Meira de Vasconcelos, que tornou-se assim o proprietário e responsável pela revista (RF, n.8, 15/12/1898, p. 152). Pouco tempo depois, assumiria a Revista, Luiz Pinto de Queiroz, que a manteve ativa por duas décadas.

A Escola foi inaugurada em 11 de fevereiro de 1899, com a presença do presidente do estado de São Paulo, secretários da agricultura, fazenda, interior e justiça, médicos, farmacêuticos, representantes da Escola Normal, da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito e da imprensa – O Estado de S.Paulo, Comércio, Correio Paulistano.

Braulio Gomes pronunciou o primeiro discurso, em que após discorrer sobre a fundação da Maternidade de São Paulo, falou do “nascimento” da Escola de Farmácia. Destacou a importância da mesma para atingir dois objetivos:

estudar a nossa flora; estudar essa vastíssima farmácia da natureza oculta em nossas florestas – servindo de leito às feras; ignorada pelo *homem civilizado*, que para cúmulo do charlatanismo e de reclamo, só diz conhecer por inspiração de um índio, de um pajé amigo. Bater, pois, as nossas florestas e buscar o que a natureza fidalgamente nos dá, é mais patriótico, é maior serviço prestado à nossa pátria, do que bater às portas estrangeiras, e comprar drogas más, falsas e caras! Eis pois um dos grandes intuitos: formar botânicos, formar químicos, formar farmacêuticos. Ser farmacêutico não é vender drogas, não é misturá-las; é saber fazer a mistura. Ser farmacêutico não é por em uma das conchas da balança a droga e na outra o dinheiro (...). Outro grande fim da Escola de

Farmácia é diplomar mulheres, formar farmacêuticas. (discurso de Bráulio Gomes, publicado em Revista Farmacêutica, n.º 10, 15/02/1899, p.175-76)

Outro que discursou no evento, foi o médico legista, professor da Faculdade de Direito, dr. Amâncio de Carvalho, que exaltou a importância da Escola para a “moralidade da profissão”. Calculou que a cidade de São Paulo tivesse cerca de 200 farmácias, e que destas apenas 50 deveriam ser dirigidas por farmacêutico diplomado. Falou que:

As restantes são propriedade de indivíduos, na sua quase totalidade, estrangeiros, os quais contando com a impunidade que deriva, como hoje está cabalmente demonstrado, da falsa interpretação de um dos artigos da nossa Constituição, afrontam as leis da polícia sanitária e a moral social. (discurso de Amâncio de Carvalho, publicado em Revista Farmacêutica, n.º 10, 15/02/1899, p.178).

Falou também da flora brasileira ainda pouco explorada pelos cientistas, dizendo que esperava que a Escola permitisse a criação de uma “terapêutica auto crônica” (sic) tirada da rica flora brasileira e produzindo uma “revolução na ciência”.

Em nome da Faculdade de Direito, o advogado dr. Cândido Motta saudou a Escola de Farmácia, “primeiro estabelecimento de ensino superior fundado pela iniciativa particular” (p.180)

Falaram também os médicos Valeriano de Souza e Amâncio de Carvalho. O dr. Amancio de Carvalho pediu aos políticos presentes à cerimônia, em nome dos médicos e farmacêuticos brasileiros *diplomados* que agissem contra os “aventureiros que infestam a capital e todo o estado, inculcando-se médicos e farmacêuticos”. Dizendo que a liberdade profissional devia ser exercida pelos diplomados por academia nacional ou estrangeira reconhecida pelo governo e depois de aprovados no exame de habilitação.

Após os discursos, Bráulio Gomes encerrou a sessão e declarou instalada a Escola Livre de Farmácia de São Paulo. Mais uma vez, nenhum farmacêutico tomou a palavra.

Como vemos, nos discursos apareceu a preocupação em formar farmacêuticos no intuito de coibir os curiosos, práticos e charlatães e a necessidade de estudar a flora nacional, conquistando independência dos produtos importados, muitas vezes de má qualidade ou vencidos.

A Escola Livre de Farmácia funcionou de 1899 a 1905 em prédio alugado da rua Brigadeiro Tobias, n. 7. O curso era dividido em quatro séries, sendo a última facultativa e com defesa de tese, que dava ao formado o título de bacharel em ciências naturais e farmacêuticas. O corpo docente era composto de 12 catedráticos e 12 substitutos preparadores, escolhidos pelos primeiros.

O primeiro programa elaborado trouxe as seguintes disciplinas, lentes responsáveis e

substitutos por eles escolhidos:

1. Física - José Eduardo de Macedo Soares/dr. Carlos Niemeyer;
2. Química Inorgânica, Mineralogia e Hidrologia - dr. Edmundo Xavier/dr. José Valeriano de Souza;
3. Botânica (1. parte) e noções de Zoologia - Christovam Buarque de Hollanda/José de Moraes Barros;
4. Química Orgânica e Biológica - Pedro Baptista de Andrade/Ignacio Puiggari;
5. Zoologia, noções de Anatomia e Fisiologia - dr. Odilon Goulart/dr. Canuto do Val;
6. Botânica, especialmente a brasileira - Alberto Loefgren/Rodrigues de Andrade;
7. Química Analítica e toxicológica - José Frederico Borba/Alfredo Augusto da Silva;
8. Farmácia teórica e prática - João Fiorentino Meira de Vasconcellos/João Batista da Rocha;
9. Matéria Médica e Noções de Terapêutica - dr. Victor Godinho/dr. Claudio de Souza Jr.;
10. Química Industrial com aplicação à Farmácia - Luiz Manuel Pinto de Queiroz/Frederico Borja Dias;
11. Higiene e Elementos de Bacteriologia - dr. Artur Vieira de Mendonça/dr. Bonilha de Toledo;
12. História e Legislação Farmacêutica - dr. Antonio Amâncio Pereira de Carvalho/dr. Américo Brasiliense. (Souza, 1904).

Em 1901 se juntaram à Farmácia os cursos de Odontologia e Obstetrícia, e a escola passou a se chamar “Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia” (EFOOSP). Submetidos ao parecer do Secretário do Interior, os dois novos cursos foram aprovados, começando a primeira turma em 1902. Em 1911 o curso de Obstetrícia passará a ser ministrado na Maternidade de São Paulo.

A Escola foi reconhecida pelo Governo do Estado de São Paulo em 1899 e pelo governo federal em 1905. Desde 1899, a Escola de Farmácia realizava exames para práticos de farmácia, parteiras e dentistas, além de revalidar diplomas de farmacêuticos estrangeiros. Vários práticos foram aprovados nesses exames. Foram 10 em 1900; 16 em 1901; 18 em 1902; 16 em 1903. Já os diplomas revalidados dos habilitados por escolas estrangeiras foram: 5 em 1900, não constando nenhum para os anos seguintes. Alunos diplomados pela Escola: 9 em 1901; 9 em 1902; 12 em 1903. (Souza, 1904, p.49-52).

Até o ano de 1903 a escola apenas gratificava o corpo docente com um *pro labore*, não lhes pagando salários (Souza, 1904, p. 55). Muitos deles também doaram livros, dando início à biblioteca.

Com o aumento dos cursos e dos alunos, a construção de um prédio próprio tornou-se necessária. A Congregação autorizou a compra de um terreno e concorrência do projeto do futuro edifício. Foi escolhido um terreno da chácara Dulley, situada no bairro do Bom Retiro, na Rua

Marquês de Três Rios, próximo à Estação da Luz, da Escola Politécnica e do Hospital Militar. A metragem adquirida (5.131 m²) foi ampliada com a compra de lotes contíguos, atingindo uma área de 6.246m² (Pourchet Campos, 1966).

A pedra fundamental do edifício foi lançada em 5 de novembro de 1904 e as obras foram concluídas em outubro do ano seguinte, sendo inaugurado na data de comemoração dos sete anos da fundação da Escola – 12 de outubro de 1905, com a presença do presidente do Estado, Júlio Prestes. Pourchet Campos (1966) diz que a maior parte do aparelhamento veio da Europa e era, para a época, “o melhor que se podia imaginar”.

Segundo Paulo Minami (2004), durante a década de 1920 a escola passou por um período conturbado e pouco documentado. Em fevereiro de 1923 desistiu da equiparação federal, passando a reger-se pelas normas estaduais. Depois de três anos (1926), voltou a gozar da equiparação, mas em 1927, após a constatação de diversas irregularidades em seu funcionamento, o governo federal cassou novamente o reconhecimento oficial.

No entanto, a Escola continuou, nas palavras de Pourchet Campos, “cunhando diplomas” até 1931, quando um decreto de Getúlio Vargas (n.º 19.852) extinguiu todas as escolas estaduais que não fossem fiscalizadas pelo Governo Federal. Foi requerida a inspeção federal, que foi negada e o Governo Estadual decretou intervenção na Escola, sequestrou seus bens e designou um depositário legal para cuidar deles. O depositário, Benedito Montenegro, promoveu uma reforma na escola – tanto física quanto administrativa - que permitiu que ela voltasse a funcionar.

A Congregação deliberou que fosse denominada “Faculdade de Farmácia e Odontologia”. Os novos professores, diante das dificuldades financeiras vividas pela instituição, prestavam serviços gratuitamente.

Em 25 de janeiro de 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, composta de dez institutos oficiais, entre os quais a “Faculdade de Farmácia e Odontologia”. Por decreto estadual a Faculdade de Farmácia e Odontologia foi extinta e imediatamente criada a “Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo”. Continuou funcionando no mesmo prédio da rua Três Rios e com o mesmo corpo docente, tendo como primeiro diretor, sob o regime universitário, Benedito Montenegro.

Quanto ao edifício construído, na Rua Três Rios, matérias publicadas época da sua inauguração assim o descrevem:

compõe-se de dois pavimentos, sendo o primeiro dividido em duas extensas alas, separadas por espaçoso pátio. Neste pavimento encontram-se os diversos gabinetes e três amplos anfiteatros em hemicírculo; no superior, ao qual se chega por meio de duas largas escadas estão a sala da Congregação, a da Diretoria, a dos Lentes, a Secretaria e a Biblioteca. No primeiro pavimento, logo à entrada, encontra-se espaçoso vestíbulo; à direita acham-se a portaria e as salas

destinadas à prótese e às operações dentárias; à esquerda está o gabinete de química analítica. Na ala da direita vêm em seguida as salas destinadas à anatomia e zoologia, química orgânica, farmácia, botânica descritiva, um grande anfiteatro e privadas. A ala da esquerda contém as seguintes salas: toailete das alunas, física, câmara escura, química mineral e industrial, matéria médica, bacteriologia, botânica geral, um grande anfiteatro e privadas. (Correio Paulistano 13 de outubro de 1905 apud Val, 1907, p. 10).

Farmacopéia paulista

Nas últimas décadas do Império e início da República, os farmacêuticos brasileiros passaram anos exigindo dos governantes a iniciativa da elaboração de uma farmacopéia nacional. Os governantes chegaram a nomear algumas comissões com este fim, mas todas sem sucesso.

Arthur Neiva²⁴, diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, na ocasião da publicação da Farmacopéia Paulista, em 1917, e que fez seu prefácio, faz um histórico dessas tentativas. Lembra que a primeira iniciativa do governo ocorreu com a nomeação de uma comissão integrada, entre outros, por Ezequiel Corrêa dos Santos, Agostinho José de Souza Lima e Eugênio Marques de Hollanda. Isso ainda em 1887, mas informa que não conseguiram concretizar o objetivo. Neiva menciona que em 1897, a ideia renasceu e, novamente foi convocada uma comissão com o fim de confeccionar a Farmacopéia Brasileira, também integrada pelo professor Souza Lima, e pelos farmacêuticos Cezar Diogo e Orlando Rangel, também sem sucesso.

Informa também que por ocasião da reforma dos serviços sanitários do Brasil, com a entrada de Oswaldo Cruz para a Saúde Pública, o código sanitário cogitava num de seus artigos a confecção de uma Farmacopéia Brasileira. Mas, sem nada resolver, em 18/03/1914, pelo decreto n. 10.821, um novo regulamento da Diretoria Geral de Saúde Pública, eliminou o artigo referente à obrigação de criar uma Farmacopéia Brasileira (Neiva, 1917).

Como vimos, na Sociedade Farmacêutica Paulista, a Farmacopéia aparecia como um de seus objetivos e a Revista trouxe em alguns de seus artigos referências à necessidade de uma farmacopéia que substituísse o Códex Francês no país. Assim, num artigo de 15 de agosto de 1895, intitulado “Algumas considerações sobre a classe farmacêutica”, o médico Mariano Costa afirmava que contra os abusos e erros cometidos nas farmácias, era necessário um código farmacêutico brasileiro, uma vez que o médico podia receitar segundo o código francês, ou não. Quando um médico receitava sem especificar a qualidade ou a quantidade de um produto, o dr. Mariano acreditava que o farmacêutico pressupunha que fosse a dose indicada pelo Códex Francês. (RF, n.4,

24 Prefácio de Arthur Neiva. Farmacopéia Paulista. São Paulo: Casa Espíndola, 1917.

15/08/1895, p 71)

O editorial da RF de número 7, de 15 de novembro de 1895, teve por título “Farmacopéia Brasileira” e começou afirmando que o código farmacêutico tinha, para a Medicina e a Farmácia, o mesmo valor que a Constituição tinha para a Política, uma vez que tão ou mais sagrada é a saúde dos homens que seus direitos.

Lamentava ainda que tivessem de seguir a farmacopéia francesa: “A falta de um *Código Farmacêutico Nacional* parece querer dizer que o Brasil não possui plantas indígenas melhores do que as europeias, ou que faltam aqui homens capazes, ou senão, finalmente, e é isso que temos mais pena de dizer, que os nossos governos não se têm preocupado com o assunto.” (RF, n. 7, de 15/11/1895, p. 129)

O problema apresentado no artigo e que aparecia nos discursos dos médicos, era que o Códex francês prescrevia uma série de fórmulas oficinais preparadas com plantas frescas inexistentes no Brasil, que precisavam ser importadas e que o autor do texto afirma ser possível substituir pelas nacionais.

O redator concluiu dizendo: “Não resta dúvida: é indispensável um *Código Brasileiro de Farmácia*. Para a realização de tal Código, o que será preciso? Muito pouco: uma comissão médico farmacêutica competente – o que facilmente o governo arranjará, ou então um prêmio para quem apresentasse o melhor trabalho” (RF, n. 7, de 15/11/1895, p. 131).

O farmacêutico Rodrigues de Andrade, no artigo “O Codex Brasileiro”, publicado na Revista Farmacêutica em abril de 1896, foi mais um a lamentar a ausência de uma farmacopéia nacional. Dizia não ser possível acreditar que um país com produtos, clima, doenças tão diferentes da Europa, podia exigir que seus farmacêuticos se guiassem pela farmacopéia francesa. Além do que eram comuns os casos em que não era possível proceder segundo aquela lei. Ele exemplificou: “Ora, a lei nos manda seguir no aviamento das fórmulas oficinais a farmacopéia francesa, salvo no caso do médico determinar na receita a farmacopéia pela qual deseja preparado o remédio que prescreve, o que é raro se dar” (Rodrigues de Andrade, RF, n. 12, de 15/04/1896, p. 228). Lamentou que ao médico fosse permitido receitar como quisesse, ficando o farmacêutico de mãos atadas, ao médico ou ao códex estrangeiro. Outro problema que ele mencionou, foi que o código não acompanhava as mudanças da sociedade. Informou que em São Paulo, naquele final de século XIX, era comum a indicação dos extratos fluidos, (tema muito debatido nas revistas e que chegou a ser discutido na SFP, com opiniões bastante divergentes). O fato era que os extratos fluidos não figuravam na Farmacopeia Francesa e, segundo Rodrigues, tanto por ser uma inovação recente, quanto por ser condenado seu uso (extratos) pelo Comitê de Higiene e pela Sociedade de Farmácia de Paris. No entanto, segundo ele, todas as farmácias naquele tempo preparavam seus xaropes a partir dos extratos fluidos.

Rodrigues de Andrade concluiu que não se cumpria a lei, porque não era possível cumpri-la, sem a existência de um código farmacêutico nacional:

Se, como vemos, não se cumpre a lei, por inexecutável, é preciso modificá-la convenientemente; é preciso que o governo trate de mandar confeccionar o Códex Brasileiro, no qual deverão figurar, depois de ter passado por minucioso estudo muitas dessas fórmulas que são seguidas, se bem que ilegalmente, à falta de outras melhores, e todas aquelas de médicos e farmacêuticos de capacidade científica reconhecida que convenham ao nosso meio, ao nosso uso particular; pois não temos necessidade de copiar servilmente os códigos estrangeiros, até nos pontos em que eles pecam e naqueles em que não nos podem prestar reais serviços, atento as diferenças de meio e de recursos naturais. (Rodrigues de Andrade, RF, n. 12, de 15/04/1896, p. 228)

Pelo Relatório da SFP, apresentado na Sessão de 15 de dezembro de 1897, ficamos sabendo que a Sociedade havia nomeado uma comissão para tratar do tema. No entanto, o presidente da SFP, Meira de Vasconcellos informou, no relatório, que das comissões nomeadas pela Sociedade naquele ano, apenas uma não deu conta de seu mandato: a da farmacopéia, que foi por isso dissolvida. (RF, 15 de janeiro de 1898, p. 138).

Em 1898, aparece nas páginas da Revista Farmacêutica, referência a um “Formulário Oficial e Magistral Internacional”, elaborado pelo dr. José Ricardo Pires de Almeida e doado à Repartição Sanitária do Exército, no intuito de que o mesmo fosse utilizado nos hospitais e enfermarias militares da república. O formulário continha cerca de 30.000 fórmulas colhidas de diversas farmacopéias e baseado em tratados de farmacologistas nacionais e estrangeiros. A Inspeção Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra considerou que o formulário era adequado e que deveria ser seguido. Foi informado também que o médico havia enviado ao Governo uma cópia do formulário para avaliação (parecer de 17 de maio de 1898, in RF, 15 de julho de 1898, p. 42-43). Logo depois, Ignácio Puiggari propõe que a SFP adquira o formulário do dr Pires de Almeida e a proposta foi aprovada (RF, n.3, 15/07/1898, p. 55). Dentre as respostas dadas pela Revista Farmacêutica às perguntas de seus leitores, encontramos algumas baseadas no formulário.

Ainda em 1898, o presidente da SFP opinou que não se deveria tratar da farmacopéia brasileira no momento, uma vez que fora nomeada pelo governo federal uma comissão para apresentar um projeto referente a ela. (RF, n.3, 15/07/1898, p. 54)

Em 1902, o tema é longamente discutido na revista pois acontecia em Bruxelas, na Bélgica, a partir de 15 de setembro uma conferência internacional, visando a unificação da fórmula de alguns medicamentos. Os países representados foram: Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, EUA, França, Espanha, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Rússia,

Suécia, Suíça, Portugal e Grécia (RF, n.10, 30/10/1902, p. 161). Essa conferência foi comentada na RF e foi dito que ela continuava o projeto do Congresso Internacional de Farmácia de Paris, ocorrido em 1900, que tinha entre os seus objetivos um plano de uniformização das farmacopéias.

Segundo a revista, as propostas discutidas em Bruxelas visavam produtos apresentados num grande número de farmacopéias, buscando uma certa uniformização nos agentes terapêuticos que seriam inscritos nas farmacopéias oficiais dos países que aderissem. Foram tratados produtos como “vinhos medicinais”, “tinturas” e “extratos fluidos”. (RF, n.10, 30/10/1902, p. 162).

Também, a delegação suíça apresentou os seguintes temas para serem debatidos: listas dos produtos galênicos cujas fórmulas deveriam ser unificadas; os princípios norteadores da nomenclatura; a língua do texto (propondo o latim para os ingredientes e títulos dos artigos); pesos e medidas; proporções fundamentais; formas das proporções; processos de extração; grau do álcool a ser usado na preparação dos medicamentos; concentração dos ácidos minerais diluídos; dosagens dos princípios ativos. (RF, n.11, 30/11/1902, p. 173).

Foi ainda discutida a necessidade de se adotar um tipo uniforme de conta-gotas – decidem adotar o da Farmacopéia Francesa de 1884.

A RF informa também que na abertura, o Ministro da Agricultura e Higiene da Bélgica, B. von der Bruggen, declarou que o fim do governo ao promover a conferência, era o de: “suprimir o perigo real resultante das profundas divergências que existem entre as diferentes farmacopéias, na parte referente aos medicamentos ativos. Essa noção do perigo, continua o ministro, é a característica do programa da conferência, e toda a proposta de modificação que não o implique pode ser considerada como estranha ao seu objetivo.” (RF, n.11, 30/11/1902, p. 174).

Após as propostas de ordem geral, foram discutidas as particularidades, como as formulações de alguns medicamentos, entre os quais a ipecacuanha e o ópio, produtos onde a dose variava muito de uma farmacopéia para outra, em alguns casos em até 500%.

Em 1907, o tema da Farmacopéia Brasileira voltou a ocupar o editorial da Revista Farmacêutica. Como seria realizado em São Paulo o 6. Congresso de Brasileiro de Medicina e Cirurgia e Luiz Pinto de Queiroz, informava que havia sido mandado em nome da RF, um ofício aos organizadores do evento para que fosse aproveitada a ocasião para a elaboração de uma Farmacopéia Brasileira, fundamental, segundo ele, tanto para a classe farmacêutica quanto para a médica. Trazia um histórico das comissões nomeadas para elaborarem a farmacopéia e concluía que esse não era um modelo adequado, uma vez que havia sido tentado inúmeras vezes sem sucesso. Sugere que o projeto fosse dividido em várias partes e que fossem incumbidos médicos e farmacêuticos que tivessem se dedicado ao estudo das ciências farmacológicas nas Escolas de Medicina e Farmácia, além de outros especialistas, de maneira que, com o trabalho dividido, fosse possível concluí-lo em 6 meses e que o Congresso pudesse, aí sim nomeando uma comissão,

consolidar o material numa farmacopéia: “É esse o meio que me parece mais viável para conseguir a solução desse encantado problema” (Queiroz, RF, 31/01/1907, p. 4).

A partir da proposta de Queiroz, a comissão executiva do congresso, composta de Vital Brazil, Emílio Ribas e Victor Godinho, resolveu nomear uma comissão para que apresentasse um projeto da Farmacopéia Brasileira, composta pelo próprio Luiz de Queiroz, Christovam Buarque de Hollanda, Ignacio Puiggari, João Florentino Meira de Vasconcellos, J. Malhado Filho, Cândido de Assis Ribeiro, Pedro Baptista de Andrade e José Frederico Borba, os dois últimos declinaram. Sob a presidência de Buarque de Hollanda, estabeleceram as metas e partes da farmacopéia. Elaboraram uma circular, publicada pela Revista Farmacêutica e encaminhada a quem pudesse interessar (classes médica e farmacêutica). Pediam que as contribuições fossem enviadas à comissão até 30 de junho daquele ano, uma vez que o congresso seria realizado em setembro e a comissão teria esse espaço de tempo para organizar a obra (RF, 31/01/1907, p. 6-7).

Em setembro ocorreu o Congresso. Os farmacêuticos da RF comemoraram o lançamento das bases da tão sonhada Farmacopéia Brasileira. Acreditavam que no próximo congresso, marcado para 1908, ela estivesse concluída. Falaram que a Farmacopéia seria: “um trabalho de compilação, mas de uma compilação criteriosa e adequada às nossas necessidades” (RF, 30/09/1907, p. 140). A obra teria quatro partes: preliminares, matérias primas tiradas dos animais e dos vegetais, Farmácia Química e Farmácia Galênica. Apresentaram na revista o esboço da obra (RF, 30/09/1907, 30/10/1907, 30/11/1907).

No entanto, a Farmacopéia Paulista seria concretizada somente em 1916. Neste ano foi realizado na cidade de São Paulo, o Primeiro Congresso Paulista de Medicina, onde a Farmacopéia foi novamente retomada, só que desta vez, sem a adesão dos outros estados, e os farmacêuticos de São Paulo tiveram que agir sozinhos.

A realização da Farmacopéia Paulista, foi proposta pela comissão organizadora do Congresso e foi constituída pelos seguintes farmacêuticos:

1. Presidente: João Florentino Meira de Vasconcellos – professor de farmacologia da Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, membro da Academia Nacional de Medicina e chefe da Farmácia da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo;
2. Secretário Firmino Tamandaré de Toledo Junior – professor de química orgânica e industrial da Universidade Livre de São Paulo, ex-naturalista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ex-preparador de química e botânica da Escola de Farmácia de São Paulo, redator da “Revista Farmacêutica”;
3. Christovam Buarque de Hollanda - professor de História Natural da Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, membro da Academia Nacional de Medicina, Diretor do Laboratório Farmacêutico do Estado de São Paulo, ex-químico do Laboratório Nacional de

Análises;

4. Luiz Manoel Pinto de Queiroz – professor de química industrial da Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo;
5. José Malhado Filho - professor de química biológica e bromatologia da Universidade Livre de São Paulo;
6. Joaquim M. Kehl - presidente da União Farmacêutica de São Paulo, químico e industrial;
7. João Alfredo Varella - chefe do serviço de Inspeção de Farmácias do Serviço Sanitário de São Paulo.

Além da comissão, a Farmacopéia Paulista contou com alguns colaboradores, entre médicos, farmacêuticos.

O Congresso Paulista de Medicina, nomeou para avaliar o trabalho da Farmacopéia uma nova comissão composta por:

dr. Raul Vargas Cavalheiro - ex-farmacêutico do Hospital de Juqueri e do Laboratório Farmacêutico do Estado de São Paulo;

Bernardino Cintra – farmacêutico catedrático de química mineral da Universidade Livre de São Paulo;

Coriolano Francisco Caldas – major farmacêutico, chefe do Serviço Farmacêutico da Força Pública do Estado de São Paulo.

O parecer da comissão foi de que o trabalho era “bom” e deveria ser adotado. Elogiaram o fato de ter sido mantido o plano da Farmacopéia Francesa, uma vez que acreditavam que uma transição brusca poderia trazer funestas consequências, mas que haviam conseguido adaptá-la às necessidades do país. Também não esperavam um trabalho totalmente original e sem defeitos, dada a exiguidade do tempo que tiveram para elaborá-la [cerca de 6 meses].

Enalteceu também a introdução do uso dos extratos fluidos de volume duplo, dizendo que só isso já bastava para recomendar o trabalho. A comissão termina o parecer fazendo votos que o Congresso Paulista de Medicina aprovasse a farmacopéia e que fosse solicitado dos governos estadual e da União que a adotasse.

Na sessão plenária de 10 e dezembro de 1916, o Congresso Médico Paulista aprovou unanimemente a Farmacopéia Paulista (Farmacopéia Paulista, 1917).

O então diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, dr. Arthur Neiva, foi convidado para escrever o prefácio da Farmacopéia Paulista.

Tendo sido adotada pelo Governo do Estado de São Paulo. Sua primeira edição saiu em 1917, impressa pela Casa Espíndola. Todos os direitos autorais foram reservados à comissão que a elaborou.

Quanto à farmacopéia nacional foi somente em 1924, que o farmacêutico Rodolpho Albino

Dias da Silva, apresentou ao Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, Carlos Chagas, um projeto de farmacopéia que ele havia levado dez anos para elaborar. Carlos Chagas então nomeou uma comissão de médicos e farmacêuticos para avaliarem a obra. Entre eles estavam os farmacêuticos Alfredo da Silva Moreira, José Malhado Filho e Isaac Werneck da Silva Santos. Após avaliá-la, a comissão votou por sua aprovação com a exclusão de alguns artigos. Em novembro de 1926, o decreto 17.509 aprovou a Farmacopéia Brasileira elaborada pelo farmacêutico Rodolpho Albino, com as emendas da comissão revisora. Por demoras na impressão da obra, que deveria ser adotada 60 dias depois da publicação do decreto, a nova farmacopeia só foi adotada a partir de 15 de agosto de 1929 (Farmacopéia do Brasil, 5. edição, 2010).

Assim, o Brasil, que havia adotado o “Códex Francês” em 1851, com ele permaneceu como farmacopéia oficial durante 78 anos.

Procurando entender a institucionalização da Farmácia em São Paulo, chegamos às estratégias dos farmacêuticos para fortalecer e consolidar a área. Eles acreditavam que precisavam legitimar socialmente a profissão, conquistar autonomia frente aos médicos e controle sobre os práticos. Observando os países em que a Farmácia era reconhecida, se convenceram que precisavam criar uma associação da classe, uma revista, uma Escola de Farmácia e ter uma farmacopéia nacional.

A primeira a ser levada a efeito foi a Sociedade Farmacêutica Paulista (1894). Essa sociedade logo lançou uma revista, a Revista Farmacêutica, órgão oficial da Sociedade, cujo primeiro número saiu em maio de 1895. Ambas, Sociedade e Revista, tinham caráter misto: profissional e científico. Como a profissão também (é)ERA mista, tendo uma parte científica e uma parte comercial, sendo esta a mais visível socialmente, o desafio era o de provar que a parte científica era fundamental para a saúde pública e que ser farmacêutico não era apenas saber manipular medicamentos e comercializá-los.

A maior dificuldade que encontraram era a de agrupar e mobilizar os profissionais. As reuniões eram agendadas e sempre aparecia um pequeno grupo cativo: Christovam Buarque de Hollanda, Luiz Pinto de Queiroz, Amando Stockler, José Camargo, José Eduardo de Macedo Soares, Ignácio Puiggari... Em 1895 foram canceladas quatro sessões seguidas por falta do quórum mínimo de nove sócios. O número de participantes aumentava quando alguma questão mobilizava o grupo como foi o caso da proposta de reforma do Regulamento de Higiene. As tentativas de discussão científica tiveram pouca adesão. A proposta de Luiz de Queiroz de discutir os extratos fluidos, tema que estava na ordem do dia, tampouco despertou interesse no princípio. Só depois de muita insistência o tema foi debatido com muitas divergências.

A criação de uma Escola de Farmácia foi discutida pela Revista Farmacêutica desde o princípio. A defesa da Escola pelos farmacêuticos de São Paulo se justificava pela ausência de uma

Escola de formação no estado e por só existirem três escolas no país até então: a da Bahia, do Rio de Janeiro, anexas ao curso de Medicina e a de Ouro Preto, esta a única independente.

Nos primeiros anos todos os farmacêuticos registrados em São Paulo eram formados por uma dessas três escolas. Apenas em 1901 aparece o registro de um farmacêutico formado no Brasil por outra escola, a de Porto Alegre, fundada um pouco antes da de São Paulo, em 1896.

Formada a Sociedade Farmacêutica Paulista (SFP) e lançada a Revista Farmacêutica, a grande campanha dos profissionais foi pela Escola Livre de Farmácia. Defendiam que fosse livre porque buscavam autonomia dos cursos médicos e do governo. Afirmavam que se a Escola fosse anexa a um curso de Medicina, não teriam autonomia nem para lecionar para os farmacolandos? e que o curso de Farmácia acabaria se tornando apenas um preparatório para o curso de Medicina como os das escolas oficiais – este último muito mais atrativo pelo status social, econômico e científico de que gozava.

Outro tema que integrou a pauta dos farmacêuticos reunidos em sociedade foi a elaboração de uma Farmacopéia Brasileira. Várias tentativas foram feitas no período anterior à República (ver Vera Beltrão Marques e Veronica Velloso) e, durante o período aqui estudado, foram formadas diversas comissões no intuito de lançar as bases da farmacopéia, tanto pelo governo quanto pela própria Sociedade Farmacêutica.

Apesar de interessar tanto a médicos quanto a farmacêuticos, a Farmacopéia Nacional só se tornou realidade em 1926. Antes dela, apenas a Farmacopéia Paulista, elaborada em 1916, adotada oficialmente pelo governo do estado e que visava ser uma etapa rumo à Farmacopéia Brasileira, mas que não alcançou esse objetivo. Oficialmente durante todo o período republicano anterior à aprovação da Farmacopéia, os médicos e farmacêuticos no Brasil eram obrigados a seguir o Códex Francês. Essa condição era considerada inadmissível e revoltante por alguns farmacêuticos. Não se conformavam com a adoção de um código estrangeiro, de uma realidade tão diversa da brasileira, sendo que o Brasil tinha uma rica flora medicinal, que eles acreditavam ser mais adequada às doenças daqui.

No entanto, notamos uma certa acomodação por parte dos farmacêuticos, que esperavam que o Governo tomasse a iniciativa da Farmacopéia. Quem acabou tomando as rédeas foram os médicos. A Farmacopéia Paulista foi gestada e aprovada durante o Congresso Médico de 1916.

CAPÍTULO 2 - PERFIL DOS FARMACÊUTICOS REGISTRADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1892 E 1933

O médico Rodolpho dos Santos Mascarenhas, em sua tese de livre-docência, “Contribuição para o estudo da Administração Sanitária estadual em São Paulo”, informa que após a extinção da Inspetoria de Higiene, o órgão que passa a fiscalizar o exercício profissional referente à Saúde Pública no estado é o Serviço Sanitário.

A lei de n.º 43, de 18 de julho de 1892, que organizou o Serviço Sanitário informava que:

Artigo 1.º - O Serviço Sanitário do Estado fica sob a direção do Secretário de Estado do Interior, a cargo:

§ 1.º - De um conselho de saúde pública, que se incumbirá de dar parecer ao Governo acerca dos assuntos de higiene e salubridade pública, sobre as quais for consultado.

§ 2.º - De uma diretoria de higiene, incumbida da execução do regulamento sanitário, e que deverá ser auxiliada por laboratórios farmacêutico, vacinogênico e de análises químicas e bacteriológicas.

(...)

Artigo 3.º - Incumbe à diretoria de higiene:

(...)

8.º A fiscalização do exercício da Medicina e da Farmácia. (Lei de n.º 43, 1892)

No ano seguinte foi promulgada nova lei, de n.º 240, de 04 de setembro de 1893, reorganizando o Serviço Sanitário do Estado. A lei mantinha a atribuição do Serviço Sanitário de fiscalizar a Medicina e a Farmácia, informando que cabia ao Secretário do Serviço Sanitário “registrar os títulos dos médicos, farmacêuticos, parteiras, dentistas, etc. que forem apresentados à Diretoria” (Lei 240, 1893).

O artigo 53 da lei 240 estabelece quem pode exercer as profissões da saúde no país:

Só é permitido o exercício da arte de curar em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas: 1.º As pessoas que se mostrarem habilitadas por títulos conferidos por qualquer das Faculdades, de Medicina da República dos Estados Unidos do Brasil. 2.º Às que, sendo graduadas por escolas ou universidades estrangeiras conhecidas, se habilitarem perante as ditas faculdades na forma dos estatutos respectivos. 3.º As que sendo ou tendo sido professores de escola ou universidade estrangeiras reconhecidas oficialmente, requererem ao Governo licença para o exercício da profissão, a qual poder-lhe-á ser concedida, se exibirem documentos comprobatórios da qualidade de professores e de terem exercido clínica,

devidamente autenticados pelo representante diplomático da República, e na falta, pelo cônsul brasileiro. 4.º As que, sendo graduadas por instituições estrangeiras provarem que são autores de obras de merecimento de medicina, cirurgia e farmacologia e requererem licença ao Governo que lhes poderá conceder, depois de ouvir uma das faculdades da República (Lei n.º 240, 1893).

Informava também como os profissionais deveriam proceder para a regularização de sua prática:

Art. 54. - Os médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiros e dentistas deverão matricular-se apresentando seus títulos ou licenças à Diretoria do Serviço Sanitário, afim de serem registrados.

§ 1.º - O registro se fará em livro especial e consistirá na transcrição do título ou licença com as respectivas apostilas. Feito o registro, o diretor do Serviço Sanitário lançará no verso do título ou licença o “Visto”, indicará a folha do livro em que a transcrição tiver sido feita, datará e assinará.

§ 2.º - São considerados sem valor os títulos ou licenças e equiparados os seus possuidores aos que exercerem a medicina em qualquer de seus ramos sem título legal, quando não tiverem sido registrados na forma do § precedente (Lei n.º 240, 1893).

E as punições a que estão sujeitos os que descumprirem a lei:

Artigo 89. - Os abusos cometidos no exercício das profissões de que trata este capítulo serão punidos do modo seguinte:

§ 1.º - Quem exercer a profissão médica ou farmacêutica, sem título legal registrado na Diretoria do Serviço Sanitário, será multado em cem mil réis e nas mesmas quantias nas reincidências, além das penas cominadas no Código Criminal. (Lei n.º 240, de 04 de setembro de 1893)

São justamente esses livros de registro profissional do Serviço Sanitário, onde essa lei obrigava o registro de todos os diplomas dos habilitados a exercer as profissões da saúde no Estado a fonte principal utilizada neste capítulo.

A Coleção completa traz os registros de diversos profissionais: médicos, dentistas, parteiras, enfermeiras, fisioterapeutas, entre outros, e chega a mais de 100 livros. Cada livro contém cerca de 600 páginas, algumas com mais de um profissional registrado.

Os livros trazem as transcrições dos diplomas ou habilitações, e por eles foi possível montar um banco de dados com as seguintes informações: nome, filiação, data e local de nascimento, origem, estado civil (dado raro e restrito às mulheres); escola de graduação; datas de conclusão do curso ou habilitação, de revalidação (no caso de diplomas estrangeiros), data do registro no Serviço Sanitário e, em alguns assentos foram incluídas posteriormente algumas informações como data de

falecimento, mudança de nome por casamento e número de registro no Conselho Profissional.

Os registros são todos manuscritos e, até 1912, os diplomas adquiridos no exterior são transcritos na língua original. A partir daí é exigido que seja apresentada uma tradução para o português feita por tradutor juramentado.

A coleção permite que seja feita uma análise quantitativa dos dados, como é o caso nesta dissertação, ou qualitativa. Foi adotada a metodologia desenvolvida por Maria Lucia Mott, coordenadora do projeto “Trabalhadores da Saúde”, para a elaboração das tabelas e análise dos dados. Os dados serão apresentados em forma de tabelas e analisados concomitantemente.

As variáveis selecionadas para este capítulo, no intuito de traçar um perfil dos farmacêuticos registrados em São Paulo entre 1892 e 1933, foram:

8. total de registrados por ano, sendo apresentados os totais de homens e mulheres;
9. total de registrados por ano segundo a nacionalidade;
10. total de brasileiros registrados segundo a naturalidade;
11. total de paulistas registrados segundo a cidade de nascimento;
12. total de registrados segundo a instituição formadora;
13. relação de instituições encontradas nos registros divididas em regionais (paulistas), nacionais (outros estados do Brasil) e internacionais (outros países).

Total de farmacêuticos registrados por ano no estado de São Paulo (1892-1933)

O primeiro farmacêutico a registrar seu diploma no Serviço Sanitário em São Paulo foi Luiz Manuel Pinto de Queiroz, nascido no Rio de Janeiro em 25 de março de 1868 e filho de Manuel José Pinto de Queiroz e Etelvina Maria da Conceição. Concluiu seu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892, e nesse mesmo ano registrou seu diploma em São Paulo. Esses são os dados colhidos no Livro de Registro da Diretoria do Serviço Sanitário, número 1, na página 1. Luiz Pinto de Queiroz é nosso conhecido da Sociedade Farmacêutica Paulista, da Revista Farmacêutica e da EFOOSP. Foi também um nome importante no ramo da indústria química no país, com sua empresa a L. Queiroz, que além de medicamentos, produzia insumos agrícolas. Mais tarde rebatizada de Elekeiroz, ainda está em funcionamento. (<http://www.quimica.com.br/eventos/elekeiroz2/index.html>).

No total, entre os anos de 1892 e 1933, foram registrados os diplomas de 4.301 farmacêuticos. Destes, 872 eram mulheres e 3429 eram homens, ou seja, cerca de 20,3% eram mulheres e 79,7% homens. Essa proporção não foi constante ao longo do período estudado. No começo o número de mulheres registradas era ínfimo. A primeira farmacêutica diplomada a se

registrar em São Paulo foi Ursulina Lopes Torres²⁵, nascida no dia 26 de janeiro de 1882, no estado de São Paulo (não consta a cidade de origem), filha de Anastácio Lopes Torres e formada pela Faculdade de Farmácia e Medicina de Porto Alegre, em 1901. (Livro de Registro da Diretoria do Serviço Sanitário, n.º 1, p.167v). Somente quatro anos depois vão aparecer novos registros de mulheres, foram oito em 1905.

Assim, temos que no período que vai de 1892 a 1904, ou seja, 13 anos, apenas uma mulher se registrou, enquanto 340 homens foram registrados no mesmo período. Se fossemos levar em conta apenas esse recorte, teríamos uma proporção de 0,3% de mulheres e 99,7% de homens. Esses dados indicam que a profissão passou por um processo de feminilização ao longo do século XX²⁶.

A seguir apresentamos uma tabela onde podem ser observados de maneira sistematizada o número de profissionais, homens e mulheres, registrados por ano em São Paulo.

Tabela 1 – Número de farmacêuticos registrados por ano em São Paulo, segundo o sexo.

Ano	homens	Mulheres	total
1892	31	0	31
1893	33	0	33
1894	27	0	27
1895	26	0	26
1896	14	0	14
1897	26	0	26
1898	29	0	29
1899	21	0	21
1900	19	0	19
1901	20	1	21
1902	33	0	33
1903	31	0	31
1904	30	0	30
1905	60	8	68
1906	62	5	67
1907	53	18	71
1908	38	9	47
1909	44	6	50
1910	61	9	70
1911	96	13	109

²⁵ Esse dado já havia sido apresentado no artigo MOTT, M. L.; ALVES, O. S. F. “Farmacêuticas em São Paulo (1901-1919)”. *BIS – Boletim do Instituto de Saúde*, n.º 38, p. 24-27, 2006. Mais tarde Ursulina fará o curso de Medicina no Rio de Janeiro onde obteve o diploma em 1908, e terá um novo registro nos Livros do Serviço Sanitário (Livro n.º 5 referente ao registro dos médicos, p. 237).

²⁶ Sobre a questão da feminização das profissões da saúde e o trabalho das mulheres na área, ver os trabalhos de Maria Lucia Mott, alguns deles estão citados na bibliografia.

Ano	homens	Mulheres	total
1912	82	13	95
1913	84	6	90
1914	49	9	60
1915	48	10	58
1916	92	9	101
1917	94	10	104
1918	112	20	132
1919	103	18	121
1920	115	16	129
1921	130	17	147
1922	100	13	113
1923	173	44	217
1924	118	27	145
1925	174	56	230
1926	254	110	364
1927	174	87	261
1928	253	136	389
1929	107	61	168
1930	107	35	142
1931	142	60	202
1932	61	24	85
1933	103	22	125
total	3429	872	4301

Fonte: Livros de Registro do Exercício Profissional - Serviço Sanitário de SP (1892-1933)

O número de registrados é basicamente constante até 1904, quase dobrando em 1905. Um dos motivos do aumento no número é o curso da Escola Livre de Farmácia de São Paulo que começa a funcionar em 1899.

Na década de 1920, quando as Escolas de Farmácia e Odontologia²⁷ do interior do estado estão em pleno funcionamento, o número de registrados ultrapassou 300 em duas ocasiões – 1926 e 1928.

Foi grande o número de farmacêuticos registrados nesse período em São Paulo, mas sabemos que esses dados não são absolutos. Havia profissionais que eram dispensados dos registros por serem pessoas de notório saber e outros que simplesmente se recusavam a fazê-lo. No primeiro

²⁷ Além da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo, fundada em 1898, outras surgiram no estado ao longo do período estudado. A seguir uma relação das mesmas, com nome, local e ano de fundação: Universidade Livre de São Paulo - São Paulo - 1911; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Pindamonhangaba – Pindamonhangaba – 1913; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba – Piracicaba - 1915; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mococa – Mococa – 1916; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Itapetininga - Itapetininga – 1921; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Jaboticabal – Jaboticabal – 1923; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara – Araraquara – 1923; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto - Ribeirão Preto - 1924; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Guaratinguetá - Guaratinguetá – c.1931 (Pouchet-Campos, 1966).

grupo encontramos pessoas como Ignacio Puiggari Solá, professor da EFOOSP, Joaquim Maynert Kehl, presidente da União Farmacêutica e Henrique Schaumann, que foi proprietário da Botica ao Veado d'Ouro até o início do século XX e diretor do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas. Não tiveram seus nomes registrados nos livros do Serviço Sanitário, mas aparecem na lista publicada no Diário Oficial, em 04 de abril de 1901, p. 1025, integrantes da “Relação de médicos, farmacêuticos, dentistas e parteiras habilitados a clinicar no estado de São Paulo” pela Diretoria do Serviço Sanitário. Outros se registraram e nunca atuaram ou mudaram de profissão, como é o caso da referida Ursulina Lopes Torres, de Geraldo Horácio de Paula Souza e Renato Ferraz Kehl, este filho de Joaquim Kehl, que depois tornaram-se médicos.

Registrados por ano segundo a nacionalidade

A grande maioria dos farmacêuticos registrados em São Paulo era brasileira (4010). O número de farmacêuticos com nacionalidade desconhecida (146) é muito parecido com o de estrangeiros (145). Embora pequeno, o número de estrangeiros de várias origens chega a ser significativo. A proporção de profissionais estrangeiros registrados nos Livros de Registro do Serviço Sanitário, nunca foi expressiva como a de entrada de imigrantes em geral no estado, mas as nacionalidades dos registrados não deixa de refletir esse fluxo migratório. Nos primeiros anos os estrangeiros que efetuaram seus registros eram italianos e portugueses. Curiosamente o primeiro espanhol tem seu registro apenas em 1923, apesar da entrada massiva de imigrantes dessa nacionalidade no país no começo do século XX, como relata Maria Alice Rosa Ribeiro.

Segundo os dados já apresentados do trabalho de Ribeiro, o movimento imigratório retoma o impulso em 1905 com a vinda de um contingente de espanhóis, superando pela primeira vez a entrada de trabalhadores italianos. Em 1908 registra-se a primeira leva de japoneses no país.

A seguir a tabela com o número de estrangeiros registrados ano a ano em São Paulo, a quantidade e origem e a relação com o número de brasileiros.

Tabela 2 – Número de farmacêuticos registrados por ano em São Paulo, segundo a nacionalidade.

Ano	Brasileiros	Estrangeiros	Não identific.	Total	Nacionalidades
1892	28	0	03	31	
1893	30	0	03	33	
1894	26	01	0	27	1 italiano
1895	25	0	01	26	
1896	13	0	01	14	
1897	26	0	0	26	
1898	28	0	01	29	
1899	15	04	02	21	1 português e 3 italianos
1900	16	03	0	19	1 português e 2 italianos

Ano	Brasileiros	Estrangeiros	Não identific.	Total	Nacionalidades
1901	15	01	05	21	1 português
1902	29	01	03	33	1 italiano
1903	29	0	02	31	
1904	28	02	0	30	2 italianos
1905	59	03	06	68	3 italianos
1906	63	0	04	67	
1907	67	02	02	71	2 italianos
1908	46	01	0	47	1 italiano
1909	45	04	01	50	1 português e 3 italianos
1910	68	01	01	70	1 italiano
1911	106	01	02	109	1 português
1912	87	06	02	95	1 português, 4 italianos e 1 argentino
1913	86	04	0	90	3 portugueses e 1 italiano
1914	56	0	04	60	
1915	55	02	01	58	2 portugueses
1916	100	0	01	101	
1917	98	03	03	104	3 portugueses
1918	124	02	06	132	2 italianos
1919	114	04	03	121	2 portugueses e 2 italianos
1920	121	04	04	129	1 português, 2 italianos e 1 sírio
1921	139	05	03	147	3 portugueses, 1 italiano e 1 austríaco
1922	108	01	04	113	1 italiano
1923	202	07	08	217	1 português, 3 italianos, 1 sírio, 1 espanhol, 1 russo
1924	128	07	10	145	3 portugueses, 2 italianos, 1 espanhol, 1 russo
1925	221	02	07	230	2 portugueses
1926	335	12	17	364	4 portugueses, 5 italianos, 1 russo, 1 alemão e 1 húngaro
1927	243	10	08	261	3 italianos, 1 argentino, 2 espanhóis, 1 alemão, 1 inglês, 1 suíço, 1 romeno
1928	361	17	11	389	1 português, 6 italianos, 1 sírio, 1 alemão, 2 russos, 1 argentino, 1 francês, 4 japoneses
1929	158	08	02	168	2 portugueses, 2 italianos, 1 alemão, 1 russo, 1 argentino, 1 japonês
1930	131	03	08	142	1 espanhol, 1 japonês, 1 romeno
1931	192	07	03	202	2 portugueses, 2 sírios, 1 espanhol, 1 húngaro, 1 belga
1932	76	06	03	85	2 portugueses, 2 italianos, 1 japonês, 1 uruguaio

Ano	Brasileiros	Estrangeiros	Não identific.	Total	Nacionalidades
1933	113	11	01	125	3 portugueses, 2 italianos, 2 argentinos, 1 sírio, 2 espanhóis, 1 húngaro
Total	4010	145	146	4301	

Fonte: Livros de Registro do Exercício Profissional - Serviço Sanitário de SP (1892-1933)

Foi possível levantar alguns dados interessantes de estrangeiros registrados em São Paulo. Por exemplo: dos alemães registrados, apenas um, natural de Dresden, se formou no Brasil, na EFOOSP em 1928. O suíço e o austríaco também já vieram diplomados de seus países, ou para lá foram em busca de formação.

Os sul americanos registrados se formaram todos no Brasil, em diversas instituições. A uruguaia na EFOOSP em 1923, e os argentinos nas instituições de São Paulo, Pindamonhangaba e Bahia. O francês e o inglês também se formaram aqui, em Jaboticabal e Pindamonhangaba, respectivamente. O mesmo aconteceu com os espanhóis, formados em Pindamonhangaba, São Paulo, Araraquara, Jaboticabal e Piracicaba.

No caso de italianos e portugueses, os dois maiores grupos de estrangeiros, a situação é mais complexa. Diversos italianos se formaram por Nápoles – 16 e aqui se registraram, a maioria, nas duas primeiras décadas. Outros 14 italianos se formaram em Pindamonhangaba, 9 pela EFOOSP, 4 pela Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro e dois em Jaboticabal. Os demais se dividem em, formados por escolas italianas (um formado por cada) localizadas em: Perúgia, Pávia, Pádua, Turim e brasileiras: Piracicaba, Ouro Fino, Pouso Alegre, Itapetininga e Ribeirão Preto.

Quanto aos portugueses também se dividem entre os formados no país de origem (nas cidades do Porto, Coimbra e Lisboa) e os formados no Brasil (em Pindamonhangaba, Itapetininga, São Paulo, Ribeirão Preto, Juiz de Fora e Piracicaba). O grupo se divide ao longo do período entre os que vieram formados, a maioria dos registrados nos primeiros anos, e os formados aqui: dois formados pela EFOOSP registrados na década de 1910 e a maioria dos formados no Brasil registrados nas décadas de 1920 e 1930.

Dos imigrantes sírios, um se formou no país de origem, os demais no Brasil, em Itapetininga e Ribeirão Preto. Dois farmacêuticos japoneses vieram formados no Japão (registrados em 1928) e os outros se formaram em escolas do interior do estado de São Paulo: Pindamonhangaba, Jaboticabal e Ribeirão Preto.

Os brasileiros serão abordados separadamente no próximo item.

Tabela 3: número de farmacêuticos registrados segundo o país de origem.

País de origem	Número de farmacêuticos
Alemanha	4
Argentina	6

Áustria	1
Bélgica	1
Brasil	4010
Espanha	8
França	1
Hungria	3
Inglaterra	1
Itália	57
Japão	7
Portugal	44
Romênia	2
Rússia	5
Síria	5
Suíça	1
Ucrânia	1
Uruguai	1
Não identificado	141
Total	4301

Fonte: Livros de Registro do Exercício Profissional - Serviço Sanitário de SP (1892-1933)

Brasileiros registrados segundo a naturalidade

A imensa maioria dos farmacêuticos registrados em São Paulo era brasileira. Foram 4010 os registrados no período estudado. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos brasileiros segundo o estado de origem.

Tabela 4: Farmacêuticos brasileiros registrados em São Paulo segundo o estado de origem.

Estados	n.º
Alagoas	13
Bahia	111
Ceará	17
Espírito Santo	8
Goiás	7
Maranhão	9
Minas Gerais	541
Mato Grosso	7
Pará	3
Paraíba	11
Paraná	14
Pernambuco	17
Piauí	4
Rio de Janeiro	192

Rio Grande do Norte	5
Rio Grande do Sul	19
Santa Catarina	7
Sergipe	40
São Paulo	2953
Estado não identificado	33

Fonte: Livros de Registro do Exercício Profissional - Serviço Sanitário de SP (1892-1933)

É bastante significativa a presença de mineiros, 541 no total. Uma das três primeiras Escolas de Farmácia era a de Ouro Preto, muitos sendo oriundos daquela instituição. As outras duas grandes formadoras do século XIX foram a do Rio de Janeiro e a da Bahia, estados que têm os terceiro e quarto maior número de registrados, 192 e 111 respectivamente. Como poderá ser visto na tabela referente às instituições formadoras, estas três instituições (Escola de Farmácia de Ouro Preto, Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) foram as responsáveis pela formação de todos os brasileiros registrados em São Paulo entre 1892 e 1900.

Como era de se esperar, a grande maioria dos registrados era natural do estado de São Paulo, 2953 no total. Destes, 241 nasceram na Capital. A seguir uma longa tabela traz a relação de todas as cidades paulistas identificadas como local de origem dos farmacêuticos.

Tabela 5: cidades de São Paulo e número de farmacêuticos nelas nascidos

cidade	n.º de farmacêuticos
Agudos	14
Agulhas	1
Alambari	2
Altinópolis	8
Americanópolis	1
Américo Brasiliense	2
Amiápolis	1
Amparo	17
Anápolis	4
Angatuba	7
Anhembi	1
Aparecida do Norte	13
Apiaí	2
Araraquara	42
Araras	19
Areias	13
Arraial dos Souzas	2
Atibaia	3

cidade	n.º de farmacêuticos
Avaré	21
Bananal	7
Bareí	1
Bariri	17
Barra Bonita	4
Barra Mansa	1
Barretos	12
Batatais	25
Bauru	8
Bebedouro	18
Bela Vista de Tatuí - Porangaba	1
Belém do Descalvado	2
Bica da Pedra	5
Boa Esperança	9
Boa Vista	1
Bocaina	4
Boituva	2
Bom Sucesso	5
Borborema	1
Botucatu	45
Bragança / Bragança Paulista	18
Brodósqui	4
Brotas	19
Buenópolis	1
Buquira	3
Campina do Monte Alegre	1
Cabreúva	4
Caçapava	15
Cachoeira	17
Caconde	5
Cajobi	1
Cajuru	11
Cambaú	1
Capão Bonito do Parapanema	1
Campinas	51
Campo Largo	3
Cananéia	1
Cândido Rodrigues	1
Capivari	32

cidade	n.º de farmacêuticos
Casa Branca	15
Cascavel	2
Catanduva	1
Caturuí	1
Cerqueira César	1
Cerquillo	3
Cocais	1
Conceição de Barra Mansa	1
Conchas	6
Cordeirópolis	1
Cravinhos	15
Cruzeiro	7
Cunha	6
Descalvado	18
Dois Córregos	8
Dourado	8
Embu	1
Espirito Santo do Pinhal	26
Espirito Santo do Rio Pardo	1
Espirito Santo do Rio Turvo	1
Fartura	8
Faxina	11
Fernando Prestes	1
Figueiras	1
Franca	39
Gramma	1
Guaguvira	1
Guararema	2
Guaratinguetá	40
Guarebi	1
Guareí	3
Guabira	5
Horlândia	1
Ibaté	4
Ibitinga	16
Ibitirama	1
Igarapava	8
Iguape	4
Indaiatuba	3
Ipauçu	4
Irupi	1

cidade	n.º de farmacêuticos
Itaberá	2
Itaí	1
Itajahy	1
Itajobi	2
Itapetininga	29
Itapira	20
Itápolis	18
Itaporanga	6
Itapuia	1
Itararé	7
Itatiba	12
Itatinga	3
Itauna	1
Itirapina	3
Itirapuan	1
Itivapina	1
Itoby	2
Itu	12
Ituverava	7
Jaboticabal	43
Jacareí	19
Jaguari	2
Jambeiro	4
Jardinópolis	7
Jataí	1
Jau	39
Joanópolis	5
Jundiaí	13
Jurenia	1
Laranjal	13
Lavrinhas	1
Leme	4
Lençóis	16
Limeira	17
Lorena	19
M.Boi	1
Matão	13
Mineiros	6
Mococa	13
Mogi das Cruzes	5
Mogi Guaçu	4

cidade	n.º de farmacêuticos
Mogi Mirim	13
Monte Alegre	1
Monte Alto	12
Monte Azul	7
Monte Mór	6
Morro Agudo	1
Morro Alto	1
Murengaba	1
Natividade	2
Nazareth	1
Novo Horizonte	6
Nuporanga	6
Olímpia	5
Olio	1
Oliveiras	1
Orlândia	4
Palmeiras	4
Panu	1
Paraibuna	6
Parnaíba	2
Passa Quatro	1
Patrocínio do Sapucaí	9
Pederneiras	6
Pedregulho	4
Pedreira	5
Penápolis	1
Pereiras	3
Piedade	1
Pindamonhangaba	89
Pinheiros	9
Piquete	3
Piracaia	4
Piracicaba	40
Pirajá	1
Piraji	1
Piraju	16
Piramboia	3
Pirassununga	14
Piratininga	6
Pitangueiras	6
Platina	2

cidade	n.º de farmacêuticos
Poá	1
Pontal	2
Porangaba	3
Porto Feliz	8
Porto Ferreira	2
Queluz	9
Redenção	3
Rezende	1
Ribeirão Bonito	4
Ribeirão Corrente	1
Ribeirão Pires	1
Ribeirão Preto	33
Ribeirão Vermelho	2
Rincão	2
Rio Bonito	1
Rio Claro	37
Rio das Pedras	6
Rio Preto	9
São José de Barreiras	1
Sabaúna	1
Salesópolis	1
Salto	1
Santa Bárbara	4
Santana de Vargem Grande	1
Santa Adélia	2
Santa Branca	1
Santa Cruz da Conceição	3
Santa Cruz da Estrela	3
Santa Cruz das Palmeiras	4
Santa Cruz do Rio Pardo	14
Santa Rita	4
Santa Rita do Passa Quatro	20
Santa Rosa	5
Santo Antonio	3
Santos	24
São Bento do Sapucaí	14
São Bernardo	3
São Carlos	47
São João	1
São João de Capivari	2
São João da Boa Vista	38

cidade	n.º de farmacêuticos
São João da Bocaina	10
São João do Itatinga	2
São João do Curralinho	1
São Joaquim	3
São José do Barreiro	4
São José de Taiassu	1
São José do Morro Agudo	1
São José do Rio Pardo	12
São José dos Campos	14
São Luiz do Paraitinga	9
São Manoel	23
São Manoel do Paraíso	5
São Paulo	241
São Pedro	10
São Pedro da União	1
São Pedro de Piracicaba	1
São Pedro do Turvo	1
São Roque	15
São Sebastião	2
São Sebastião da Gramma	2
São Simão	12
São Vicente	1
Sapucaí	3
Sapucaia	1
Sarapuí	1
Sarapuí de Sorocaba	1
Serra Azul	6
Serra Negra	10
Serrinha	2
Sertãozinho	14
Silveiras	10
Socorro	4
Sorocaba	50
Tabapuam	1
Tambaí	1
Tambaú	7
Taquaritinga	33
Tatuí	21
Taubaté	41
Tayerva	1
Tietê	43

cidade	n.º de farmacêuticos
Torrinhas	3
Tremembé	4
Ubatuba	2
Vargem Grande	10
Vassouras	1
Vila Americana	1
Vila Bonfim	1
Vila Bela	1
Viradouro	1
Votuporanga	1

Fonte: Livros de Registro do Exercício Profissional - Serviço Sanitário de SP (1892-1933)

Notamos que nas cidades do interior onde foram fundadas escolas de Farmácia, o número de farmacêuticos tende a ser grande, como é o caso de Pindamonhangaba, Piracicaba, Ribeirão Preto e Araraquara.

Locais e instituições de formação

No período do estudo, o Brasil tinha diversas Escolas de Farmácia. As duas primeiras, como já dito, anexas aos cursos de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro desde 1832 e em seguida, a Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1839, esta a primeira independente dos cursos de Medicina. Essas três escolas foram as responsáveis pela formação de todos os brasileiros registrados em São Paulo, no Serviço Sanitário, até 1900.

É significativo o número de registrados formados por escolas mineiras, como a já referida de Ouro Preto, a de Ouro Fino, o Instituto O'Granbery de Juiz de Fora. Esses dados são facilmente visualizados na tabela a seguir.

Tabela 6: Farmacêuticos segundo a instituição formadora – total de registros por ano.

Ano	Escolas/Faculdades paulistas	Escolas/Faculdades brasileiras	Escolas/Faculdades estrangeiras	não identificadas	Total de registrados
1892		EF Ouro Preto (18) FMBA (6) FMRJ (5)	PHC Nova York (1)	1	31
1893		EF Ouro Preto (9) FMBA (9)	U. Porto (1)	1	33

Ano	Escolas/Faculdades paulistas	Escolas/Faculdades brasileiras	Escolas/Faculdades estrangeiras	não identificadas	Total de registrados
		FMRJ (13)			
1894		EF Ouro Preto (13)	U. Nápoles (1)		27
		FMBA (3)			
		FMRJ (10)			
1895		EF Ouro Preto (14)			26
		FMBA (4)			
		FMRJ (8)			
1896		EF Ouro Preto (6)			14
		FMBA (6)			
		FMRJ (2)			
1897		EF Ouro Preto (13)			26
		FMBA (8)			
		FMRJ (5)			
1898		EF Ouro Preto (11)			29
		FMBA (5)			
		FMRJ (13)			
1899		EF Ouro Preto (5)	U. Nápoles (3)		21
		FMBA (6)	U. Porto (1)		
		FMRJ (6)			
1900	EFOOSP (3)	EF Ouro Preto (6)	U. Nápoles (2)		19
		FMBA (1)	U. Porto (1)		
		FMRJ (6)			
1901	EFOOSP (2)	EF Ouro Preto (4)	U. Porto (1)	1	21
		FM Porto Alegre (2)	U. Copenhague (1)		
		FMBA (4)			
		FMRJ (6)			
1902	EFOOSP (12)	EF Ouro Preto (11)	U. Perugia (1)		33
		FMBA (1)			
		FMRJ (8)			
1903	EFOOSP (15)	EF Ouro Preto (5)	U. Bruxelas (1)		31
		FMBA (1)			
		FMRJ (9)			
1904	EFOOSP (7)	EF Ouro Preto (11)	U. Nápoles (2)		30
		FM Porto Alegre (1)			
		FMBA (4)			

Ano	Escolas/Faculdades paulistas	Escolas/Faculdades brasileiras	Escolas/Faculdades estrangeiras	não identificadas	Total de registrados
		FMRJ (5)			
1905	EFOOSP (40)	EF Ouro Preto (9)	U. Nápoles (3)		68
		FMBA (6)			
		FMRJ (10)			
1906	EFOOSP (37)	EF Ouro Preto (11) FM Porto Alegre (1) FMBA (4) FMRJ (14)			67
1907	EFOOSP (44)	EF Ouro Preto (12)	U. Nápoles (2)		71
		FMBA (5)			
		FMRJ (8)			
1908	EFOOSP (29)	EF Ouro Preto (10) FMBA (2) FMRJ (6)			47
1909	EFOOSP (26)	EF Ouro Preto (7)	U. Coimbra (1)		50
		FM Porto Alegre (1)	U. Pavia (1)		
		FMBA (3)	U. Turim (1)		
		FMRJ (10)			
1910	EFOOSP (27)	EF Ouro Preto (12) FMBA (3) FMRJ (27)	U. Gênova (1)		70
1911	EFOOSP (32)	EF Ouro Preto (31)	U. Coimbra (1)		109
		EFO Granbery (3)			
		FMBA (4)			
		FMRJ (38)			
1912	EFOOSP (21)	EF Ouro Preto (36) EFO Granbery (5) FMBA (8) FMRJ (21) Junta Examinadora/MG (1)	U. Coimbra (1) U. Nápoles (2)		95
1913	EFOOSP (25)	EF Ouro Preto (24)	U. Coimbra (1)		90
		EFO Granbery (9)	U. Lisboa (1)		
		EFO Ouro Fino (1)	U. Pádua (1)		
		EFO Recife (1)			
		FMBA (9)			
		FMRJ (17)			
		IGH (1)			

Ano	Escolas/Faculdades paulistas	Escolas/Faculdades brasileiras	Escolas/Faculdades estrangeiras	não identificadas	Total de registrados
1914	EFOOSP (37)	EF Ouro Preto (2) EFO Granbery (8)			60
		FMBA (2) FMRJ (11)			
1915	EFOOSP (27)	EF Ouro Preto (10)	U. Porto (1)		58
	EFO Pindamonhangaba (6)	EF Pará (1)			
		EFO Granbery (2)			
		FMRJ (11)			
1916	EFOOSP (50) EFO Pindamonhangaba (12)	EF Ouro Preto (19) EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (2) EFO Ouro Fino (1) FMBA (2) FMRJ (15)			101
1917	EFO Mococa (7)	EF Ouro Preto (16)	U. Porto (3)		104
	EFOOSP (46)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (8)			
	EFO Pindamonhangaba (10)	FMBA (2)			
		FMRJ (12)			
1918	EFOOSP (22)	EF Ouro Preto (17)			132
	EFO Pindamonhangaba (67)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (13)			
		FMBA (5)			
		FMRJ (6)			
		I. Hanemanniano (2)			
1919	EFOOSP (66) EFO Pindamonhangaba (28)	EF Ouro Preto (4) EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (5) EFO Pouso Alegre (1)	U. Coimbra (2)		121
		EFOGLEopoldinense (3) FFORJ (3) FMBA (1)			
		FMRJ (8)			
1920	EFO Mococa (13)	EF Ouro Preto (3)	U. Porto (1)		129
	EFOOSP (47)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (6)			
	EFO Pindamonhangaba (17)	EFO Ouro Fino (17)			

Ano	Escolas/Faculdades paulistas	Escolas/Faculdades brasileiras	Escolas/Faculdades estrangeiras	não identificadas	Total de registrados
		EFO Pouso Alegre (6)			
		FFORJ (6)			
		FMBA (2)			
		FMRJ (10)			
		USP (1)			
1921	EFO SFerraz (1)	EF Ouro Preto (9)	Real Banca de Exames de Munique (1)		147
	EFOOSP (41)	EFO Juiz de Fora (1)	U. Coimbra (1)		
	EFO Pindamonhangaba (58)	EFO Ouro Fino (9)			
		EFO Pouso Alegre (16)			
		EFO Leopoldinense (1)			
		FFORJ (2)			
		FMBA (1)			
		FMRJ (6)			
1922	EFO Mococa (1)	EF Ouro Preto (9)	FM Lisboa (1)		113
	EFOOSP (28)	EFO Belo Horizonte (1)			
	EFO Pindamonhangaba (56)	FFORJ (3)			
		FM Paraná (2)			
		FMBA (5)			
		FMRJ (7)			
1923	EFO Itapetininga (9)	EF Ouro Preto (9)	C.E. Göttingen (1)		217
	EFOOSP (80)	EFO Granbery (1)	C.P. Syrio (1)		
	EFO Pindamonhangaba (83)	EFO Ouro Fino (7)			
		EFO Pouso Alegre (4)			
		EFO Leopoldinense (4)			
		FFORJ (5)			
		FMBA (3)			
		FMRJ (10)			
1924	EFO Itapetininga (17)	EF Ouro Preto (7)	U. Nápoles (1)		145
	EFOOSP (19)	EFO Belo Horizonte (2)			
	EFO Pindamonhangaba (81)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (2)			
		EFO Ouro Fino (8)			
		EFO Pouso Alegre (1)			
		FFORJ (1)			
		FMBA (3)			
		FMRJ (3)			
1925	EFO Itapetininga (11)	EF Ouro Preto (6)			230

Ano	Escolas/Faculdades paulistas	Escolas/Faculdades brasileiras	Escolas/Faculdades estrangeiras	não identificadas	Total de registrados
	EFOOSP (37)	EFO Belo Horizonte (2)			
	EFO Pindamonhangaba (147)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (1)			
		EFO Ouro Fino (7)			
		EFO Pouso Alegre (2)			
		EFO Leopoldinense (1)			
		FMBA (4)			
		FMRJ (12)			
1926	EFO Itapetininga (41)	EF Ouro Preto (6)	U. Berlim (1)		364
	EFOOSP (113)	EFO Belo Horizonte (2)	U. Berna (1)		
	EFO Pindamonhangaba (170)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (1)	U. Budapeste (1)		
		EFO Ouro Fino (13)	U. Kharkov (1)		
		EFO Pouso Alegre (3)			
		EFO Leopoldinense (2)			
		FMBA (2)			
		FMRJ (7)			
1927	EFO Itapetininga (168)	EF Ouro Preto (3)	C.F. Kiel Alemanha (1)		261
	EFO Jaboticabal (24)	EFO Belo Horizonte (2)	F.M.F.V. Genebra (1)		
	EFOOSP (14)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (1)			
	EFO Pindamonhangaba (130)	EFO Ouro Fino (8)			
		EFO Leopoldinense (1)			
		FFORJ (2)			
		FM Paraná (1)			
		FM Recife (1)			
		FMRJ (4)			
1928	EFO Araraquara (4)	EF Ouro Preto (3)	Ministério Japão (2)		389
	EFO Itapetininga (48)	EFO Belo Horizonte (2)			
	EFO Jaboticabal (42)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (2)			
	EFO Ribeirão Preto (31)	EFO Ouro Fino (9)			
	EFOOSP (114)	EFO Pouso Alegre (1)			
	EFO Pindamonhangaba (124)	FFORJ (2)			
		FM Paraná (1)			
		FMRJ (3)			
		I. Hanemanniano (1)			
1929	EFO Araraquara (8)	EF Ouro Preto (2)	B.E. Stuttgart (1)		168
	EFO Itapetininga (48)	EFO Belo Horizonte (1)	U. Kharkov (1)		
	EFO Jaboticabal (9)	EFO Ouro Fino (1)			

Ano	Escolas/Faculdades paulistas	Escolas/Faculdades brasileiras	Escolas/Faculdades estrangeiras	não identificadas	Total de registrados
	EFO Ribeirão Preto (6)	FFORJ (2)			
	EFOOSP (27)	FM Paraná (1)			
	EFO Pindamonhangaba (59)	FMBA (1) FMRJ (1)			
1930	EFO Araraquara (27)	EF Ouro Preto (1)			142
	EFO Itapetininga (19)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (1)			
	EFO Jaboticabal (15)	EFO Ouro Fino (8)			
	EFO Piracicaba (6)	FMBA (1)			
	EFO Ribeirão Preto (18)	FMRJ (1)			
	EFOOSP (33)				
	EFO Pindamonhangaba (12)				
1931	EFO Araraquara (33)	EF Ouro Preto (1)			202
	EFO Itapetininga (41)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (1)			
	EFO Jaboticabal (12)	EFO Ouro Fino (3)			
	EFO Piracicaba (13)	EFO Pouso Alegre (1)			
	EFO Ribeirão Preto (26)	FM Pará (2)			
	EFOOSP (63)	FMRJ (2)			
	EFO Pindamonhangaba (4)				
1932	EFO Araraquara (1)	EF Ouro Preto (1)			85
	EFO Itapetininga (6)	EFO Belo Horizonte (1)			
	EFO Jaboticabal (6)	EFO Granbery/EFO Juiz de Fora (1)			
	EFO Ribeirão Preto (18)	EFO Ouro Fino (3)			
	EFOOSP (43)	EFOGLEopoldinense (1)			
	EFO Pindamonhangaba (2)	FM Paraná (1)			
		FMRJ (1)			
1933	EFO Araraquara (6)	EFO Ouro Fino (1)	U. C. Soroksár Hungria(1)		125
	EFO Guaratinguetá (3)	EFO Recife (1)			
	EFO Itapetininga (5)	EFO São Sebastião do Paraíso (1)			
	EFO Jaboticabal (1)	FMBA (2)			
	EFO Piracicaba (6)	FMRJ (3)			
	EFO Ribeirão Preto (34)				
	EFOOSP (60)				
	EFO Pindamonhangaba (1)				

Fonte: Livros de Registro do Exercício Profissional - Serviço Sanitário de SP (1892-1933)

Relação de instituições encontradas nos registros divididas em regionais (paulistas), nacionais (outros estados do Brasil) e internacionais (outros países).

Dividimos as instituições encontradas nos livros de registros em regionais (paulistas), nacionais, e estrangeiras. Quando possível, apresentamos os dados referentes ao ano de fundação das mesmas, dados encontrados principalmente no livro de Pourchet-Campos (1966), e o ano do primeiro registrado no Estado de cada instituição.

Tabela 7: Faculdades do Estado de São Paulo

Nome da instituição	cidade	Data de fundação	Ano do primeiro registro em SP
Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara	Araraquara	1923	1928
Faculdade de Farmácia e Odontologia de Guaratinguetá	Guaratinguetá	?	1933
Faculdade de Farmácia e Odontologia de Itapetininga	Itapetininga	1921	1923
Fac. de Farmácia e Odont. de Jaboticabal	Jaboticabal	1923	1927
Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mococa	Mococa	1916	1917
Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba	Piracicaba	1915	1930
Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	1924	1928
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo	São Paulo	1898	1900
Faculdade de Farmácia e Odontologia de Pindamonhangaba	Pindamonhangaba	1913	1916
Universidade Livre de São Paulo	São Paulo	1911	1920

Fonte: Livros de Registro do Exercício Profissional - Serviço Sanitário de SP (1892-1933) e Pourchet-Campos (1966)

Tabela 8: Faculdades do Brasil, exceto as do estado de São Paulo

Nome da instituição	Localidade (cidade e/ou estado)	Data de fundação	Ano do primeiro registro em SP
Escola de Farmácia de Ouro Preto	Ouro Preto/MG	1839	1892
Escola de Farmácia e Odontologia de Belo Horizonte	Belo Horizonte/MG	1916	1922

Nome da instituição	Localidade (cidade e/ou estado)	Data de fundação	Ano do primeiro registro em SP
Escola de Farmácia e Odontologia O'Granbery - Juiz de Fora	Juiz de Fora/MG	1904	1911
Escola de Farmácia e Odontologia de Ouro Fino	Ouro Fino/MG	1911	1913
Escola de Farmácia e Odontologia de Pouso Alegre	Pouso Alegre/MG	1914	1919
Escola de Farmácia de Pernambuco	Recife/PE	1903	1913
Escola de Farmácia e Odontologia Silvestre Ferraz	Carmo de Minas/MG	1911	
Escola de Farmácia e Odontologia de São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso/MG	?	1933
Escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense	Leopoldina/MG	1912	1919
Escola de Farmácia do Pará	Belém/PA	1904	1915
Faculdade de Farmácia e Odontologia do estado do Rio de Janeiro	Niterói/RJ	1912	1919
Escola de Farmácia do Pará	Belém/PA	1904	1915
Universidade do Paraná	Curitiba/PR	1912	1922
Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre	Porto Alegre/RS	1896	1901
Faculdade de Medicina da Bahia	Salvador/BA	1832	1892
Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	1832	1892
Inspetoria Geral de Higiene	SP	-	1913
Instituto Hahnemanniano	RJ	1912	1918
Junta Examinadora/MG	MG	-	1912

Fonte: Livros de Registro do Exercício Profissional - Serviço Sanitário de SP (1892-1933)

Tabela 9: Faculdades de outros países

Sigla da instituição	país	Ano do primeiro registro em SP
B.E. Stuttgart	Alemanha	1929
C.E. Göttingen	Alemanha	1923
C.F. Kiel Alemanha	Alemanha	1927
C.P. Syrio	Síria	1923
F.M.F.V. Genebra	Suíça	1927
FM Lisboa	Portugal	1922
Ministério Japão	Japão	1928
PHC Nova York	EUA	1892
Real Banca de Exames de Munique	Alemanha	1921
U. Berlim	Alemanha	1926
U. Berna	Suíça	1926
U. Bruxelas	Bélgica	1903
U. Budapeste	Hungria	1926
U. C. Soroksár Hungria	Hungria	1933

Sigla da instituição	país	Ano do primeiro registro em SP
U. Coimbra	Portugal	1909
U. Copenhague	Dinamarca	1901
U. Gênova	Itália	1910
U. Kharkov	Rússia	1926
U. Lisboa	Portugal	1913
U. Nápoles	Itália	1894
U. Pádua	Itália	1913
U. Pavia	Itália	1909
U. Perugia	Itália	1902
U. Porto	Portugal	1893
U. Turim	Itália	1909

Fonte: Livros de Registro do Exercício Profissional - Serviço Sanitário de SP (1892-1933)

CAPITULO 3

AS FARMÁCIAS: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DOS FARMACÊUTICOS DIPLOMADOS EM SÃO PAULO

Um tema que nos acompanhou nesta pesquisa foi o da atuação profissional destes primeiros farmacêuticos que estavam lutando pela institucionalização da área em São Paulo. algumas questões que nos apareceram foram: como era a atuação dos farmacêuticos formados nas farmácias? Como dividiam os espaços com os práticos? Havia estabelecimentos em número suficiente para os farmacêuticos que começaram a ser formados pela nova escola? Entre outras.

Para elucidar estas questões contamos com três documentos editados entre 1910 e 1920: primeiro, o artigo “Contribuição para a História da Farmácia em São Paulo” publicado por João Alfredo Varella em 1920; segundo, a lista de farmácias existentes em São Paulo, publicada, em 1917, pela revista da União Farmacêutica; terceiro, o livro “A Saúde Pública e a Farmácia” de Cândido Fontoura, editado em 1917

João Alfredo Varella e a farmácia em São Paulo

Em 1920, aparece na revista União Farmacêutica²⁸ a “Contribuição para a História da Farmácia em São Paulo” de João Alfredo Varella. O texto é relativamente extenso e publicado em três edições da revista. Além da história das primeiras farmácias da capital, Varella traz uma descrição das farmácias em seu tempo, com detalhes do cotidiano, dificuldades enfrentadas e previsões do número de farmácias e dos salários dos farmacêuticos.

Acompanhando este texto, apresentaremos aqui inicialmente as informações, trazidas por ele, sobre as primeiras farmácias, ou boticas. Varella nos informa que a cidade de São Paulo no início da República tinha apenas seis boticas, todas elas reputadas e que o número reduzido de estabelecimentos não se devia ao menor número de habitantes, mas ao fato da população procurar outros curadores: “era ilimitado o número de curandeiros e sabichões de ambos os sexos, cujas oficinas instaladas no fundo dos quintais, supriam grande parte da população, de panacéias e de conselhos que, quando não operavam a celeridade da morte, não influíam absolutamente na cura

²⁸ Revista da sociedade União Farmacêutica, sociedade que defendia os interesses sociais e profissionais da categoria. Foi levantada documentação sobre a Sociedade, que existe ainda hoje, no bairro da Liberdade, mas infelizmente não foi possível trabalhar essa documentação. A União foi fundada em 1913, lançou uma revista piloto em 1914, que passou a ser editada regularmente em 1916, com tiragem de 5.000 exemplares mensais. A União, que contava com ex-integrantes da Sociedade farmacêutica Paulista como Christovam Buarque de Hollanda e Luiz Pinto de Queiroz, conseguiu efetivar uma Cooperativa Farmacêutica, um pouco diferente da proposta da SFP, que contava com um Montepio.

dos enfermos” (Varella *in* UF, n.6, junho/1920, p. 130). Além disso, o farmacêutico observa que as pessoas não tinham o costume de procurar médicos e farmácias, a não ser em casos extremos, de enfermidades muito graves. No entanto, o autor diz que, como seu intuito não era o de fazer críticas, não ia entrar no assunto dos curandeiros e charlatões e passaria a falar das boticas existentes em São Paulo em 1889.

Varella começa seu texto falando da famosa “Botica ao Veado D'Ouro”, fundada em 1854 pelo farmacêutico alemão Gustav Schaumann, na rua das Casinhas, depois rua Álvares Penteado. Segundo seu artigo, na botica eram utilizados produtos importados da Alemanha ou comprados dos “caipiras”, como ruibarbo, jalapa, cantáridas, tártaro, salsaparilha, tamarindo, ipecacuana, não sendo grande o sortimento de produtos vegetais, minerais ou animais. Numa segunda fase, a botica passou para a rua São Bento, em prédio mais amplo. O autor afirma que a botica sempre foi afamada, não só na capital do estado, e que também eram famosos os almanaques Ayer e Bristol por ela distribuídos. O segredo do sucesso?

Um alemão sisudo, feito para meter confiança aos clientes, recebia das mãos destes, lendo através de óculos pregados na ponta do nariz, as receitas médicas, permutando-as com um bilhete numerado, em que constava o custo do medicamento e o tempo para seu aviamento, custo e tempo que jamais se alteravam.

A preparação da receita e o seu acondicionamento, eram feitos com o mais acurado cuidado. Os saquinhos para as plantas, vendidas a varejo, eram de papel impermeável; as caixinhas para papéis de medicamentos e cápsulas, era o que podia haver de mais fino; os vidros transparentes, não ofereciam as sinuosidades dos vidros usados hoje; e, finalmente, os potes para pomadas, obedeciam ao mais requintado bom gosto, podendo-se afirmar, sem receio de contradicta, que ali se aliavam a arte, a ciência, a estética, mesmo nos menores detalhes. (Varella *in* UF, n.6, junho/1920, p. 132).

Segundo Varella, a botica reputava bem os seus serviços e cobrava preços exagerados. Seguia a farmacopéia alemã, não usava o sistema decimal – lá a medida era o peso - pesavam tudo. Mesmo assim, trabalhar nela era muito disputado não havendo maior recomendação que: “o ter-se conseguido o título, **que era verbal**, de prático ou oficial de farmácia obtido do proprietário da Botica Veado de Ouro” (Varella *in* UF, n.6, junho/1920, p. 133, grifo nosso). Varella afirma que esse título tinha alta significação, porque os “oficiais do Schaumann” eram valorizados por conhecerem todos os segredos de uma botica, passando por todos os serviços:

Assim o moço, ou mesmo o velho, enfim todos os indivíduos que conseguiram empregar-se naquela botica, começariam infalivelmente pela preparação da massa fosfórica, tinham que se haver com as taxadas de emplastro de diachilão, com o pingar eterno das águas destiladas, alcoolatos e tinturas, para então, no fim de seis

ou mais anos, serem promovidos ao balcão, posto invejado, não só pelo vantajoso ordenado de 300\$000 por mês, como também pela reputação que o circundaria em razão do posto. (Varella *in* UF, n.6, junho/1920, p. 133).

A seguir o autor relata os estabelecimentos que foram aparecendo em São Paulo, como as conceituadas farmácias do Castor, de Francisco Nicolau Baruel; a Popular, de Macedo Soares; a do Norte, de Anibal Valle; a Ferraz, de Juvenal Ferraz; a Pelosi, de Felice Pelosi; da Liberdade, de Cursino de Moura; a Caldas, de Coriolano Caldas; a Arouche, de Oscar Porto, além da Borges, Faraut, Condor e Normal. No começo não havia farmácias fora do Centro da cidade, até que foi instalada a “Brás”, naquela localidade por José Gonçalves.

Varella informa que a Farmácia do Castor, que mais tarde seria de Luiz Pinto de Queiroz, vendia produtos para diversos estabelecimentos públicos e privados como o Hospital de Alienados, a Força Pública, o Seminário da Glória, sendo grande seu movimento, e seus produtos considerados de magnífica qualidade e apuro.

Cita também a luxuosa Farmácia Normal, que “dourava”²⁹ suas pílulas, e era ponto de encontro de médicos. Varella disse que esta era tida como a farmácia que introduziu os opoterápicos em São Paulo, o soro fisiológico e a primeira a usar autoclave em esterilizações. Outra lembrada com estima pelo autor foi a Popular “sempre considerada um estabelecimento de primeira ordem”. (Varella *in* UF, n.6, junho/1920, p. 135).

Varella afirma que a que mais lucrava era a Faraut, pois conseguia vendas vultosas de drogas para fins industriais. Ele deduziu os altos lucros do fato de que quando ela foi vendida por Farault por sessenta contos para seu auxiliar, o farmacêutico Fábio Dutra³⁰, este a pagou com os lucros em apenas um ano.

Nem todas eram propriedade de farmacêuticos diplomados. O autor informa que, uma vez que a lei exigia que os estabelecimentos fossem dirigidos por diplomados ou licenciados, era comum que se procurassem estudantes, já no último ano, no Rio de Janeiro ou em Ouro Preto, e lhes oferecessem um contrato assinado e uma boa garantia:

Sabemos de vários que foram contratados sob as seguintes bases: ordenado mensal de 400\$000, interesses nos lucros verificados, casa, comida, roupa lavada e engomada, com direito à multa de três contos de réis pelo não cumprimento das cláusulas instituídas no respectivo contrato, da parte do proprietário da farmácia. (Varella *in* UF, n.6, junho/1920, p. 136).

29 Ao que tudo indica, dourar a pílula não era apenas uma expressão. Encontramos nas revistas receitas para dourar ou pratear pílulas.

30 Que mais tarde terá seu suicídio, por conta de uma doença incurável e dolorosa, noticiado na Revista fArmacêutica.

Os estrangeiros, ao que tudo indica, nesse começo de república, eram bem vindos ao país como mão de obra em substituição ao trabalho escravo, mas não eram bem vistos quando promoviam a concorrência com os profissionais nacionais.

Neste sentido podemos lembrar o depoimento de José de Souza Martins em seu livro “Uma Arqueologia da Memória Social” onde diz que, primeiramente, havia ficado surpreso com o fato de seus avós espanhóis terem sido arrolados como analfabetos na imigração para o Brasil, quando na verdade eram corretamente alfabetizados:

Depois me dei conta de que, ao se inscreverem para viajar para o Brasil, com passagem paga pelo governo daqui, muitos candidatos à emigração mentiam para o recrutador. O analfabetismo era valorizado. O Brasil não queria imigrantes que fossem para as cidades, letrados, gente potencialmente ambiciosa que o saber ler e escrever afastava da roça. Queria braços para a lavoura, gente que fosse para a roça tratar dos cafezais e colher café, só os braços, não a cabeça”. (Martins, 2011, p.98).

Esse desprezo pelo imigrante médio transparece quando Varella fala de um prático estrangeiro, do qual não cita nem nome, nem nacionalidade, que estabelece farmácia no Centro de São Paulo, e que decide vender seus produtos por um preço insignificante. Vendia limonada de citrato de magnésio por 500 réis: “Ao cabo de quinze dias a nova farmácia superava as demais em serviço. O dono do estabelecimento, figura insinuante, é quem atendia ao balcão, vestindo-se sempre com apuro, desempenhando os seus misteres com admirável diligência. Abrindo ele próprio a farmácia às seis horas, ali permanecia durante todo o dia, só cerrando suas portas à meia noite.” (Varella *in* UF, n.6, junho/1920, p. 137). Segundo Varella, diante do êxito dessa farmácia, os outros se viram obrigados a reduzir os preços. A limonada que custava 1.500 foi baixando até 700 réis.

Depois de tratar das primeiras farmácias de São Paulo, Varella deu alguns detalhes e informações da prática farmacêutica e das farmácias em São Paulo neste princípio da década de 1920.

No que se referia aos produtos nelas vendidos, o autor diz que a maioria das especialidades eram francesas. Em seguida vinham as trazidas do Rio de Janeiro. Fala também, que as farmácias costumavam ficar abertas das 7 às 21h, e que algumas deixavam um empregado pernoitando no estabelecimento para atendimentos de urgência. Segundo ele, o costume dos paulistas abrir os estabelecimentos aos domingos e feriados, perdurou até janeiro de 1919, quando foi estabelecido o sistema de plantões, permanecendo abertas duas por localidade. Informa ainda que a prática teve início no Bairro do Bexiga e foi articulada na Associação dos Práticos de Farmácia (Varella *in* UF, n.7, julho/1920, p. 1). Sobre esta questão, podemos lembrar que a SFP fez uma campanha no final do século XIX, pelo fechamento das farmácias às 21h, pois antes elas ficavam abertas até as 22h.

Varella calcula que em 1920, eram cerca de 200 farmácias em São Paulo, para uma população de 530.000 habitantes. Calculou que na época fossem 1000 farmácias no estado para 2000 farmacêuticos diplomados. O que tornava, segundo ele, a classe pobre – dois profissionais para cada farmácia. Os salários eram de 300\$000 mensais, alguns percebendo 100\$000, sem direito a mais nada. Acreditava que nos primórdios, São Paulo devia ter umas 10 farmácias para 100 mil habitantes. Segundo ele, assim, era superabundante o número de farmacêuticos formados no Estado, além da grande migração. Ele informa que só São Paulo naquele período (1920), formava, com duas escolas, 80 farmacêuticos por ano.

Varella conta que como os médicos apontavam suas farmácias de preferência, também os farmacêuticos tinham por prática encaminhar sua clientela para médicos determinados e que, nos anos de 1920, tinham consultórios na farmácia: “Apesar de terem as farmácias primitivas os seus médicos favoritos, elas não mantinham, como acontece agora, generalizadamente, consultórios médicos gratuitos, dentro do próprio estabelecimento” (Varella *in* UF, n.6, junho/1920, p. 141).

Fechando a análise deste texto, vemos que para Varella, em 1920 já havia um desequilíbrio entre o número de farmacêuticos formados e os estabelecimentos em que podiam trabalhar. No entanto, como vemos, ele não trata da questão dos farmacêuticos donos de farmácia ou simplesmente empregados de um proprietário não farmacêutico, tema que parecia preocupar muito os profissionais nesse início de institucionalização da profissão em São Paulo. Outro problema então bastante debatido era o excesso de farmácias em relação às necessidades da população, tema que Cândido Fontoura vai analisar em seu livro “A Saúde Pública e a Farmácia”, que será apresentado mais para o final deste capítulo.

A Revista da União Farmacêutica e a lista de farmácias do estado de São Paulo

Como vimos, em seu artigo, Varella calculava que, por um período de 10 anos (1910-1920), o número de farmácias na Capital era constante, cerca de 200. Para avaliar esta informação, contamos com uma outra fonte, a lista de farmácias paulistas publicada pela revista da União Farmacêutica³¹ em 1917.

Nesta publicação, encontramos que, em 1916, eram 165 as farmácias existentes na cidade de

31 Revista da sociedade União Farmacêutica, sociedade que defendia os interesses sociais e profissionais da categoria. Foi levantada documentação sobre a Sociedade, que existe ainda hoje, no bairro da Liberdade, mas infelizmente não foi possível trabalhar essa documentação. A União foi fundada em 1913, lançou uma revista piloto em 1914, que passou a ser editada regularmente em 1916, com tiragem de 5.000 exemplares mensais. A União, que contava com ex-integrantes da Sociedade farmacêutica Paulista como Christovam Buarque de Hollanda e Luiz Pinto de Queiroz, conseguiu efetivar uma Cooperativa Farmacêutica, um pouco diferente da proposta da SFP, que contava com um Montepio.

São Paulo, incluídas as de hospitais, e das localidades próximas como Osasco e São Caetano. Dessas 200, o autor acreditava que 15 eram de caridade, associações beneficentes ou mantidas pelo Estado, e que cerca de 46% não eram administradas por farmacêuticos diplomados.

No entanto, a listagem publicada pela Revista da União Farmacêutica era mais ampla: em várias edições de 1917, foi publicada uma listagem que apresentava, segundo a revista, todas as farmácias existentes no estado de São Paulo em dezembro de 1916. Na relação podem ser vistas a localização de todas as farmácias existentes na Capital do estado. Para as outras localidades, foram arrolados os distritos e as localidades.

A partir desses dados, elaboramos uma tabela, apresentada a seguir, onde aparecem os distritos do Estado com o número total de farmácias, seguido do número e porcentagem de farmácias onde o farmacêutico responsável é também o proprietário e, por último, as localidades que tinham farmácias em cada distrito³².

Essa tabela permite uma visão da distribuição dos estabelecimentos pelo estado e também uma idéia da situação dos profissionais nestas regiões. A partir dos dados, pudemos observar que nos lugares de maior adensamento populacional (Capital, Santos, Campinas), os farmacêuticos responsáveis eram, então, são em sua maioria empregados. Enquanto nos lugares menores, nas pequenas cidades, o farmacêutico tendia a ser também o dono do estabelecimento. Esses dados são melhor visualizados pela tabela.

Tabela: Farmácias no estado de São Paulo segundo o distrito

Distritos	Número de farmácias	Farmácias com práticos licenc.	Farmácias com farmacêutico proprietário	localidades com farmácias no distrito
1. Distrito	164	4	61 (37%)	Caieiras, Estação de São Bernardo, Estação de São Caetano, Osasco, São Paulo, Vila de Santo Amaro

³² Mascarenhas (1949) relata que uma importante modificação introduzida na organização sanitária do Estado pelo decreto 1343, de 27 de janeiro de 1906, foi a que dividiu o estado em 14 distritos sanitários, assim distribuídos: 1. Distrito – na Capital: além do município sede, Guarulhos, Itapeperica, Juqueri, Parnaíba e São Bernardo; 2. Distrito - com sede em Santos – compreendendo 14 municípios; 3. Distrito - com sede em Campinas – compreendendo 2 municípios; 4. Distrito - com sede em Guaratinguetá – compreendendo 14 municípios; 5. Distrito - com sede em Taubaté – compreendendo 22 municípios; 6. Distrito - com sede em Sorocaba – compreendendo 10 municípios; 7. Distrito - com sede em Itapetininga – compreendendo 14 municípios; 8. Distrito - com sede em Itu – compreendendo 14 municípios; 9. Distrito - com sede em Limeira – compreendendo 12 municípios; 10. Distrito - com sede em Mogi Mirim – compreendendo 14 municípios; 11. Distrito - com sede em Ribeirão Preto – compreendendo 13 municípios; 12. Distrito - com sede em Araraquara – compreendendo 9 municípios; 13. Distrito - com sede em Jau – compreendendo 12 municípios; 14. Distrito - com sede em Botucatu – compreendendo 14 municípios (Mascarenhas, 1949, p 56).

2. Distrito	44		20 (45,5 %)	Bocaina, Guarujá, Iguape, Ilha dos Porcos, Santos, São Sebastião, São Vicente
3. Distrito	33		16 (48,5 %)	Arraial dos Souzas, Campinas, Capivari, Cosmópolis, Estação Carlos Gomes, Valinhos, Vila Americana, Vila de Santa Bárbara
4. Distrito	33		20 (60%)	Aparecida do Norte, Areias, Bananal, Cachoeira, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Pindamonhangaba, Queluz, Silveiras
5. Distrito	35		27 (77 %)	Atibaia, Caçapava, Jacareí, Jambeiro, Mogi das Cruzes, Natividade, Nazareth, Paraibuna, Quiririm, Redenção, Santa Branca, São Bento do Sapucaí, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Taubaté
6. Distrito	35		25 (71 %)	Arraial de Conchas, Arraial do Laranjal, Cerquillo, Guaira, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê, Vila de Pereiras, Vila de Piedade, Vila do Campo Largo, Votorantim
7. Distrito	12		9 (75%)	Angatuba, Fartura, Faxina, Itapetininga, Itaporanga, Itararé, Pilar
8. Distrito	66	4	42 (64%)	Boituva, Bragança, Capivari, Elias Fausto, Fazenda Concórdia, Indaiatuba, Itatiba, Itu, Jundiá, Mayrink, Montemór, Pedregulho, Piracaia, Piracicaba, Pirangi, Porto Felix, Rio das Pedras, Rocinha, Salto, São Pedro, Vila Rafara
9. Distrito	62	6	41 (66 %)	Água Vermelha, Anápolis, Araras, Belém do Descalvado, Cascalho, Cordeiro, Corumbataí, Doutor Alfredo Ellis, Estação Aurora, Estação de Vitória, Estação Jacaú, Estação São Bento, Ibaté, Itaqueri da Serra, Itirapina, Leme, Limeira, Palmeiras, Pirassununga, Porto Ferreira, Rio Claro, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz da Estrela, Santa Eudoxia, Santa Gertrudes, Santa Rita, São Carlos
10. Distrito	59	4	44 (74,5 %)	Amparo, Caconde, Casa Branca, Cascavel, Elenterio, Espírito Santo do Pinhal, Estação de Itaiquara, Itapira, Itoby, Lagoa, Lindóia, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alegre, Monte Negro, Nova Louzã, Pantaleão, Pechura, Pedreiras, Posse, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Serra Negra, Socorro, Tambaú, Vargem Grande
11. Distrito	90	3	54 (60 %)	Aramina, Arantes, Batatais, Brodowski, Buenópolis, Cajuru, Coqueiro, Cravinhos, Estação de Mendonças, Franca, Guaiuvira, Igarapava, Itirapuan, Ituverava, Jardinópolis, Mato Grosso dos Batatais, Nuporanga, Orlandia, Patrocínio do Sapucaí, Restinga, Ribeirão Preto, Salles de Oliveira, Sant'Anna dos Olhos d'Água, Santa Cruz das Posses, Santa Rosa, São Joaquim, São Simão, Sarandy, Serra Azul, Serrinha, Sertãozinho, Vila Bonfim
12. Distrito	100	2	66 (66 %)	Américo Brasiliense, Araraquara, Ariranha, Barretos, Bebedouro, Botafogo, Catanduva, Cedral, Colina, Córrego Rico, Dobrada, Estação D.Luiza, Estação de Andes, Fernandes Prestes, Guariba, Ibarra, Ibirá, Ibitiúva, Icoarana, Ignácio Uchoa, Itibirama, Itupeva, Jaboticabal, Jurena, Matão, Mirassol, Monte Alto, Monte Azul, Palmares, Pindorama, Pitangueiras, Pontal, Rincão, Rio Preto, Santa Adélia, Santa Ernestina, Santa Lucia, São João da Ariranha, São Lourenço do Furor, São Lourenço do Turvo, São Sebastião do Turvo, Taiassu, Taiuva, Tanaby, Taquaritinga, Vila Adolfo, Vila Bela, Vila Olímpia, Viradouro

13. Distrito	86	3	51 (59%)	Bariri, Barra Bonita, Belo Horizonte de Itápolis, Bica de Pedra, Boa Esperança, Brotas, Dois Córregos, Dourado, Estação de Java, Estação de Santa Clara, Estação Pedro Alexandrino, Fazenda Independência, Gavião Peixoto, Iacanga, Ibitinga, Itajubi, Itapolis, Jaú, Mineiros, Nova Europa, Novo Horizonte, Pederneiras, Ponte Alta, Pouso Alegre de Baixo, Pouso Alegre de Cima, Ribeirão Bonito, Santa Adélia, Santo Antonio da Figueira, São João da Bocaina, Torrinha, Torrinhas, Vila de Araras
14. Distrito	117		70 (60 %)	Agudos, Amparo, Angatuba, Anhembi, Araras, Avaré, Bauru, Bernardino de Campos, Borobi, Botucatu, Bragança, Campos Novos do Paranapanema, Cascalho, Cascavel, Cerqueira Cesar, Cerquilha, Chavantes, Duas Pontas, Espírito Santo do Pinhal, Espírito Santo do Rio Pardo, Espírito Santo do Turvo, Estação da Vitória, Estação de Monte Serrat, Estação de Paranhos, Estação do Palmital Assis, Igarassu, Ilha Grande, Irapé, Itapetininga, Jacutinga, Lençóis, Lindoia, Manduri, Mococa, Ourinhos, Palmital, Patrocínio de Assis, Penápolis, Pirajú, Pirajuí, Pirangi, Pirassununga, Piratininga, Platina, Presidente Alves, Saltinho, Salto do Paranapanema, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Antonio Jardim, São João de Itatinga, São José do Rio Pardo, São Manuel do Paraíso, São Paulo dos Agudos, São Pedro do Turvo, São Roque, São Sebastião do Grama, Silveiras, Socorro, Tremembé, Vila do Oleo
Total	937	26	546 (58%)	

Fonte: revistas União Farmacêutica, de maio/1917 a janeiro/1918.

Nem todas as farmácias eram particulares. Das 164 do Distrito da Capital, uma pertencia à Universidade Livre de São Paulo, três eram de hospitais (Hospital Humberto I, Santa Casa da Misericórdia, Beneficência Portuguesa), uma pertencia à Hospedaria dos Imigrantes e outras seis eram de Sociedades de Classe ou de Auxílio Mútuo (Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, São Paulo Railway, Associação das Classes Laboriosas, Empregados do Comércio, Associação de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Sorocabana e da Sociedade Beneficente dos Empregados da Light).

No Distrito de Santos, duas eram de hospitais da cidade de Santos (Santa Casa, Beneficência Portuguesa) e uma do hospital de Iguape (Hospital “Feliz Lembrança” de Iguape); duas de Associações (A S. B. Espanhola e A S. B. Doca de Santos) e uma da Colônia Correccional localizada na Ilha dos Porcos.

No interior do estado alguns hospitais e associações também tinham farmácias. Na região de Campinas, uma do hospital da Sociedade Beneficência Portuguesa e três de sociedades: Associação Beneficência Auxiliadora, Sociedade Artística Beneficente e Associação Beneficente Dr. Salles Oliveira. No Distrito de Guaratinguetá, as Santas Casas de Guaratinguetá e de Lorena tinham farmácia. Nas regiões de Jaú e de Botucatu, uma farmácia de hospital em cada: uma na Santa Casa de Misericórdia de Jaú e outra no Hospital Carolino Figueiredo da Santa Casa de Mococa.

No distrito de Limeira, encontramos duas farmácias de associação: uma da Companhia Cafeeira de Descalvado e uma dos Empregados da Cia. Paulista de Rio Claro. No distrito de Ribeirão Preto, uma da Companhia Agrícola de Buenópolis. Na região de Itu, a do Hospital de Caridade de São Vicente de Paula e da Sociedade Beneficente da Cia Paulista, ambas de Jundiaí, e uma da Sociedade dos Empregados da Sorocabana em Mayrink.

Por fim, no Distrito de Sorocaba, a farmácia da Associação de Auxílio Mutuo da Sorocabana na própria Sorocaba.

A seguir apresentamos a lista com as 164 farmácias e seus endereços na cidade de São Paulo e região (Osasco, São Caetano, São Bernardo e na então Vila de Santo Amaro). Nosso intuito é o de dar uma visão de sua distribuição na cidade, sendo que a maioria delas se concentrava no Centro.

1. Ypiranga - Rua Libero Badaró, 112.
2. Ao Veado de Ouro - Rua de São Bento, 40.
3. Santos (Farmácia e Drogaria) - Rua de São Bento, 74-A.
4. Castor (Farmácia e Drogaria) - Rua Alvares Penteado, 5-A.
5. Faraut (Farmácia e Drogaria) - Rua Alvares Penteado, 36.
6. Internacional - Rua Quintino Bocayuva, 78.
7. Águia de Ouro - Rua B. Paranapiacaba, 4.
8. Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos - Rua Gazometro, 49 sob..
9. Lavapés - Rua do Lavapés, 8 A.
10. São José - Rua do Lavapés, 22.
11. São Luiz - Largo do Cambucy, 8.
12. Guanabara - Rua Vergueiro, 35-A, Capital
13. Liberdade - Rua Rodrigo Silva, 64.
14. Modelo - Rua da Glória, 82.
15. Iris - Rua Onze de Agosto, 72.
16. Lange - Rua Vergueiro, 10.
17. Ferraz - Av. Rangel Pestana, 271.
18. Cavalheiro - Av. Rangel Pestana, 268.
19. Cataldi - Rua Brigadeiro Machado, 69.
20. Filial da Casa Baruel - Avenida Rangel Pestana, 149.
21. Colombo - Avenida Rangel Pestana, 170.
22. Costa - Avenida Rangel Pestana, 172.
23. Italiana - Rua Visconde de Parnahyba, 189.

24. Gina - Avenida Celso Garcia, 195.
25. Modeana - Rua Monsenhor Andrade, 81.
26. Minerva - Avenida Rangel Pestana, 85.
27. Rega - Avenida Rangel Pestana, 70.
28. Norte - Avenida Rangel Pestana, 132.
29. São Pedro - Rua Visconde de Parnahyba, 65.
30. Cysne - Rua João Theodoro, 132.
31. São Caetano - Rua Bresser, 38.
32. São Miguel - Avenida Celso Garcia, 51.
33. Oriente Matriz - Rua do Oriente, 161.
34. Galeno - Rua do Oriente, 42.
35. N.S. Da Penha - Avenida Celso Garcia, 283.
36. Machado - Rua Carlos Salles, 20.
37. Araujo - Rua da Consolação, 419.
38. Oliveira - Povoação de Pinheiros.
39. Petraglia - Largo da Memória, 3.
40. Do Colombo - Rua Barão Itapetininga, 43.
41. Victoria - Rua Victoria, 168.
42. Santa Casa da Misericórdia - Rua Cesário Motta.
43. Salva-Vidas - Rua da Consolação, 28.
44. Universal - Rua da Consolação, 103.
45. Popular - Rua da Consolação, 150.
46. Hospital Humberto I - Capital
47. São Domingos - Rua São Domingos, 25.
48. Ítalo-Americana - Rua Conselheiro Ramalho, 165.
49. Humanitária - Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 209.
50. Vita - Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 31.
51. Paulistana - Rua de São João, 127-E.
52. Paysandu - Rua de São João, 169.
53. Fé - Rua Victoria, 164.
54. Pasteur - Al. Barão de Limeira, 1.
55. Aurora - Rua Aurora, 57.
56. Godoy - Rua Aurora, 2.
57. Vitalis - Rua Mauá, 117-A - Capital

58. São Paulo Railway - Rua José Paulino (Estação da Luz).
59. Da Beneficencia Portuguesa - Rua Brigadeiro Tobias, 35.
60. Cosmopolita - Rua Silva Pinto, 36.
61. Ítalo - Brasileira - Rua dos Imigrantes, 187.
62. Estrella - Rua Solon, 75.
63. Silveira - Avenida Tiradentes, 32.
64. Aristides - Avenida Tiradentes, 174.
65. Ramiro - Rua de São Caetano, 66.
66. Laudell - Rua de São Caetano, 8.
67. Fernandes - Rua Anhangabaú, 103, trav. S Queiroz.
68. Sant'Anna - Rua Voluntários da Pátria, 320.
69. Luz - Rua Duque de Caxias, 17.
70. Guayanazes - Rua Duque de Caxias, 79.
71. Coração de Jesus - Al. Barão de Piracicaba, 63.
72. Lapa - Guaycurus (Lapa)
73. Campos Elyseos - Al. Barão de Limeira, 93-A.
74. Paulista - Rua de São João, 360.
75. Italiana - Rua Barra Funda, 168.
76. Siqueira - Rua Lopes de Oliveira, 104.
77. Moderna - Rua Barra Funda, 65-A.
78. Da Infância - Rua Martin Francisco, 24-A.
79. Santa Cecília - Rua das Palmeiras, 13.
80. Arouche - Rua Jaguaribe, 1.
81. Seabra - Rua Boa Vista, 62.
82. Victoria - filial - Rua 25 de Março, 99.
83. Assis - Rua 15 de Novembro, 9.
84. De Mathias - Rua do Tesouro, 11.
85. Borges - Rua 15 de Novembro, 22-A.
86. Associação das Classes Laboriosas - Rua do Carmo, 39.
87. D. H. Dos E. Do Comércio - Rua 15 de Novembro (Galeria).
88. Italiana - Rua Benjamin de Oliveira, 39.
89. Angelica - Rua Jaguaribe, 130.
90. Independência - Rua do Bom Pastor, 37.
91. Vila Buarque - Rua Rego Freitas, 60.

92. A. A. M. E. De Ferro Sorocabana - Alameda Cleveland, 16.
93. Da Paz - Rua Albuquerque Lins, 64.
94. Romana - Rua dos Imigrantes, 155.
95. Queiroz - Rua Três Rios, 30-A.
96. Almeida - Rua Mevaco, 350.
97. Vaz - Rua de S. Antonio, 142.
98. Popular Italiana - Rua da Móoca, 347.
99. Carvalho - Av. Celso Garcia, 275.
100. Silva - Cayeiras (perto Juquery)
101. Castiglione - Rua Santa Ephigenia, 110.
102. Itália - Rua do Thesouro, 5.
103. Homeopathica - Rua Marechal Deodoro.
104. Bella Vista - Rua Augusta, 217.
105. Flóra - Rua Moóca, 234.
106. Economisadora - Rua S. Caetano, 164.
107. São Geraldo - Rua das Palmeiras, 219.
108. Carvalho - Avenida Rangel Pestana, 300.
109. Internacional - Rua Piratininga, 83.
110. Nossa Senhora da Aparecida - Rua Piratininga, 108.
111. Soc. Ben. Dos Emp. Da Light - Rua Libero Badaró, 187.
112. Oriente - Filial - Avenida Rangel Pestana, 329.
113. Santo Amaro - Villa de Santo Amaro.
114. Paraizo - Largo do Paraizo, 99.
115. Santa Cruz - Largo da Liberdade, 68.
116. Trinagria - Rua Vergueiro, 273.
117. Osasco - Osasco.
118. Bom Pastor - Rua Silva Bueno, 71.
119. Bresser - Rua Bresser, 358.
120. São Caetano - Estação de São Caetano.
121. Paulista - Estação de São Bernardo.
122. Cintra - Rua da Consolação, 420.
123. N. S. Do Carmo - Rua do Carmo, 43-A.
124. Roma - Rua da Móoca, 415.
125. Oliveira - Avenida Rangel Pestana, 387.

126. São João - Rua Bresser, 176.
127. Niccoli - Rua Clímaco Barbosa, 1.
128. Cerqueira Cesar - Rua Theodoro Sampaio, 53.
129. Italiana em Agua Branca - Rua Guaycurú, 173.
130. Esperança - Rua Silva Pinto, 108.
131. Camargo - Rua Xavier de Toledo, 26.
132. São Carlos - Rua Cajurú, 99.
133. Brazil - Rua Barra Funda, 113-A.
134. Portugal - Rua João Theodoro, 314.
135. São Paulo - Rua Major Diogo, 152.
136. Esmeralda - Rua Bresser, 354.
137. Bergamo - Rua Conselheiro Furtado, 111.
138. Martins - Villa de Santo Amaro.
139. Gramani - Rua Trindade (Lapa), 64.
140. Jocelyn - Rua São Caetano, 125.
141. Universidade - Rua Immigrantes, 15.
142. Ribeiro - Rua Santo Antonio, 92.
143. Cruz Verde - Rua Anhanguera, 4.
144. Curcio - Rua da Móoca, 80-F.
145. Avenida - Avenida São João, 135.
146. Cruz Vermelha - Avenida Celso Garcia, 123.
147. Canindé - Rua Canindé, 38.
148. Veneza - Rua Silveira da Motta, 94.
149. Sangirardi - Rua Vergueiro, 237.
150. Tibiriçá - Rua Pedro Vicente, 5.
151. Cezar - Rua Oriente, 65.
152. Ruoppoli - Rua da Liberdade, 4-B.
153. Conceição - Rua Bresser, 330.
154. Palmeiras - Rua das Palmeiras, 42.
155. Salgado - Rua Rubino de Oliveira, 64.
156. Santa Veridiana - Rua Wandenkolk, 23.
157. Consolação - Rua Consolação, 5.
158. Pharmacia da Universidade - Avenida Celso Garcia, 518.
159. Cunha - Rua 12 de Outubro, 30.

160. Mallet - Rua Voluntários da Pátria, 284.
 161. Laboratório Paulista de Biologia - Rua Quintino Bocayuva, 24.
 162. Silva - Rua do Gazometro, 89.
 163. Imigrantes ou da Hospedaria dos Imigrantes - Rua Visconde de Parnahyba.
 164. Luso Brasileira - Travessa do Braz, 5.

Uma outra informação de interesse é que algumas destas farmácias eram propriedade de mulheres. A seguir o nome das farmácias e de suas proprietárias:

Lavapés - D. Alice de Andrade Baptista;
 São Luiz - Ibrantina Pedroso;
 Lange - D. Fany Lange;
 Cysne - Maria José Villela;
 N.S. Da Penha - D. Anna Merello Mallet;
 Sant'Anna - D. Maria Soares de Faria
 Italiana em Agua Branca - Nicolina Auzuina
 Consolação - Maria Romano

Outras ainda, eram gerenciadas por mulheres, nem todas farmacêuticas diplomadas, mas não temos a distinção, pela lista de quais eram práticas e quais diplomadas:

Águia de Ouro - Phca. D. Helena Arantes Franco;
 Iris - D. Ambrosina da Cunha e Silva;
 Lange - D. Fany Lange;
 Norte - Maria Jandyra de M. Vieira;
 Cysne - Maria José Villela;
 São Caetano - D. Marieta da Costa;
 N.S. Da Penha - D. Anna Merello Mallet;
 Universal - Arabella Machado;
 Popular - Irma H. De Godoy;
 Hospital Humberto I - Maria Tenore Morse;
 São Domingos - Nair Vaz Schuman;
 Ítalo-Americana - Emilia Mucillo;
 Cosmopolita - Julia Fatica;

Ramiro - Phca. Delmira S. Welsh;
 Fernandes - Josephina Silveira;
 Sant'Anna - D. Maria Soares de Faria;
 Guayanazes - Odette Muniz Barreto;
 Victoria – filial - Maria Ignez Roiz;
 Itália - Genuna Gandolpho;
 Flóra - Isabel Freitas;
 Nossa Senhora da Aparecida - Phca. D. Ruth de Andrade;
 Italiana em Agua Branca - Nicolina Auzuina;
 São Carlos - Phca. Zelia Dias;
 Bergamo - D. Joanna Stamato;
 Jocelyn - D. Joaquina de Araujo;
 Veneza - Lydia B. Ribeiro dos Santos;
 Consolação - Maria Romano;
 Mallet - D. Maria Mallet.

Concluimos este item observando assim que em 1916, o estado de São Paulo e sua capital já contavam com um número significativo de farmácias, provavelmente acompanhando o aumento da demanda por serviços, em uma região com acelerado crescimento demográfico. No entanto, como podemos ver pelos dados, mesmo com este crescimento, alguns problemas da profissão de farmacêutico permaneceram até o final da década de 1910, como a coexistência de profissionais formados com os práticos.

Cândido Fontoura da Silveira e “A Saúde Pública e as Farmácias”

Em 1915, o farmacêutico Cândido Fontoura da Silveira³³ publicou um texto de 40 páginas intitulado “A Saúde Pública e as Farmácias”, que teve grande repercussão tanto na classe farmacêutica quanto na imprensa, chegando a motivar uma série de reportagens do jornal O Estado de S.Paulo, em janeiro de 1916.

Na obra, Fontoura faz uma série de declarações e de denúncias à situação da classe e às atitudes de alguns farmacêuticos. Começou com o relato de um fato chocante: a morte de 50 crianças, de 6 a 9 anos, no Recife, em um asilo de expostos, vítimas de envenenamento. A causa da

³³ Cândido Fontoura da Silveira ficou famoso pela popularidade de seu “Biotônico Fontoura”, que tinha em Monteiro Lobato um grande divulgador, além de ter sido o autor do nome do produto. Paulista, formado pela EFOOSP em 1906, foi presidente da União Farmacêutica em 1921-22, abandonando o cargo por discordar da maioria dos associados que pediam uma retratação da EFOOSP quando esta decidiu abrir mão da equiparação federal.

morte foi a troca de um vermífugo (sêmen-contra) por “sementes de colchico”, um tóxico, que, transformado em chá foi dado a 90 meninas, das quais apenas 40 sobreviveram.

Segundo Cândido Fontoura, nenhuma atitude foi tomada no intuito de evitar que o erro se repita.

Nenhum legislador, que saibamos, ocupou-se de tão grave fato, nenhum quis fazer sentir que, assim como procuramos, com tanto apego, garantir nossas fortunas, precisamos ainda mais garantir nossa saúde e nossa vida; nenhum quis mostrar a imperiosa necessidade de reformar a legislação de um dos mais importantes departamentos da saúde – as farmácias. (Silveira, p. 5).

Na sequência, Fontoura elenca os problemas que percebia e a responsabilidade a que estava sujeito o profissional da farmácia, uma vez que os preços dos medicamentos no Brasil não eram tabelados, cada profissional estabelecia o seu. Esse tipo de concorrência, pelo menor valor, era muito perigosa, segundo Fontoura, porque podia interferir na qualidade dos produtos utilizados, uma vez que as fraudes eram fáceis de serem cometidas e difíceis de serem percebidas. Assim, ele diz que farmacêuticos vendiam “*o mais caro possível com o nome de barateiro*. E, para conseguir isso, têm às mãos tão numerosos expedientes, que seria pequeno todo o espaço de que dispomos, se os enumerássemos” (Silveira, p.7). Fontoura utiliza o texto de um farmacêutico alemão (M. Cap) para embasar sua teoria contra a livre concorrência nas farmácias e a defesa de que tenham um número restrito. Segundo ele, Cap concordava que a liberdade de indústria e comércio era vantajosa para a maioria das áreas, mas dizia que com a Farmácia não podia ser assim. Defendia que a farmácia não era só indústria e comércio e que os medicamentos não seguiam a lógica do mercado de quanto maior a oferta, menor o preço e, conseqüentemente maior o consumo. Segundo Cap, existiam indústrias gerais, sem nenhuma restrição, e existiam indústrias especiais, que se ligavam à ciência e à vida, de modo que dela deveriam ser exigidas garantias diferentes.

Fontoura defendia que, se “uma profissão, mesmo científica, tocava por algum ponto o comércio, o Estado poderia exigir garantias de uma outra natureza; mas devia ao mesmo tempo garantir aquele que a exerce, contra uma concorrência, uma rivalidade, cujas conseqüências seriam funestas à sociedade” (Silveira, 1915, p. 10).

Depois dessas considerações, Fontoura conclui: “*chego à conclusão de que a lei deve estabelecer que o número de farmácias seja em proporção às necessidades da população*” (Silveira, p. 10). Esta, segundo ele, era uma tendência em diversos países, como a Alemanha, Suíça, Rússia, Dinamarca e, como vimos, foi uma das recomendações da Conferência de Bruxelas.

Outro problema denunciado por Cândido Fontoura era o da chamada “venda” ou “aluguel” de diplomas: “o farmacêutico, por falta de recursos pecuniários [para se estabelecer] e, na maioria

das vezes mediante mísera remuneração, sujeita-se a uma posição de empregado da farmácia à qual dá o seu nome (...) sem nenhuma ação capaz de fazer valer o seu mérito profissional. Há mesmo casos em que o maior trabalho desses profissionais é receber seus vencimentos no fim de cada mês. (...) A farmácia, neste caso, torna-se comércio dos mais rendosos. Todos ganham bem, menos o farmacêutico que aluga o nome” (Silveira, 1915, p. 14-15).

Fontoura aborda, em seu texto, um outro problema, segundo ele bastante comum, e o oposto do primeiro: o caso em que o farmacêutico, já tendo juntado um certo capital, buscava outros afazeres e entregava sua farmácia nas mãos dos práticos, “mediante sociedade ou qualquer outro contrato”.

Levanta diversos outros problemas, como a venda de venenos e tóxicos. Apresenta na sequência a situação das farmácias em outros países “civilizados” como a Dinamarca e a Alemanha, que deveriam servir de exemplo na regulamentação da prática farmacêutica, segundo ele (Silveira, 1915).

Concluindo este capítulo, observamos que estes textos da década de 1910 nos mostram que, para os contemporâneos, a prática farmacêutica nem sempre era a ideal. Os farmacêuticos iam aos poucos estabelecendo um padrão que acreditavam ser o melhor para a prática, mas que não era seguido por todos. A legislação também nem sempre era seguida, como no caso das parcerias entre médicos e farmacêuticos.

Neste sentido, assim, podemos afirmar que a atuação dos farmacêuticos paulistas no preparo e venda de medicamentos estava ainda dando os primeiros passos no sentido de uma normatização, então já estabelecida em outros países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste estudo identificar personagens e ações visando o fortalecimento da Farmácia em São Paulo. Observamos que alguns deles estavam bastante envolvidos nesse processo, mas que eram em número bastante reduzido.

Como os farmacêuticos estudados em outros contextos, os de São Paulo procuraram a institucionalização da Farmácia por meio das organizações de instituições como a Sociedade Farmacêutica Paulista (aqui comentada), a União Farmacêutica, e o Centro Farmacêutico Paulista. Estabeleciam elos de ligação com outras associações do país e de outras nações, buscando fortalecer os laços que os unia. Procuravam se informar do que acontecia em outros países através da assinatura de revistas e/ou permuta com a Revista Farmacêutica.

Outra forma de atuação foi a luta pela fundação da Escola Livre de Farmácia, para, com a formação de profissionais no estado, diminuir a influência e atuação dos práticos.

A Farmacopéia foi outra forma de legitimar a profissão, e embora não tenham tido sucesso na criação de uma Farmacopéia Brasileira, lançaram a Farmacopéia Paulista, que chegou a ser oficializada no estado.

Uma contribuição deste trabalho foi apresentar os dados colhidos nos Livros de Registro do Exercício Profissional, sob guarda do Museu Emílio Ribas/Instituto Butantan. A documentação é muito rica e traz uma parte da história dos profissionais que atuavam no estado, cobrindo um período de quase um século (1892-1978).

Não foi possível abordar outras instituições como previsto no começo, pois o período se mostrou extenso e a atividade dos farmacêuticos intensa. Demos apenas um passo. Mas fica aqui nossa pequena contribuição.

ACERVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA

Acervos Consultados: JÁ CONSULTADOS? OU A CONSULTAR? E, AÍ NÃO HÁ FONTES? VER QUE CENTRO DE MEMÓRIA NÃO ESTÁ

São Paulo, SP:

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo da Faculdade de Odontologia da USP

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Biblioteca do Conjunto das Químicas da USP

Biblioteca da Faculdade de Medicina da USP

Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Biblioteca do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de SP

Biblioteca do Instituto Adolpho Lutz da Secretaria de Estado da Saúde de SP

Fontes:

Relação de documentos do Museu da Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan:

Livro - Diretoria Geral do Serviço Sanitário – Diretoria de Higiene - registro de licenças aos práticos na arte farmacêutica para abrirem farmácias – 1893.

Departamento Nacional de Saúde – Secção de Fiscalização do Exercício Profissional – relação nominal dos médicos, farmacêuticos e dentistas com diploma registrado neste Departamento durante os anos de 1890 a 1936. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940.

Livro 1 - Diretoria Geral do Serviço Sanitário – Vistos de Médicos, Farmacêuticos e Dentistas. 1882 a 1891.

Livro 2 - Diretoria Geral do Serviço Sanitário – Vistos de Médicos, Farmacêuticos e Dentistas. 1882 a 1888.

Livros de Registro do Exercício Profissional:

Livro 1 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De //1 a //19. Manuscrito. 600p.

Livro 2 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De 02/03/19 a 05/07/19. Manuscrito. 600p.

Livro 3 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De 02/03/19 a 05/07/19. Manuscrito. 600p.

Livro 4 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De 02/03/19 a 05/07/19. Manuscrito. 600p.

Livro 5 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De 02/03/19 a 05/07/19. Manuscrito. 600p.

Livro 6 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De 02/03/1925 a 05/07/1927. Manuscrito. 600p.

Livro 7 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De 11/07/1927 a 19/11/1928. Manuscrito. 600p.

Livro 8 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De 20/11/1928 a 25/03/1930. Manuscrito. 600p.

Livro 9 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De 26/03/1930 a 08/12/1931. Manuscrito. 600p.

Livro 10 – Registro de Dentistas, farmacêuticos e parteiras. De 09/12/1931 a 22/06/1934. Manuscrito. 600p.

Arquivo Público do Estado de São Paulo:

1º Cartório de Notas da Capital (São Paulo) – Registro das Sociedades Civis (1893-1929);

Fundo Universidade de São Paulo (1911-1917).

Fundo Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo – Acervo da Faculdade de Odontologia da USP.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Álvaro. “A História da Farmácia no 1. Congresso Panamericano de Farmácia” (Conferencia pronunciada no Instituto Brasileiro de História da Medicina na sessão de 28 de junho de 1949, como membro titular do Instituto). In: ALBUQUERQUE, Álvaro. O Brasil no 1. Congresso Panamericano de Farmácia. Havana, Cuba, 1 a 8 de dezembro de 1948.

_____. Sobre o Ensino Farmacêutico no Brasil. Rio de Janeiro: Edição do Laboratório Vitex Limitada. 1948.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. O que é história da ciência. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ALMEIDA, Marta de. República dos Invisíveis: Emílio Ribas, Microbiologia e Saúde Pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

ARAÚJO, Carlos da Silva. Figuras e Factos na História da Farmácia no Brasil Português. Trabalho apresentado ao 3. Congresso Luso-Espanhol de Farmácia, em Santiago de Compostela, de 22 a 29 de agosto de 1954. Lisboa, Editorial Império, 1954.

_____. Subsídios Esparsos para a História da Farmácia Carioca. Contribuição ao 1. Congresso Panamericano de Farmácia, reunido em Havana, Cuba, em dezembro de 1948. Rio de Janeiro, Gráficas da Editora A Noite. 1949.

AZEVEDO, Fernando de. A educação na encruzilhada – problemas e discussões. ed. Melhoramentos, São Paulo, s/d

BACELLAR, N. Sobre a criação de uma Faculdade de Medicina em S. Paulo. [l.? d.? ed.]

BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu: sociologia. Coletânea organizada por Renato Ortiz. Tradução Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Farmacopéia do Brasil, 5. edição, 2010. disponível em <http://magistralfarma.blogspot.com/2010/12/farmacopeia-brasileira-5-edicao-volumes.html>

CARVALHO, Edgard da Costa. O Farmacêutico Licenciado. Comentários à nova legislação farmacêutica e ao exercício prático da Farmácia. Rio de Janeiro, O Globo, 1933.

CARVALHO, José Coriolano. Da Pharmácia: origem e evolução. [1922] [ed l?]

CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto (orgs.). Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social.

Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CYTRYNOWICZ, Monica (coord. Pesquisa e Iconografia); STÜCKER, Ananda;
CYTRYNOWICZ, Monica (pesquisa e redação). *Origens e trajetória da indústria farmacêutica no Brasil*. São Paulo, Narrativa Um, 2007.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas (org.). *Espaços da Ciência no Brasil – 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. *As Ciências na História Brasileira*. *Ciência e Cultura*, v. 57, n.1 São Paulo, jan-março 2005.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas & Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição Científica: o Periódico Médico Brasileiro na Primeira Metade do Século XIX*. Tese. FFLCH-USP/Departamento de História. São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Glaydson José da. *Teoria da História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

HAMBURGUER, Amélia Império; DANTES, Maria Amélia Mascarenhas; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (orgs.). *A Ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996.

HELOU, João Haikal. “Evolução da Farmacotécnica no Brasil”. *Revista da Universidade de São Paulo*. São Paulo, dezembro de 1986. (3) p.103-116.

HIGBY, G J & GALLAGHER, T C. “Pharmacists” in APPLE, R. **Women, Health, and Medicine in America**. New Jersey. Rutgers University Press, 1992. p. 489-508.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec; ANPOCS, 1998.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças têm história*. Tradução Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1997.

LIBERALLI, Carlos Henrique. Discursos (1946-1952). São Paulo, 1952.

LOVE, Joseph. A Locomotiva – São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Tradução Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUCA, Tania Regina de. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a N(ação). São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MACHADO, Maria Helena. Trabalhadores da Saúde e sua Trajetória na Reforma Sanitária. In Lima, Nisia Trindade, GERSCHMAN, Sílvia, EDLER, Flávio Coelho (orgs.). Saúde Democracia – História e Perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MACHADO, Maria Helena (coord.). Os médicos no Brasil: um retrato da realidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

MALHADO FILHO, J. “Farmacêuticos de outros tempos”. An. Farm. Quim. São Paulo, 6, 2, 1953.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. Da Cunha. Elites em negociação: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Memória-Unicamp, 1999.

MARTINS, José de Souza. Uma Arqueologia da Memória Social – Autobiografia de um Moleque de Fábrica. São Paulo: atelie editorial, 2011.

MELLO FILHO, Américo Brasiliense de Almeida. Terceira Memória Histórica da Escola de Pharmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo (relativa ao biênio de 1907 a 1908). São Paulo: Duprat & Comp., 1909.

MINAMI, Paulo (org.) *Cronologia Histórica da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2004. disponível em <http://www.fcf.usp.br/Apresentacao/Cronologia/Cronologia.pdf>

MOTA, André. Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTT, Maria Lucia. Fiscalização e formação de parteiras em São Paulo (1880-1920). *Revista da Escola de Enfermagem da USP.*, v.13, p.143 - 146, 2001

_____. (coord.). Projeto História dos Trabalhadores da Saúde no Estado de São Paulo (1892-1978). Secretaria de Estado da Saúde – Instituto de Saúde, 2006.

MOTT, M. L.; ALVES, O. S. F. “Farmacêuticas em São Paulo (1901-1919)”. *BIS – Boletim do*

Instituto de Saúde, n. 38, p. 24-27, 2006.

MOTT, M. L. et al. Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n.3, Jun. 2008.

MOTT, M. L. et al. 'Moças e senhoras dentistas': formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2009.

NOGUEIRA, Roberto Passos. Do físico ao médico moderno: a formação social da prática médica. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

OLIVEIRA, Abel de. Páginas Farmacêuticas. Rio de Janeiro. Tipografia Medicamenta, 1926.

PAULISTA, Marilda Aparecida Soares Alcântara. “Para Promover a grandeza da Nação”: o Estado Novo e o projeto para a educação nacional. São Paulo, SP, 2002. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História.

PIMENTA, Tania Salgado. O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855). Campinas, SP, 2003. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

PORTER, Roy. Das Tripas Coração: Uma breve história da Medicina. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2004.

POURCHET CAMPOS, Maria Aparecida. O Ensino Farmacêutico em São Paulo – meio século de tradição e de progresso (1898-1948). São Paulo, Universidade de São Paulo, [1949].

_____. Perfil do Ensino Farmacêutico no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1966.

PRADO JR., Caio. A cidade de São Paulo: geografia e história. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, Márcia Moisés. A ciência dos trópicos - a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. História sem fim... inventário da saúde pública. São Paulo, 1880-1930. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. 'Saúde pública e as empresas químico-farmacêuticas'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VII(3): 607-626, nov. 2000-fev. 2001

ROSEN, George. Da polícia médica à medicina social – ensaios sobre a história da assistência médica. Tradução Angela Loureiro. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RUIZ, Miguel [S.] Apenas conversa de Farmacêutico... [ed.?] [data e local].

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. Médicos italianos em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Editora Sumaré, FAPESP, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SÃO PAULO. *Pharmacopea Paulista*, Casa Espindola: São Paulo, 1917.

SILVEIRA, Candido Fontoura. A Saúde Pública e as Farmácias. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista. s/d.

_____. Farmácia e Farmacêuticos no Brasil. São Paulo: Instituto Medicamenta, 1938.

SIMÕES, Eduardo Valente. Grandes Vultos da Farmácia. Oração proferida na Academia Nacional de Farmácia. [d. l. ?]

SOUZA, José Valeriano. Primeira Memória Histórica da Escola de Pharmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo (sobre os fatos que lhe são inerentes, desde a idéia de sua criação, até 31 de dezembro de 1903). São Paulo: Duprat & Comp., 1904.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. Na arena de Esculápio: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

VAL, Canuto Ribeiro do. Segunda Memória Histórica da Escola de Pharmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo (relativa ao triênio de 1904 a 1906). São Paulo: Duprat & Comp., 1907.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. A pesquisa em história. São Paulo: Editora Ática, 2007.

VELLOSO, Veronica Pimenta. Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes. Rio de Janeiro, 2007. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz-Fundação Oswaldo Cruz.

VOTTA, Raul. “Discurso do Acadêmico Raul Votta por ocasião de sua posse na Academia Nacional de Medicina”. Boletim da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 1972.

ZUBIOLI, Arnaldo. Profissão: farmacêutico. E agora? Curitiba: Editora Lovise Ltda., 1992.

_____. Ética Farmacêutica. São Paulo: Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, 2004.